Repositório Institucional da UFPI

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL - RI/UFPI

1. Identificação do material bibliográfico:

[ ]Tese [x]Dissertação [ ]Monografia [ ]TCC Artigo [ ]Livro

[ ]Capítulo de Livro [ ]Material Cartográfico ou Visual [ ]Música

[ ]Obra de Arte [ ]Partitura [ ]Peça de Teatro [ ]Relatório de pesquisa

[ ]Comunicação e Conferência [ ]Artigo de periódico [ ]Publicação seriada

[ ]Publicação de Anais de Evento

2. Identificação do Trabalho Científico:

Curso de Graduação: _____

Programa de pós-graduação: Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPGHB

Outro: _____

Autor(a): Ana Geórgia Bezerra

E-mail: anageorgia20n@gmail.com

Orientador (a): João Paulo Charrone

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Membro da banca: João Paulo Charrone

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Membro da banca: Claudia Cristina da Silva Fontineles

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Membro da banca: Edvaldo Corrêa Sotana

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Titulação obtida: Mestre

Data da defesa: 29/ 08 / 2025

Título do trabalho: O cenário político de Alagoinha do Piauí: da eleição municipal à cassação do prefeito eleito (2008-2012)

Agência de fomento (em caso de aluno bolsista): Não possui

3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total: [x]

Parcial: [ ]. Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) a serem publicados:_____

.....

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Em atendimento ao Artigo 6º da Resolução CEPEX nº 264/2016 de 05 de dezembro de 2016, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, no Repositório Institucional (RI/UFPI), no formato especificado* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: Teresina-PI Data: 30/11/2025

Assinatura do(a) autor(a): Ana Geórgia Bezerra

* **Texto** (PDF); **imagem** (JPG ou GIF); **som** (WAV, MPEG, MP3); **Vídeo** (AVI, QT).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL - PPGHB

ANA GEÓRGIA BEZERRA

O CENÁRIO POLÍTICO DE ALAGOINHA DO PIAUÍ: DA ELEIÇÃO MUNICIPAL À CASSAÇÃO DO PREFEITO ELEITO (2008-2012)

TERESINA-PI

2025

ANA GEÓRGIA BEZERRA

O CENÁRIO POLÍTICO DE ALAGOINHA DO PIAUÍ: DA ELEIÇÃO MUNICIPAL À CASSAÇÃO DO PREFEITO ELEITO (2008-2012)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Charrone

TERESINA-PI

2025

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Centro de Ciências Humanas e Letras
Biblioteca Setorial Prof. Wilson Brandão

B574c Bezerra, Ana Geórgia.
O cenário político de Alagoinha do Piauí: da eleição municipal à cassação do prefeito eleito (2008-2012) / Ana Geórgia Bezerra. – 2025.
160 f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2025.
"Orientador: Prof. Dr. João Paulo Charrone".

1. História do Piauí. 2. Política. 3. Eleição. 4. Cassação. 5. Alagoinha do Piauí. I. Charrone, João Paulo. II. Título.

CDD 981.22

Bibliotecária: Amanda Maria Coelho Vieira Albuquerque – CRB3/1353

ANA GEÓRGIA BEZERRA

O CENÁRIO POLÍTICO DE ALAGOINHA DO PIAUÍ: DA ELEIÇÃO MUNICIPAL À CASSAÇÃO DO PREFEITO ELEITO (2008-2012)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Charrone

Aprovada em **29** de **agosto** de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
JOAO PAULO CHARRONE
Data: 17/11/2025 16:04:59-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. João Paulo Charrone (Orientador)
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Documento assinado digitalmente
gov.br
CLAUDIA CRISTINA DA SILVA FONTINELES
Data: 24/11/2025 08:19:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Cláudia Cristina da Silva Fontineles (Examinadora Interna)
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Documento assinado digitalmente
gov.br
EDVALDO CORREA SOTANA
Data: 17/11/2025 16:13:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Edvaldo Corrêa Sotana (Examinador Externo)
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Aos moradores de Alagoinha do Piauí.

AGRADECIMENTOS

Ao longo de nossas vidas, vivenciamos experiências que um dia sonhamos e outras que jamais cogitamos. Em todas elas, a presença do outro se faz necessária, para estender a mão, para celebrar ou para amparar na queda. É a essas pessoas que devo meus mais sinceros e profundos agradecimentos.

O universo acadêmico é repleto de desafios, muitos dos quais nos levam ao extremo das emoções, tanto de forma positiva quanto negativa. Nesse contexto, a sorte pode parecer uma grande aliada, mas a fé é o porto seguro que nos conduz ao impossível e nos devolve ao sonho, ao instante que pedimos em oração pela oportunidade de vivenciar aquela bênção que escapa pelos dedos feito areia.

Nunca sonhei com o mestrado, não por falta de interesse, mas por parecer algo impossível de alcançar, algo preferível de não sonhar. Contudo, por uma série de acontecimentos que me ensinaram a abraçar todas as oportunidades e a não desistir delas, consegui acessá-lo.

Para além do que chamo de sorte, Deus colocou no meu caminho pessoas que iluminaram minha jornada e tornaram possível alcançar esse lugar que antes parecia inacessível. Agradeço a todos que contribuíram financeiramente para que eu conseguisse sair do interior para residir durante um ano na capital, família, amigos, vizinhos e conhecidos.

Deus me surpreendeu novamente, ao me conduzir a uma turma de pessoas de coração incrível que, independentemente das afinidades, seguraram as mãos uns dos outros até que o último de nós concluísse sua jornada. E, nesse processo, me apresentou a pessoa mais humana, compreensiva e especial com quem já convivi, meu orientador, João Paulo Charrone. A ele, devo a conclusão dessa etapa da minha vida acadêmica. Foi por ele que persisti. Gratidão!

Também fui agraciada com o privilégio de compartilhar a vida, mesmo que enclausurada entre paredes brancas de um condomínio silencioso, com pessoas que considero minha família. Elas foram minha força para superar não apenas os obstáculos externos, mas principalmente os internos.

Diante de tantas bênçãos evidentes, agradeço a Deus. Em todo esse processo, não houve um único pedido meu que ele não tenha atendido, e mais ainda, agiu de tal forma que não há como atribuir tudo isso à sorte. Nenhum ser humano poderia ser tão sortudo.

Agradeço aos meus pais, Dona Neuza e Seu Miguel, que me deram o suporte que só um pai e uma mãe podem oferecer. Minha mãe tirava do pouco que tinha para me manter em Teresina. Nos últimos meses do mestrado, no momento de concluir a dissertação, eles me deram

todo o suporte financeiro para que eu pudesse ficar sem trabalhar. É por eles que enfrento todas as batalhas, na esperança de que um dia se orgulhem da minha trajetória e de tudo o que consegui conquistar.

À minha irmã Geovana e ao meu cunhado Ernando, que paravam tudo o que estavam fazendo para me levar ou buscar nas minhas idas e vindas, meu agradecimento especial. É por minha irmã que busco estudar e ser sempre uma pessoa melhor.

Agradeço profundamente a Kátia, Ana Ester e Maira, pela parceria do primeiro ano de mestrado e por continuarem me emanando boas energias, vocês são a família que Deus escolheu para mim. Em especial a Ana com quem dividi mesa de estudo e em quem me inspiro como exemplo de foco e dedicação.

As amizades que construí nessa trajetória, Almerito, Ítalo, Higor, Danielle, Rodrigo. De forma especial ao meu parceiro de RU, Igo, amigo querido que quero levar pra vida. Agradeço pelas broncas, por me ouvir e me incentivar a crescer intelectualmente.

Agradeço também aos meus amigos externos ao ambiente acadêmico, que sempre me deram forças para continuar lutando, Jane, Marciana, Gabi, Kaylandia, Cici, Athirson. Em especial a minha pupila, Maria Clezia, que sempre fez questão de me mostrar o quanto eu era capaz. A Clecionarton, Edwirges, Maria, Carvalho Neto, Lucas e João que me encorajaram a não desistir. Maria sempre fez questão de expressar o quanto me achava capaz, o que me fortaleceu nesse processo. Obrigada.

Às minhas crias do sexto ano, que me tiram muitas risadas e proporcionaram um dos melhores anos da minha vida. À Safira, que adotei como filha e que foi o meu suporte. Ao meu irmão, à minha cunhada e à tia Tica, que me deram suporte no segundo ano. Em especial, aos meus sobrinhos e afilhados, que me inspiram a ser um exemplo pra eles.

Aos colaboradores desse estudo, alagoinhenses que me concederam entrevista para a construção do nosso trabalho. Vocês são os personagens principais dessa narrativa, sem suas contribuições esta pesquisa não seria possível. Meu mais profundo agradecimento!

Por fim, agradeço a banca de qualificação e defesa, profa. Cláudia Fontineles, prof. Gleison Monteiro e prof. Edvaldo Sotana, pelas contribuições e o carinho. Agradeço, ainda, a Universidade Federal do Piauí (UFPI), em especial ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB) por oportunizar essa conquista. Meus mais vultosos agradecimentos a todos que fizeram parte dessa jornada!

RESUMO

O trabalho analisa o cenário político de Alagoinha do Piauí entre a eleição municipal de 2008 e a cassação do prefeito e vice-prefeito eleitos naquele pleito, bem como seus desdobramentos subsequentes. A problemática da pesquisa concentra-se em compreender a construção política do município, identificar *habitus* eleitorais que marcaram a eleição de 2008, examinar o processo de cassação e investigar os rearranjos e a redistribuição de capital político decorrentes do período de instabilidade. As fontes utilizadas na análise foram: relatos orais de oito alagoinhenses, uma crônica publicada no *Jornal do Planalto* (1999); matérias veiculadas no jornal *O Dia* e nos portais de notícias *GPI*, *180graus*, *Riachaone*t, *Tribuna*, *Cidadeverde e O tempo* (2009-2012); imagens de eventos políticos e decisões da Justiça Eleitoral acerca da cassação. O referencial teórico-metodológico fundamenta-se em Pierre Bourdieu (1989, 2004, 2008, 2011), Serge Berstein (1998), René Rémond (2003), Verena Alberti (2008, 2013), José D'Assunção Barros (2023) e Peter Burke (2004). A pesquisa apontou que a construção política de Alagoinha do Piauí, após a emancipação, foi marcada pela consolidação de dois grupos que passaram a disputar capital político e o controle da administração municipal. Na eleição de 2008, ambos foram representados por médicos com expressivo capital simbólico, que lançaram mão de diversas estratégias para garantir vantagem na disputa eleitoral, incluindo indícios de negociação de votos. O pleito foi vencido pelo grupo petista, liderado por Clodoaldo Rocha (PT), que derrotou Pedro Otacílio (PSB), representante do grupo do primeiro prefeito do município. O mandato, contudo, foi interrompido por um processo de cassação que resultou em eleição suplementar e provocou rearranjos no campo político local, culminando na aliança entre os dois grupos para disputar juntos a eleição de 2012.

Palavras-chave: História; política; eleição; cassação; Alagoinha do Piauí.

ABSTRACT

his study analyzes the political landscape of Alagoinha do Piauí between the 2008 municipal election and the impeachment of the elected mayor and vice-mayor in that election, as well as its subsequent developments. The research problem focuses on understanding the political construction of the municipality, identifying electoral habitus that influenced the 2008 election, examining the impeachment process, and investigating the rearrangements and redistribution of political capital resulting from the period of instability. The sources used in the analysis included oral testimonies from eight residents of Alagoinha, a chronicle published in Jornal do Planalto (1999); news articles from the newspaper O Dia and the news portals GPI, 180graus, Riachaonet, Tribuna, Cidadeverde, and O Tempo (2009–2012); images of political events; and decisions from the Electoral Justice regarding the impeachment. The theoretical-methodological framework is based on Pierre Bourdieu (1989, 2004, 2008, 2011), Serge Berstein (1998), René Rémond (2003), Verena Alberti (2008, 2013), José D'Assunção Barros (2023), and Peter Burke (2004). The research showed that the political construction of Alagoinha do Piauí, after emancipation, was marked by the consolidation of two groups that competed for political capital and control of municipal administration. In the 2008 election, both groups were represented by doctors with significant symbolic capital, who employed various strategies to gain advantage in the electoral contest, including indications of vote negotiation. The election was won by the Workers' Party group, led by Clodoaldo Rocha (PT), who defeated Pedro Otacílio (PSB), representative of the group of the municipality's first mayor. However, the term was interrupted by an impeachment process that resulted in a supplementary election and provoked rearrangements in the local political field, culminating in an alliance between the two groups to run together in the 2012 election.

Keywords: History; politics; election; revocation; Alagoinha do Piauí.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Piauí destacando o município de Alagoinha do Piauí 11
Figura 2 – Representantes de Alagoinha na Câmara Municipal de Pio IX 29
Figura 3 – Cerimônia de Posse do primeiro prefeito de Alagoinha do Piauí (1986) 40
Figura 4 – Passeata em alusão a posse de Salomão Caetano (1986) 42
Figura 5 – Audiência oficial com o governador no Palácio Karnak (1987) 45
Figura 6 – Posse de Nascimento Rocha e Nicácio Brito (1997) 59
Figura 7 – Visita de Luiz Inácio Lula da Silva ao município de Alagoinha do Piauí (2000) .. 61
Figura 8 – Posse de Braz José Neto, João Deolindo de Carvalho e vereadores (2005) 66
Figura 9 – Cartaz dos candidatos a prefeito e vice-prefeito, Clodoaldo e Nini (2008) 72
Figura 10 – Multidão reunida em comício de campanha do "lado do PT" (2008) 76
Figura 11 – Comício de campanha do "lado de Braz" (2011). 81
Figura 12 – Clodoaldo Rocha, Nini e Welligton Dias em comício de campanha (2008) 89
Figura 13 – Clodoaldo e Nini em Cerimônia de Posse (2009) 105
Figura 14 – Prefeito e vice-prefeito em Solenidade de Posse (2009) 108
Figura 15 – Prefeito de Alagoinha do Piauí cumprimenta eleitores (2009) 109
Figura 16 – Pedro Otacílio, Neto Leandro, Braz Neto, Carmelita Eva e Hortalina Bezerra em Solenidade de Posse (2011) 145
Figura 17 – Pedro Otacílio proferindo o discurso de posse ao cargo de Prefeito (2011) 146

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11
2 O CONTEXTO POLÍTICO DE ALAGOINHA DO PIAUÍ: DA EMANCIPAÇÃO A ELEIÇÃO DE 2008 24
2.1 "A alvorada do teu amanhecer": emancipação política de Alagoinha do Piauí 26
2.2 Gestões municipais: a formação de dois grupos políticos antagônicos 38
3 BANDEIRAS ERGUIDAS: ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 2008 EM ALAGOINHA DO PIAUÍ 68
3.1 A disputa eleitoral: candidatos ao Executivo Municipal e eventos de campanha 69
3.2 Por trás das bandeiras: *habitus* de negociação do voto 91
4 GESTÃO MUNICIPAL DE CLODOALDO DE MOURA ROCHA: DA POSSE A CASSAÇÃO 104
4.1 A gestão do prefeito Clodoaldo Rocha 105
4.2 Cassação de mandato: marcos legais, normativos e rito 119
4.3 A cassação de Clodoaldo Rocha: contexto, causas e desdobramentos 122
CONSIDERAÇÕES FINAIS 150
REFERÊNCIAS 153

1 INTRODUÇÃO

Em uma noite escura, a bordo de um "pau de arara"[1], superlotado e barulhento, avistamos, em um vale localizado na mesorregião sudeste do estado do Piauí, um conjunto de luzes brilhantes, que se destacavam naquele breu. Em meio a conversas e gargalhadas, alguém questionou se seria aquilo o "fogo de uma broca"[2], naquele horário parecia improvável, tanto que as risadas se multiplicaram e alguém logo respondeu que se tratava da cidade de Alagoinha do Piauí. Aos poucos fomos nos aproximando daquelas luzes, atravessamos um rio e adentramos em ruas estreitas com casas simples, passamos pela igreja e logo avistamos o mercado público e a praça central. Tínhamos chegado à sede do município em destaque no mapa abaixo.

Figura 1 – Mapa do Piauí destacando o município de Alagoinha do Piauí



Fonte: Rafael Lorenzeto de Abreu, 2006.

Os detalhes estruturais do ambiente urbano, logo foram ofuscadas por barulhos estridentes de sons automotivos, pessoas conversando em tons elevados, cantando e até

[1] Caminhão adaptado para transporte de passageiros na carroceria. Que pode conter tábuas, para servir de assento, e cobertura de lona para proteger os viajantes.
[2] Queimada de vegetação para plantio ou outros usos, que é planejada e aparentemente controlada, mas pode fugir do controle e resultar em incêndio.

gritando. Uma multidão ocupava os estabelecimentos, calçadas e ruas do centro da *urbe*. Visualizamos crianças brincado, jovens namorando, adultos dançando. Ali acontecia, na Avenida Nove de Abril, um dos comícios de campanha da eleição municipal de 2008.

Com todo aquele alvoroço, a adolescente de 13 anos, de curiosidade aflorada, que estava ali apenas para se divertir com seus colegas de escola, começou a imaginar o porquê as pessoas estavam tão eufóricas. A volta pra casa foi de muita reflexão. Os dias seguintes observando movimentações noturnas na estrada que passava ao lado da casa que residia, ouvindo conversas e presenciando a visita de candidatos, comecei a ficar incomodada com algumas daquelas práticas, prometi que em algum momento pesquisaria sobre a política daquele município, que apesar de, naquele período, contar com uma população de apenas 7.447 habitantes (Diagnostico [...], 2007), vivenciava campanhas eleitorais acaloradas, com disputas acirradas.

Alguns anos se passaram, mas aquela inquietação persistiu, talvez até tenha se intensificado. As práticas eleitorais vivenciadas em Alagoinha do Piauí continuavam a me incomodar profundamente, como uma pergunta sem resposta que insiste em retornar. Já adulta, ao ingressar no curso de Licenciatura Plena em História, na Universidade Federal do Piauí (UFPI/CSHNB), a ideia de transformar esse incômodo em objeto de estudo voltou com mais força, mas ainda me parecia um projeto distante, quase inalcançável.

Foi somente quando decidi despir-me dos medos e compartilhar minhas angústias com a professora Dra. Olivia Candeia Lima Rocha, durante a disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História, que o caminho começou a se desenhar. Com seu incentivo e, posteriormente, com a orientação do professor Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos, abracei a pesquisa e, enfim, defendi meu Trabalho de Conclusão de Curso, centrado nas relações de poder e nas práticas sociais do eleitorado de Alagoinha do Piauí nas eleições municipais de 2008.

Ao optar por seguir a trilha acadêmica e ingressar no Mestrado em História do Brasil (PPGHB/UFPI), vislumbrei a possibilidade de aprofundar aquele olhar desenvolvido na pesquisa inicial, ampliando o escopo. A dissertação resultante, analisa o cenário político de Alagoinha do Piauí, com ênfase no período compreendido entre a eleição municipal de 2008 e a cassação do prefeito e vice-prefeito eleitos naquele pleito, contemplando, ainda, os desdobramentos políticos subsequentes.

A justificativa para a escolha do tema e do recorte temporal em estudo baseia-se na percepção de que, em 2008, Alagoinha do Piauí vivenciou uma disputa eleitoral acirrada, na qual os atores políticos mobilizaram-se no interior do campo político com o objetivo de acumular capital político, buscando, assim, alcançar ou preservar a posição de comando na

administração municipal. Essas movimentações ocasionaram na posterior cassação do prefeito e vice-prefeito eleitos, o que teria provocado uma instabilidade política no cenário local rearranjando as configurações de capital político entre os sujeitos e contribuindo para formação de novas alianças no campo político do município.

Essas disputas no cenário político local, evidenciaram a presença de clientelismo político, manifestos na negociação de votos mediante dinheiro ou favores. A compreensão dessas dinâmicas exige considerá-las não apenas como eventos pontuais, mas como parte de um quadro mais amplo, relacionado à cultura política, entendida por Serge Berstein (1998) como um conjunto de referências, valores e comportamentos, tanto individuais quanto coletivos, interiorizados pelos atores políticos e compartilhados por um grupo social. Nesse sentido, o estudo desses elementos, historicamente estruturais na política brasileira, permite compreender como se consolidam em determinados contextos e de que forma podem influenciar tanto os resultados quanto as tensões do processo eleitoral.

Essa abordagem amplia o conhecimento sobre a história política recente do Piauí, analisando um campo político que, embora localizado, dialoga com questões recorrentes na política brasileira, como a relação entre *habitus* eleitorais e instabilidade institucional. Ao reunir fontes e realizar uma análise crítica sobre a eleição municipal de 2008 e seus desdobramentos, a pesquisa pode preencher possíveis lacunas na historiografia regional e oferecer subsídios para reflexões mais amplas sobre o funcionamento da política em municípios de pequeno porte no Brasil contemporâneo.

A pesquisa também contribui com o campo de estudos de história do tempo presente, em que, como destaca François Dosse (2012) apesar de não ser uma operação historiográfica nova, tendo em vista que essa abordagem já possui um peso de longa tradição, enfrentou algumas dificuldades para ser reconhecida e permanece "sob vigilância", por lidar com testemunhas vivas "que podem contestar os registros históricos nos quais não se reconhecem, o que torna ainda mais necessária uma estrita articulação entre História e memória" (Dosse, 2012, p. 15).

Nesse sentido, partimos da construção histórica e política de Alagoinha do Piauí, desde sua emancipação, buscando compreender não apenas os eventos em si, mas os *habitus* eleitorais manifestados pelos alagoinhenses e as disputas que moldaram o campo político local. Investigamos, assim, a cassação de Clodoaldo de Moura Rocha e Francisco João de Carvalho, conhecido como Nini, prefeito e vice-prefeito eleitos na eleição de 2008 pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e os rearranjos institucionais e sociais desencadeados pela interrupção dos mandatos eletivos.

Em contextos de instabilidade política, o campo político local tende a passar por reconfigurações significativas, nos quais capitais são redistribuídos e sujeitos políticos redefinem suas estratégias de atuação e posicionamento. Em um cenário em que prefeito e vice-prefeito tiveram seus mandatos cassados, sob acusação de captação ilícita de sufrágio e abuso de poder econômicos, em uma Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME), requerida pelo candidato derrotado nas urnas, torna-se necessário investigar de que modo tais rearranjos impactaram as relações de poder, a disputa por legitimidade e a formação de novas alianças, bem como compreender os mecanismos que sustentam, ou desestabilizam, essas transformações no campo político de Alagoinha do Piauí.

Nesse sentido, temos como objetivo geral da pesquisa: analisar o cenário político de Alagoinha do Piauí da eleição municipal de 2008 à cassação do prefeito e vice-prefeito eleitos naquele pleito, bem como seus desdobramentos subsequentes. Quanto aos objetivos específicos, buscamos: investigar a construção do campo político de Alagoinha do Piauí após a emancipação político-administrativa; Identificar *habitus* eleitorais de alagoinhenses que caracterizam as disputas no campo político de Alagoinha do Piauí entre 2008 e 2012; examinar o processo de cassação do prefeito e vice-prefeito de Alagoinha do Piauí eleitos em 2008; compreender os rearranjos institucionais e sociais provocados pela cassação, considerando a redistribuição de capitais políticos e a formação de novas alianças no campo político de Alagoinha do Piauí.

Para alcançar os objetivos propostos, partiremos das seguintes questões norteadoras: Como a construção histórica e política de Alagoinha do Piauí, desde sua emancipação, influenciou a configuração do campo político local na disputa eleitoral de 2008? Quais *habitus* eleitorais se manifestaram no campo político de Alagoinha do Piauí durante a eleição de 2008? Como a eleição de 2008 em Alagoinha do Piauí desencadeou reconfigurações e rearranjos no campo político local? De que maneira a cassação do prefeito e vice-prefeito eleitos em 2008 implicou na redistribuição de capitais políticos e na formação de novas alianças no campo político de Alagoinha do Piauí?

Utilizamos como fonte para construção dessa narrativa relatos orais de oito alagoinhenses, que nos concederam entrevista em 2019, 2021, 2024 e 2025. As entrevistas foram estruturadas no modelo temático, com base em Verena Alberti (2008, p. 175) que as define como sendo "as que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido". Sete dos nossos colaboradores optaram por não serem identificados, por isso utilizamos pseudônimos, e estes se chamarão: "Maria" (2024), "Raimunda" (2024), "José" (2021), "Antônio" (2021), "Luiza" (2021), "Joaquim" (2019) e "Raimundo" (2019). Essa

medida foi utilizada porque os temas abordados envolvem questões delicadas, que podem expor os colaboradores a riscos jurídicos, sociais e profissionais, comprometendo o bem estar dos participantes.

O uso de pseudônimos está alinhado com os princípios éticos que regem a pesquisa envolvendo seres humanos, conforme estabelecido pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que reforça a necessidade de assegurar o anonimato e a confidencialidade dos participantes para evitar qualquer tipo de dano. Como ressalta Janaina Amado (1997) pessoas não são papéis, e conversar com vivos implica muito mais responsabilidade e compromisso, pois tudo que for dito ou escrito poderá trazer consequências imediatas para o colaborador em seus círculos familiares, sociais e profissionais.

> Dependendo do assunto da pesquisa e do uso que o historiador fizer das informações obtidas nas entrevistas, entretanto, as consequências da divulgação da pesquisa, para os informantes, assim como para pessoas a eles ligadas, podem ser devastadoras, alterando drasticamente suas rotinas de vida e seus destinos (Amado, 1997, p. 146-147).

Além disso, essa estratégia contribui para que os entrevistados se sintam mais à vontade para compartilhar informações de forma mais honesta e aprofundada, aumentando a qualidade dos dados coletados. Portanto, a substituição dos nomes reais por pseudônimos foi adotada como uma prática necessária para respeitar a autonomia dos participantes, preservar sua segurança e garantir a integridade ética da pesquisa. A colaboradora Margarida Maria de Sá não viu empecilho em se identificar, por isso ao longo do trabalho iremos utilizar seu primeiro nome: “Margarida” (2025).

Ao adotar a metodologia de história oral e utilizar fontes orais na pesquisa, é fundamental reconhecer que “as disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo” (Alberti, 2008, p. 157). Isso evidencia que a História Oral não se limita à recuperação de lembranças, mas contribui significativamente para a compreensão das práticas sociais e das dinâmicas relacionais entre os sujeitos, permitindo acessar os sentidos que eles atribuem às suas experiências e ao próprio pertencimento coletivo. Conforme Alberti (2008, p. 170):

> Uma das principais vantagens da História oral deriva justamente do fascínio da experiência vivida pelo entrevistado, que torna o passado mais concreto e faz da entrevista um veículo bastante atraente de divulgação de informações sobre o que aconteceu. Esse mérito reforça a responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta

> e divulga entrevistas, pois é preciso ter claro que a entrevista não é um "retrato" do passado.

Verena Alberti (2008), destaca ainda, que a história oral pode mostrar como a memória é construída por meio de um processo contínuo de negociação. Para ela, a memória não é apenas uma lembrança passiva do passado, mas sim uma construção ativa e seletiva, fundamental para a formação da identidade de um grupo social. Esse processo envolve a organização e seleção de eventos e narrativas que são consideradas significativas, com o objetivo de reforçar um sentimento de unidade, continuidade e coerência dentro do grupo. Portanto, a memória, acessada por meio da História Oral, é tanto um produto quanto um instrumento de identidade social.

Nesse sentido, ao adotarmos a metodologia da história oral, escolhemos os entrevistados com base no critério de terem vivenciado a eleição municipal de 2008, em Alagoinha do Piauí, bem como os desdobramentos decorrente desse processo. Os oito colaboradores são moradores da zona rural, escolha orientada por dois fatores: o interesse em compreender as experiências de quem vive em áreas distantes do centro urbano e suas relações com o processo eleitoral; e a familiaridade prévia com esses sujeitos, cuja proximidade territorial facilitou o acesso e fortaleceu laços de confiança, contribuindo para que aceitassem participar das entrevistas. Conforme Alberti (2013), o conhecimento anterior com o entrevistado não prejudica a produção do documento de história oral, isso porque:

> Uma entrevista será sempre produto de uma situação singular, a relação entre entrevistado e entrevistador, estabelecida de acordo com a imagem que se fazem de si mesmo e do outro, sendo o conhecimento prévio entre ambos — se houver — mais um entre os muitos dados sobre os quais cada um constrói estas imagens (Alberti, 2013, p. 22).

Ao selecionar os primeiros colaboradores, tivemos um contato inicial, explicamos do que se tratava a pesquisa e os deixamos à vontade para definir local, dia e horário. Visto que, conforme Alberti (2013, p. 23): "o primeiro contato com o entrevistado, cabe aos pesquisadores explicar o trabalho do programa e o método empregado na história oral, colocando o entrevistado a par dos propósitos da pesquisa". Para aqueles que ficaram receosos em conceder a entrevista, explicamos que os seus relatos não seriam utilizados de maneira sensacionalista e que o entrevistado, caso preferisse, poderia não ser identificado. Informamos também que possuíam total liberdade para decidir sobre temas que não quisessem abordar ou solicitar que a gravação fosse interrompida. Além disso, enfatizamos a importância de seus relatos para a pesquisa.

No primeiro contato, foi apresentado aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**,** permitindo que tomassem conhecimento dos objetivos e procedimentos da pesquisa, bem como decidissem sobre sua participação. Com a concordância formalizada por meio da assinatura do documento, foram definidos local, data e horário para a realização das entrevistas. Todos os colaboradores autorizaram a gravação em áudio e a divulgação de seu conteúdo, exclusivamente para fins acadêmicos, após a devida transcrição. As entrevistas foram registradas com o uso de um aparelho celular e, posteriormente, transcritas integralmente.

Após a definição do tema de estudo e a escolha pela metodologia da história oral, foi elaborado um roteiro geral que, conforme orienta Alberti (2013), passou por revisões e aprimoramentos ao longo da pesquisa. Com a seleção dos participantes e a concordância destes em integrar o estudo, desenvolveu-se um roteiro individualizado, estruturado a partir da relação que cada colaborador mantinha com o tema. As perguntas, de caráter semiaberto, foram aprofundadas de acordo com o andamento do diálogo, permitindo maior flexibilidade e riqueza nas respostas. Como destaca Alberti (2013), "o ideal, numa situação de entrevista, é que se caminhe em direção a um diálogo informal e sincero, que permita a cumplicidade entre entrevistado e entrevistadores, à medida que ambos se engajam na reconstrução, na reflexão e na interpretação do passado".

Algumas entrevistas foram realizadas em 2019 e 2021, para a escrita da monografia, optamos por não retornar aos entrevistados por entendermos que os relatos coletados já atendiam as necessidades desta pesquisa, tendo em vista que ao pesquisarmos sobre os colaboradores não identificamos mudanças em seus posicionamentos, em relação ao campo político do município. Além disso, a ampliação do estudo manteve a mesma linha temática, e a análise dos relatos orais seguiu a abordagem adotada na pesquisa anterior.

Foram também analisadas informações publicadas no jornal *O Dia*[3] e nos portais *GP1*, *Gazeta do Povo*, *Cidadeverde*, *O Tempo*, *Tribuna*, *Riachaonet*, *180graus* e *Uol Notícias*, além de uma entrevista concedida, em 2024, pelos candidatos à prefeitura nas eleições de 2008, Clodoaldo de Moura Rocha e Pedro Otacílio de Sousa Moura, ao programa *Notícias de Picos,* da TV Cidade Verde. Na ocasião, ambos participaram de entrevistas individuais, transmitidas ao vivo e conduzidas pela jornalista Jeandra Portela, no quadro *Eleições 2024*, cuja proposta era apresentar, separadamente, os candidatos às prefeituras dos municípios da região de Picos.

[3] O Dia foi o primeiro jornal diário do Piauí, pertencente atualmente ao grupo Sistema O Dia de Comunicação, passou a ser publicado diariamente em Teresina no ano de 1964 após ter sido adquirido por Octávio Miranda. Na década de 1990 ganha uma das primeiras redações informatizadas do Brasil. Em 2024 apesar de aderir aos meios digitais com a criação em 2006 do portalodia.com, o impresso continua em circulação.

Cabe ressaltar que, em 2024, Clodoaldo Rocha e Pedro Otacílio voltaram a disputar o cargo máximo do Executivo Municipal de Alagoinha do Piauí. As entrevistas concedidas por ambos se encontram disponíveis na plataforma *YouTube*, no canal *TVCidadeVerde*[4]. Após a coleta dos materiais audiovisuais, realizamos a transcrição das falas, etapa importante para a análise, pois os candidatos revisitaram suas trajetórias pessoais e políticas, destacando experiências e atuações vinculadas ao município em estudo.

Quando se trata das notícias jornalísticas, nos embasamos em José D'Assunção Barros (2023), que discute a importância dos jornais como documentos valiosos para a pesquisa histórica. O autor destaca que os jornais não apenas registram os acontecimentos do presente, mas também refletem os discursos, ideologias e tensões sociais de sua época. Como produções inseridas no cotidiano, eles permitem ao historiador acessar percepções imediatas dos fatos e compreender como determinados eventos foram representados e assimilados socialmente. Embora o jornal seja uma fonte rica, ele não é neutro: é produzido sob interesses editoriais e pressões políticas, e por isso deve ser analisado de forma crítica.

Também examinamos relatos de moradores de Alagoinha do Piauí que participaram de uma reportagem publicada, em 2014, no portal *Uol Notícias*, na qual abordava o analfabetismo no município e sua relação com as eleições e a compra de votos. No vídeo, com duração de 3 minutos e 13 segundos, o cinegrafista, sem aparecer em cena, percorre ruas da cidade e trechos da zona rural, entrevistando pessoas que comentam sobre esses temas. As perguntas não são exibidas, sendo apresentadas apenas as respostas. Transcrevemos e analisamos os relatos de: "Helena Sobreira", "Antônio de Sá", "Antônio Félix", "Adão Paz", "Helena Brito" e "Mariano".

Além das fontes já citadas, analisamos também imagens de eventos políticos, como comícios de campanha, cerimônia de diplomação e posse, audiência com governador do estado. E, por fim, documentos jurídicos acerca do processo de cassação, como o Acordão que determinou a permanência de Clodoaldo Rocha (PT) e João Francisco (PMDB) nos seus respectivos cargos até o julgamento da AIME, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI) e a decisão do TRE-PI pela cassação, determinado a realização de eleição suplementar.

Em relação ao subsídio teórico da pesquisa, nos embasamos em Serge Berstein (1998) para pensar a cultura política, compreendida como o conjunto de representações, valores, símbolos, tradições e referências que estruturam e orientam a vida política de uma coletividade.

[4] A plataforma online YouTube possibilita que os vídeos publicados sejam excluídos pelo titular da conta do Google que realizou o envio. Dessa forma, para prevenir a perda de materiais devido a eventuais remoções, efetuamos o download do vídeo.

Trata-se de um fenômeno que se manifesta simultaneamente em duas dimensões: no plano individual, como elemento interiorizado pelo sujeito ao longo de sua socialização política, e no plano coletivo, como um patrimônio compartilhado por um grupo social, conferindo-lhe coesão e identidade comuns. Sua formação é resultado de um processo histórico, no qual experiências vividas, práticas institucionais, rituais, discursos e eventos significativos são acumulados, reinterpretados e transmitidos ao longo do tempo, influenciando percepções, comportamentos e escolhas políticas. Conforme Berstein (1998):

> A hipótese das investigações sobre a cultura política é que esta, uma vez adquirida pelo homem adulto, constituiria o núcleo duro que informa sobre as suas escolhas em função da visão do mundo que traduz. O estudo da cultura política, ao mesmo tempo resultante de uma série de experiências vividas e elemento determinante da acção futura, retira a sua legitimidade para a história da dupla função que reveste. É no conjunto um fenómeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenômeno colectivo, partilhado por grupos numerosos (Berstein, 1998, p. 359-360)

Nesse sentido, a cultura funciona como um quadro interpretativo da realidade política, estabelecendo critérios sobre o que é considerado legítimo, aceitável ou desejável em determinado contexto histórico e social. Embora apresente certa estabilidade, derivada de sua ancoragem em tradições e memórias coletivas, ela não é imutável: mudanças profundas nas condições econômicas, sociais ou institucionais podem provocar sua reformulação ou ressignificação. Assim, compreender a cultura política de um campo implica reconhecer tanto sua dimensão identitária e de continuidade, quanto sua capacidade de adaptação e transformação diante de novas conjunturas históricas

Os conceitos de *campo*, *capital* e *habitus* de Pierre Bourdieu, permeiam toda a pesquisa. Nesse sentido, cabe apresentá-los logo na introdução para que o leitor se situe quanto a sua aplicabilidade ao longo do trabalho. O *campo* para Bourdieu (2008) é o espaço social global em que os indivíduos, coletividades ou instituições estabelecem relações na disputa pelo domínio de determinado capital, seja financeiro, cultural, político, social, simbólico etc., ou formas de poder. Todas as sociedades são espaços sociais que se estruturam pelas diferenças, que são originadas na estrutura de distribuição das formas de poder ou dos tipos de capital adequado com os lugares e os momentos analisados. Essa estrutura de distribuição das propriedades ativas e, consequentemente, dos espaços sociais podem ser modificadas ou conservadas pelos agentes sociais, que conforme suas necessidades e posição que ocupam no campo de forças, se enfrentam em um campo de lutas com meios e fins diferenciados, contribuindo para conservação ou transformação de sua estrutura.

Nesses enfrentamentos, os sujeitos buscam conservar ou modificar sua posição no campo em que estão inseridos, acumulando determinado tipo de *capital*. O capital que desejam adquirir, depende da necessidade e do objetivo a ser alcançado no interior do campo em que vivem e se relacionam. Ao tratar do conceito de *capital*, Bourdieu (2008) não o restringe à dimensão econômica, como bens materiais, renda, patrimônio. O autor identifica, pelo menos, cinco formas de capital: *capital econômico*, já mencionado; o *capital cultural*, que se trata das qualificações intelectuais concebidas pelo sistema escolar ou pela família; o *capital social*, que é definido pelas relações sociais que um indivíduo ou grupo possuem e que pode implicar nos lugares que frequentam; o *capital simbólico* que corresponde ao prestigio que um sujeito possui no espaço social em que vive, permitindo-lhe ser percebido como detentor dos demais capitais, isso porque, a forma como se porta e é reconhecido define o nível de educação que possui, a condição econômica e as relações que irá estabelecer. Por último, citamos o *capital político* que pode ser definido pela apropriação privada aos bens e serviços públicos, ao estarem inseridos no *campo político*.

Conforme Bourdieu (2011), o *campo político* é um pequeno mundo social no interior de um grande mundo social, nele se encontram várias propriedades do mundo global, mas que se revestem de maneira autônoma. Nesse universo particular, as ações, relações e processos, obedecem a leis próprias. Quem entra para a política está condicionado a exercer determinadas práticas, mesmo que não seja compatível com o que acreditam ou não obedeça às leis do mundo social comum, caso se recusem são penalizados com a exclusão e o fracasso. Para que o cidadão tenha acesso à política precisa atender a alguns critérios, não são todos que tem o mesma condição de acesso, a distribuição é desigual e depende de condições sociais.

Uma vez inseridos no *campo político*, suas ações são determinadas pelas relações que estabelecem com os membros do próprio campo. Sua atuação, não busca atender as expectativas da população que representam, ou dos eleitores que os elegem, mas diferenciar ou apropriar-se das ações realizados por outros membros do campo, de forma a não prejudicar a imagem de representação que ele pretende ter. Os sujeitos inseridos neste campo jogam "um jogo particular do qual os outros estão excluídos" (Bourdieu, 2011, p. 197). Mas, os políticos não podem se restringir a jogar somente entre si, de tempos em tempos precisam se dirigir àqueles que representam e a quem devem prestar contas. Quando se trata do político local[5] a filiação partidária não parece desempenhar papel decisivo para que o candidato ganhe notoriedade. Se a pretensão é permanecer apenas na política elementar, sem almejar alçar voos mais altos, o que

[5] Por local, nos referimos ao município.

parece mais importante é conhecer bem os cidadãos que pretende representar e ser "bem-visto" por eles, ou seja, acumular *capital simbólico* (Bourdieu, 2011).

Quanto ao conceito de *habitus*, Bourdieu (2009) o define como um sistema de disposições duráveis e socialmente constituídas, que orienta percepções, ações e modos de pensar. Trata-se de um conjunto de esquemas incorporados ao longo do processo de socialização, por meio da convivência cotidiana com outros sujeitos e das práticas recorrentes típicas do espaço social em que cada indivíduo vive. Essas disposições, formadas pela história individual e coletiva, moldam maneiras de perceber o mundo, sentir, avaliar e agir, de forma tão profunda que passam a operar como se fossem naturais ou evidentes. Assim, o *habitus* não é apenas um repertório de comportamentos aprendidos, mas um princípio gerador de práticas, capaz de produzir ações coerentes sem depender de regras explícitas ou de cálculos conscientes. Em outras palavras, ele funciona como uma estrutura estruturada, resultado das experiências sociais, e, simultaneamente, estruturante, pois orienta práticas futuras, contribuindo para a reprodução das regularidades sociais

Entendemos que a pesquisa realizada se insere no campo da História conhecido como História Política, que, conforme destaca René Rémond (2003), desfrutou durante muito tempo de grande prestígio. No Antigo Regime, essa vertente centrava-se principalmente na figura do monarca. Mesmo após as revoluções que derrubaram as monarquias, a disciplina permaneceu pouco abalada; apenas deslocou seu foco, passando a privilegiar o estudo do Estado e da Nação, "consagrando daí em diante suas obras à formação dos Estados nacionais, às lutas por sua unidade ou emancipação, às revoluções políticas, ao advento da democracia, às lutas partidárias, aos confrontos entre as ideologias políticas" (Rémond, 2003, p. 15).

Contudo, conforme Rémond (2003) com os movimentos de 1968 e as mudanças que ocorreram na sociedade os estudiosos enxergaram uma necessidade de renovação da disciplina História. A História vive dentro de um tempo e as mudanças que ocorrem na sociedade influenciam também na pesquisa histórica. Nesse processo, enquanto os historiadores buscavam interrogar o sentido dos fatos, a história política se limitava a narrar fatos e acontecimentos de forma linear e cronológica, e contar a história de chefes de Estado. Com a renovação da História, havia chegado o momento de estudar os povos e as sociedades e quem insistisse em seguir priorizando a história dos tronos e das dominações eram considerados retardatários.

Segundo Rémond (2003), os critérios modernos determinaram que o Estado não é soberano nem imparcial não passando de um instrumento da classe dominante, portanto, estuda-lo em si mesmo não demandava mais importância significativa. Além disso, essa História

renovada considerava que os comportamentos coletivos tinham mais importância que as iniciativas individuais, buscavam valorizar a longa duração em detrimento da curta duração. Nesse contexto historiográfico, a história política não se encaixava, porque o modelo de história política praticado naquele momento se restringia ao estudo do Estado e de seus chefes em um período de curta duração. A história política parecia ter chegado ao fim.

Contudo, após passar um período em descredito a história política voltou aos holofotes integrando várias pesquisas históricas, mas dessa vez com estudos mais voltados a dimensão política do coletivo.

> Os trabalhos de história política pululam, numerosas teses lhe são consagradas. O ensino, após ter obedecido à convicção de que se devia descartar a política em benefício da economia e das relações sociais, tende hoje a reintroduzir a dimensão política dos fatos coletivos (Rémond, 2003, p. 21).

Com as experiências das guerras, percebeu-se que a política pode influenciar no destino de povos e indivíduos. Nessas circunstâncias, a opinião pública passa a responsabilizar e cobrar os poderes públicos a intervirem nas desgraças da sociedade, com isso, a política tomou posse de vários problemas que anteriormente não eram da sua competência. Nesse processo, não havia mais como negar que o político se refere a verdadeira realidade, já que ele possui o papel de geri-las. À medida em que cabe aos poderes públicos "legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política" (Rémond, 2003, p. 24).

Diante desses aspectos, para Rémond (2003) o mesmo movimento que influenciou para que a história política entrasse em descredito — o movimento de 1968 — contribuiu e muito para colocar o político novamente em primeiro plano. Mas, a história política só voltou a ser uma disciplina de destaque porque passou por uma renovação, rediscutindo os conceitos clássicos e as práticas tradicionais e tendo como fator decisivo a pluridisciplinaridade. Ao entrar em contato com outras áreas do conhecimento, tomou emprestado de disciplinas como matemática, linguística, ciência política métodos e técnicas de pesquisa, conceitos, vocabulário, problemáticas, tornando possível sua renovação e ascensão nesse cenário modificado pela ação do tempo e da realidade vivida. Dessa forma, o presente estudo insere-se no âmbito da História Política.

A partir dessa perspectiva, a sustentação dos argumentos aqui desenvolvidos apoia-se não apenas em referências teóricas e metodológicas, mas também em trabalhos bibliográficos

que ofereceram aportes fundamentais à realização desta pesquisa. Destacamos autores como Francisco Farias (2024), que em seu livro *Do coronelismo ao clientelismo: práticas eleitorais no Piauí, Brasil* analisa a transição política no Piauí, entre 1982 e 1996, marcada pela substituição do predomínio do coronelismo, baseado no voto de cabresto e na dependência pessoal no campo, pelo clientelismo, caracterizado pelo voto de barganha e pela mediação de recursos estatais.

Fundamentado em entrevistas qualitativas nos municípios de Barras e Esperantina, o estudo examina o contexto histórico, econômico e social da região, as transformações na estrutura agrária e a reconfiguração das elites locais. Farias (2024) argumenta que o clientelismo não é uma prática pré-capitalista, mas sim parte integrante da lógica político-eleitoral de sociedades capitalistas, articulando-se tanto nas relações intergovernamentais quanto nas disputas partidárias. O livro oferece um panorama crítico das práticas eleitorais piauienses e contribui para compreender a persistência de estruturas oligárquicas adaptadas à modernização política no Brasil.

Com o propósito de compreender a construção histórica e política de Alagoinha do Piauí, recorremos à dissertação da historiadora Maria Lucimar da Rocha (2018), intitulada *A cidade e (n)a história: uma análise do processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí (1960-1986)*, que analisa a formação e urbanização do povoado Alagoinha e posteriormente o processo de emancipação política. Além de outros estudos que abordam o município, como o de Regivalda Raimunda de Sousa (2017), que investiga os espaços de sociabilidades de Alagoinha do Piauí entre as décadas de 1970 e 1990, e o de José Clecionarton Teixeira (2023), que analisa as construções discursivas em torno do analfabetismo no município entre 2014 e 2015.

A pesquisa de Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI), resultou em um texto dissertativo estruturado em três capítulos.

O primeiro intitulado: *O contexto político de Alagoinha do Piauí: da emancipação a eleição de 2008*, analisa a construção política de Alagoinha do Piauí desde a emancipação, percorrendo as gestões de todos os prefeitos anteriores a eleição de 2008. Sendo identificado a formação e consolidação de dois antagônicos grupos políticos que, desde então vem disputando poder no campo político do município e influenciando os rumos administrativos da cidade. Trata-se do grupo do primeiro prefeito, Salomão Caetano de Carvalho, que após seu falecimento passou ser representado por Braz José Neto, eleito prefeito por três mandatos, e do grupo do primeiro prefeito petista eleito no Estado do Piauí, Manoel Nascimento Rocha.

No segundo capítulo intitulado: *Bandeiras erguidas: eleição municipal de 2008 em Alagoinha do Piauí,* examinamos o processo eleitoral municipal de 2008, marcado pela disputa entre dois médicos com vínculos profissionais e relações de proximidade com a população local. Clodoaldo Rocha (PT) e Pedro Otacílio (PSB), candidatos ao Poder Executivo Municipal, representavam os antagônicos grupos políticos, que buscavam ascender ou conservar o poder no campo político do município. Para isso, ambos utilizaram de estratégias para vencer a eleição, como reunir um volume expressivo de pessoas nos eventos eleitorais, receber lideranças estaduais e negociar o voto.

No terceiro capítulo intitulado: *Gestão municipal de Clodoaldo de Moura Rocha: da posse a cassação,* investigamos o mandato do prefeito eleito em 2008, que foi interrompido por um processo de cassação, cujo requerente foi o candidato derrotado Pedro Otacílio (PSB), ocasionado uma instabilidade no campo político do município. Sob acusação de compra de votos e abuso de poder econômico, Clodoaldo Rocha (PT) e João Francisco, o Nini (PMDB) foram cassados sendo realizada uma eleição suplementar. Esse cenário contribuiu para rearranjos e a redistribuição de capital político, ocasionando na formação de novas alianças e a junção dos dois grupos, em uma só chapa, na eleição de 2012.

2 O CONTEXTO POLÍTICO DE ALAGOINHA DO PIAUÍ: DA EMANCIPAÇÃO A ELEIÇÃO DE 2008

Entre as décadas de 1970 a 1980, o Piauí passou por um período de transição econômica e política. A estrutura agrária sofreu mudanças significativas, sobretudo no extremo-sul e no meio norte. Com a capitalização da agropecuária no Nordeste, diversas linhas de créditos foram criadas para incentivar essa transformação. Segundo Farias (2024, p. 53), “no Piauí, seguindo a tendencia regional, ocorreu a incidência direta dos incentivos fiscais no latifúndio pecuarista” (Farias, 2024, p. 53).

Nesse sentido, de acordo com Farias (2024), as regiões periféricas, como o meio rural piauiense, passaram por modificações em sua forma de participação no capitalismo nacional. O tradicional modelo latifundiário, começou a perder espaço diante da expansão das grandes empresas rurais ou foi gradualmente substituído por elas. Paralelamente, o capital mercantil, ligado ao latifúndio exportador, foi sendo superado por um novo tipo de capital comercial, voltado à importação de produtos industrializados provenientes do Centro-Sul do país e do exterior

Com essas mudanças, segundo Farias (2024), a mão de obra em grande escala passa a ser necessária apenas em determinados períodos do ano, como de plantio e colheita, o que acaba por expropriar o "morador" de diferentes regiões do estado do Piauí. A nova demanda permitiu que os proprietários tivessem apenas alguns trabalhadores assalariados, nos intervalos das altas demandas, o que dispensou o trabalhador de morar na fazenda. Com isso, muitos foram expulsos e passaram a residir em áreas urbanas, alguns voltaram para a área rural apenas à procura de trabalho na grande propriedade agrária.

Nessa perspectiva, teria surgido, o "rendeiro de ponta de rua"[6]. De acordo Farias (2024) esse trabalhador não possuía a garantia da renovação do acesso à terra, portanto, não precisava mais ter fidelidade ao patrão como tinha o "morador", isso porque "para o 'morador', a renovação [do acesso à terra] era continuada, enquanto perdurasse a relação de moradia com determinado proprietário, que podia prolongar por uma ou mais gerações, criando o sentimento de que o trabalhador 'tinha um roçado'" (Farias, 2024, p. 59).

Diante disso, conforme Farias (2024), ocorre o rompimento do vínculo entre trabalhadores e latifundiários. Muitos passam a morar na cidade e outros conseguem adquirir pequenas propriedades e começam a enxergar o voto como moeda de troca para benefícios imediatos, como já faziam muitos trabalhadores urbanos. É nesse cenário que o clientelismo é ampliado, tendo em vista as mudanças no comportamento eleitoral, perante as alterações nas relações de trabalho.

Para Farias (2024) o clientelismo estatal se caracteriza pela troca de bens e favores materiais por apoio político e permeia tanto as relações horizontais, entre o Executivo e o Parlamento, quanto as verticais, entre os governos nacional e regionais. Um exemplo claro desta última forma é a concessão de cargos públicos, pois, como afirma o autor, "os governos e as burguesias das regiões periféricas são, em parte, incorporados ao poder hegemônico nacional via concentração de emprego público" (Farias, 2024, p. 32).

É dentro desse contexto social e político mais amplo que se insere a criação do município de Alagoinha do Piauí, um processo marcado por disputas de poder, interesses locais e articulações com esferas governamentais superiores. A fundação do município não deve ser vista apenas como um ato administrativo, mas como um marco que inaugura uma nova configuração política, com a construção de identidades locais, o estabelecimento de lideranças e a consolidação de práticas políticas próprias.

---

[6] "Trata-se de trabalhadores que continuam plantando roças em regime de parceria na grande propriedade agrária, mas residem na periferia do núcleo urbano" (Farias, 2024, p. 58).

Ao longo deste capítulo, analisamos o desenvolvimento político de Alagoinha do Piauí desde sua emancipação, atentando para fatores históricos que possibilitaram sua criação, atores sociais envolvidos e estratégias mobilizadas para garantir o controle político no novo município. Buscamos compreender de que maneira as dinâmicas clientelistas, o papel das elites locais e a influência de contextos regionais e nacionais moldaram esse processo e continuam a repercutir na política local.

2.1 "A alvorada do teu amanhecer"[7]: emancipação política de Alagoinha do Piauí

Em 09 de abril de 1986, Alagoinha do Piauí[8] tornou-se oficialmente município. Localizado no estado do Piauí, apresenta área territorial de 535,890 km² (IBGE, 2024). Com população de 6.819 habitantes (IBGE, 2022) faz limite ao norte e leste com Pio IX, ao sul com Campo Grande do Piauí, São Julião, Alegrete do Piauí, a leste novamente com Alegrete do Piauí, e a oeste com Monsenhor Hipólito. A distância até a capital estadual, Teresina, é de aproximadamente 367 km (Distância [...], 2022). A história da sua gênese é marcada por diferentes narrativas.

Segundo a historiadora Lucimar da Rocha (2018) há três versões transmitidas pela tradição oral sobre o povoamento da região, ocorrido ainda no final do século XVIII. Nas duas primeiras, os primeiros moradores teriam se instalado na localidade na qual denominaram Areia Branca[9], a divergência entre essas versões é que segundo uma delas o primeiro morador teria sido o português João Raimundo da Silva, vindo da Bahia, e a outra defende que foi o colono Antônio Gomes de Lima. Já a terceira versão, que Rocha (2018) afirma ser a mais utilizada em trabalhos acadêmicos, defende que Antônio Gomes de Lima e sua família foram os primeiros a chegar, porém, teriam se instalado na localidade que atualmente é chamada de Piranhas, localizada as margens do Rio Grande, que recentemente passou a se chamar Rio Marçal.

Contudo, segundo Rocha (2018) o documento escrito mais antigo que data das terras que formam atualmente o município de Alagoinha do Piauí, trata-se do Livro de terras de Pio IX, do ano 1898. Nele, consta os proprietários, as datas das sesmarias, os nomes de posse, benfeitorias e ano da aquisição, o que denota que a primeira terra registrada, daquela região, é datada de 1859. Entretanto, Rocha (2018) ressalta que esses registros só foram feitos após a Lei

[7]Trecho do Hino de Alagoinha do Piauí que faz referência a emancipação política do município.
[8] Nomenclatura escolhida em plebiscito com 1.115 de 2.041 votos ao total.
[9] Segundo Rocha (2018) esse local que ainda possui mesmo nome teria sido escolhido por possuir terras brancas propicias para plantio e pastagens e água em abundância por ser cortada pelo Riacho Araras.

de Terras (1850)[10], também conhecida como Lei nº 601, e não significa que as informações propagadas pela tradição oral não possam ser seguras. Mas o nosso objetivo não é discutir acerca da chegada dos primeiros moradores nessa região, apresentamos essas dados para que o leitor fique familiarizado com a gênese do recorte espacial do nosso estudo.

Para propiciar um entendimento mais claro do cenário político de Alagoinha do Piauí entorno do processo eleitoral de 2008, entendemos ser de grande valia apresentarmos sua construção política e social. Na segunda metade do século XIX esse território, fazia parte do município de Pio IX. Rocha (2018) apresenta dados que sinalizam para a afirmativa de que as localidades, que atualmente constituem o município de Alagoinha do Piauí, eram desassistidas pelo poder público, já que as benfeitorias que constavam no Livro de Registro de Terras, analisado por ela, eram somente roças, currais, cacimbas, casas e cercados, não sendo constatada a presença de desenvolvimento significativo, nesse período. A historiadora Bibiana do Amparo Rocha (2015, p. 18) ressalta que "durante muito tempo os migrantes que habitaram essa região sofreram grandes dificuldades, pois não existia nenhum tipo de assistência do poder público no que concerne à saúde, moradia, transporte, educação ou qualquer outro benefício coletivo".

Acerca disso, Rocha (2018, p. 49) discorre:

> A ocupação e o desenvolvimento do lugar foram acontecendo pouco a pouco ao longo do tempo e, devido a sua localização a uma grande distância do município sede, as localidades que hoje compõem o município de Alagoinha do Piauí viveram isoladas por muito tempo, desassistidas dos serviços básicos de assistência à população.

Ao observar o trecho acima, podemos perceber que o longínquo percurso para a sede de Pio IX, justificaria a ausência de benfeitorias significativas que beneficiasse coletivamente os moradores da região. Esse isolamento e consequentemente a ausência de assistência básica é apontada por Rocha (2018) como sendo um dos principais fatores para a luta pela emancipação política, podendo explicar também o interesse da população pelo desmembramento dessas localidades de Pio IX. Isso porque, se pensarmos do ponto de vista que nem todos os habitantes conseguiriam acesso ao poder, não haveria, visivelmente, outra motivação plausível para o interesse destes com o processo de emancipação, que não fosse a busca por melhores condições de vida.

[10] Sobre essa temática, sugerimos a leitura de: BORGES, Cássio de S. Para bem cumprir a lei de terras: o processo de regularização fundiária no centro-sul da Província do Piauí (1850- 1860). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

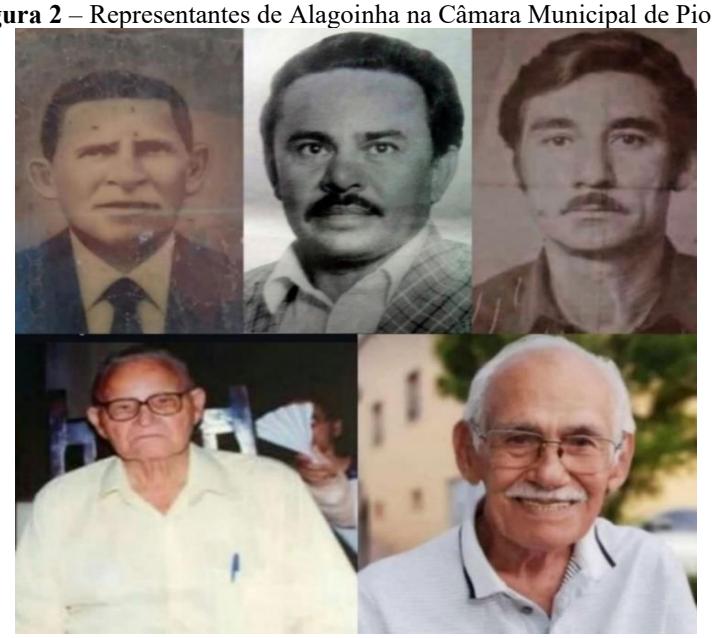
Ao longo do tempo, tendo em vista que a localidade Alagoinha[11] começou a ganhar ares urbanos, se transformando em povoado e posteriormente na cidade de Alagoinha do Piauí, habitantes dessa região começaram a ingressar na esfera política, pleiteando cargos no Legislativo Municipal de Pio IX. De 1947 a 1986 moradores da região ocuparam cadeiras na Câmara Legislativa, sendo que segundo Rocha (2018, p. 85) "em vários mandatos, os alagoinhenses conseguiram eleger três representantes, em cinco mandatos, para ser mais exata. Tendo inclusive no mandato de 1979 a 1983 conseguido eleger quatro vereadores". Cabe exibirmos imagens de alguns desses sujeitos, caros a história política de Alagoinha do Piauí, disponível na página *@alagoinha_do_passado*[12], hospedada na rede social *Instagram* e administrada por um grupo de escritores locais.

Podemos visualizar na imagem abaixo, da esquerda para a direita, Manoel Policarpo dos Anjos (Dedé Zinguera) que foi vereador em Pio IX de 1963-1967; José Enéas de Sousa (1975-1986); Salomão Caetano de Carvalho (1983-1986); Adão das Chagas Brito (1971-1983) e Francisco Valentim (Chico Belino) que representou o povoado Alagoinha na câmara de Pio IX por três mandatos, o primeiro de 1958-1963, o segundo de 1967-1971 e o terceiro 1979-1983.

[11] Alagoinha teria recebido esse nome, por ter sua localização próximo a uma lagoa. A historiadora Reginalda Raimunda de Sousa (2017) apresenta duas principais versões acerca da localização da lagoa. A primeira, descrita por ela como sendo a mais lógica, diz que devido à baixa do rio Marçal, a água ficava represada ao longo do curso do rio, formando lagoas. A segunda, que surge expressa em poesias sobre a cidade, conta que onde atualmente é o centro da cidade havia uma lagoa, o que exista até os dias de hoje é uma lagoa, também denominada de açude, no final da avenida principal da cidade.

[12] O perfil é público e conforme o Portal R10 tem como proposta compartilhar fotografias antigas que possuem relação com a história de Alagoinha do Piauí, para que por meio da memória os seguidores e visitantes possam conhecer ou relembrar a história de lideranças femininas, trabalhadores (a) do campo, biografia de personalidades consideradas importantes para o desenvolvimento da região e etc., a partir da década de 1960. "A ideia para criação da página surgiu diante da necessidade de repassar para as novas gerações as memórias que até então eram conhecidas e cultivadas somente pelas pessoas mais idosas" (Página [...], 2024).

Figura 2 – Representantes de Alagoinha na Câmara Municipal de Pio IX



Fonte: @alagoinha_do_passado, 08 abr. 2022. Acesso em: 29 jul. 2024.

Salomão Caetano de Carvalho, o terceiro da esquerda para direita, representado na imagem, concluiu seu mandato como vereador em 1986, ano em que Alagoinha do Piauí foi oficialmente emancipada. Nesse mesmo período ocorreram as primeiras eleições para os poderes Executivo e Legislativo do novo município, ocasião em que ele concorreu ao cargo de prefeito com outros dois candidatos: José Enéas de Sousa e Adão das chagas brito, ambos ex-vereadores de Pio IX e também representados na fotografia acima.

Assim como mencionado por Rocha (2018), entendemos que o quantitativo de votos do eleitorado daquela região era expressivo. Percebe-se que, em alguma medida, esses eleitores ansiavam por melhorias que pudessem beneficiar a população local ou, ainda, buscavam o protagonismo político, elementos que podem ter figurado entre os objetivos da emancipação. A distância geográfica para a sede do município de Pio IX[13] foi uma das razões apontadas por Rocha (2018) para justificar a ausência de assistência básica e investimento público na região, como já vimos anteriormente. A maneira encontrada pelos moradores para amenizar a situação de vulnerabilidade e isolamento em que viviam teria sido elegendo moradores do povoado Alagoinha para o cargo de vereador, na expectativa que estes conseguissem benfeitorias para aquela área.

Entretanto, eleger moradores de Alagoinha para cargos no Legislativo Municipal aparentemente passou a não ser mais o suficiente, tanto que os anseios pela emancipação não

[13] Segundo Rocha (2018) cerca de 60 quilômetros percorridos por desvios ou veredas, sendo que a locomoção era realizada no lombo de animais.

partiram somente dos indivíduos envolvidos com a política partidária, como era o caso dos vereadores. Essa tese pode demonstrar que os interesses envolvidos não se restringiam à esfera política, mas abrangiam também outras dimensões, como o sentimento de não pertencimento dos habitantes em relação à sede municipal de Pio IX. Nesse sentido, conforme observa Rocha (2018), desde a década de 1960 os alagoinhenses já se mobilizavam em prol do processo de emancipação político-administrativa.

Segundo Rocha (2018) depois de ter a solicitação de emancipação negada (1960), em um cenário onde muitos povoados que também não atendiam aos critérios estabelecidos para se tornarem município estavam sendo emancipados, entre os anos de 1950 e 1960, criou-se uma tensão entre representantes do povoado Alagoinha e os demais políticos de Pio IX, pois entendia-se que um tradicional político piononense que ocupava cadeira no Legislativo do Piauí como deputado estadual, José Ferreira de Alencar Mota, o Zuca Berto, possuía parcela significativa de culpa pelo pedido de desmembramento não ter sido acatado. Isso porque, muitas dessas cidades só conseguiam se emancipar devido a influência de políticos que burlavam regras com o intuito de conseguir autonomia política, o que não aconteceu com Alagoinha, pelo menos na primeira tentativa, pelo contrário, acreditava-se que o político de Pio IX na Assembleia Legislativa do Piauí teria atrapalhado o processo. Isso porque, para Rocha (2018, p. 95):

> [...] parecia não haver ninguém influente na capital do Estado que se interessasse em apoiar a causa da emancipação, pelo menos não em 1960. Ao passo que o município de Pio IX tinha lá as suas personalidades influentes e não estava nem um pouco interessadas em apoiar este processo.

Esse possível desinteresse, citado no trecho anterior, pode ter sido motivado por fatores diversos, o principal é que o município de Pio IX não levaria nenhuma vantagem em perder parcela significativa de suas terras produtivas, que fortalecia sua economia, e também o eleitorado, que apesar de buscarem eleger vereadores de Alagoinha, votavam em piononenses para cargos do Executivo Municipal. Além disso, conforme Sousa (2017, p. 51) “o povoado Alagoinha era significativamente lucrativo para Pio IX em virtude da quantidade de impostos que era possível arrecadar de sua população crescente”.

Diante desses conflitos, somente em 1986 é que o pedido de emancipação de Alagoinha foi aprovado. Conforme Rocha (2018), a partir de 1980, os representantes do povoado Alagoinha que ocupavam lugar na Câmara Municipal de Pio IX, e a população, começaram a se articular para solicitar o desmembramento de Pio IX. Entre 1983 e 1987 Salomão Caetano de Carvalho, José Enéas de Sousa e Braz José Neto ocuparam cargo de vereador, representado

o povoado e as localidades em seu entorno. Estes vereadores, contaram com o auxílio do deputado estadual Ildefonso Vieira Dias, do mesmo partido na qual eram filiados, o Partido Democrático Social (PDS).

Naquele momento a criação de novos municípios era regimentada pela Lei Complementar de n. 01, de 09 de novembro de 1967, que estabelecia as seguintes requisitos: a população estimada deveria ser acima de 10.000 (dez mil) habitantes ou não abaixo de 5 (cinco) milésimos do quantitativo do estado; o eleitorado não poderia ser inferior a 10% (dez por cento) da população; o centro urbano deveria ter mais de 200 (duzentas) casas; a arrecadação do último exercício de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos. Após comprovado os requisitos seria realizado um plebiscito para consultar a população da área que iria corresponder ao novo município.

Para que o desmembramento fosse efetivado, era necessário o cumprimento dos requisitos da lei. Contudo, segundo Rocha (2018) o processo contou com aspectos legais dignos de questionamentos e envoltos de interesses políticos. O problema, para Rocha (2018), centrava no número de habitantes exigidos. A verificação do quantitativo foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que deveria utilizar o processo de indagação casa por casa. O que Rocha (2018) afirma não ter acontecido. Primeiro porque ao acessarem as residências, só o chefe de família era indagado. E no caso da zona rural, eram acompanhados por uma pessoa que afirmasse conhecer a região, que indicava um líder comunitário de cada localidade, e esse líder era quem informava o número de casas e a quantidade de pessoas residentes no local.

Esse método abre margem para a manipulação da contagem, isso porque os políticos da região, principais interessados na emancipação, acompanharam o processo de perto, tendo a possibilidade de combinar com essas lideranças para que elas aumentassem a quantidade de pessoas que residiam na comunidade que representavam. Até mesmo a indicação desses líderes pode ter sido estratégica, sendo apontadas pessoas instruídas a prestar a informação necessária para alcançar o objetivo, o quantitativo mínimo de habitantes para ter a emancipação aprovada.

Além disso, Rocha (2018) observou, com base nas fontes de que teve acesso, que membros da mesma família do povoado Alagoinha apareciam como chefes de domicílios diferentes e aumentavam o número de moradores residentes na sua casa. Isso foi verificado principalmente com família de políticos. Na zona rural, como vimos, a contagem foi feita por localidade e "as informações foram levantadas somente com a pessoa indicada como líder comunitário da localidade, ou seja, os agentes do IBGE não andaram casa por casa, nem tinham como assegurar a veracidade das informações prestadas" (Rocha, 2008, p. 117).

Nesses termos, foi apurado pelo IBGE que a área a ser desmembrada contava com 10.188 pessoas, o que atendia ao requisito legal relativo à população mínima. Desse total, 8.759 residiam na zona rural e 1.429 no povoado Alagoinha. Após todas as outras exigências também serem atendidas, era preciso consultar a população. No dia 22 de dezembro de 1985 foi realizado o plebiscito que definiria a criação do novo do município e sua nomenclatura. Ao analisar a Ata de apuração, Rocha (2018, p. 114) verifica que:

> [...] a maioria absoluta da população consultada era a favor da emancipação, constando apenas 76 votos, dos 2.041, pelo não desmembramento, a quantidade de votos em branco também é bastante reduzida, no entanto, chama a atenção a quantidade de votos nulos, 95, o que nos faz questionar se eram nulos como forma de protesto ou em função da pouca leitura (ou da falta dela) e da pouca familiaridade com as cédulas eleitorais. Achamos mais lógica a segunda opção, talvez a quantidade de votos nulos se devesse a pouca instrução escolar, neste momento coisa comum, entre boa parte dos alagoinhenses.

Ao analisar o trecho anterior e conforme os escritos de Rocha (2018), é notável a participação da população no processo emancipatório, mas são suas motivações que ainda cabem uma análise mais detalhada. Regivalda Raimunda de Sousa (2017), ao analisar trabalhos científicos, poemas, crônicas e fragmentos de jornal sobre Alagoinha do Piauí, destaca que inserir a população como parte ativa do processo de emancipação foi um meio de legitimar o movimento e forjar a identidade do município, mas que, na realidade, o processo se deu a portas fechadas, sendo discutido somente entre os líderes políticos, e sem a participação da população, que só era chamada para votar em plebiscito.

Nesse sentido, para que o movimento ganhasse respaldo, era necessário construir a ideia de que a população ansiava pela emancipação e participava ativamente dessa luta. No entanto, conforme observa Sousa (2017), a população votava conforme o desejo dos políticos, isso porque a maior parte da população era iletrada e votava na opção indicada por aqueles com os quais mantinha vínculos de afinidade. Sobre o plebiscito que foi favorável a elevação do povoado Alagoinha a categoria de cidade e a escolha da nomenclatura Alagoinha do Piauí, Sousa (2017, p. 59) discorre:

> No processo eleitoral foram utilizadas cédulas de votação, onde o eleitor devia marca um X na opção pretendida, muitos sem saber ler, marcavam onde lhes foi pedido pelo político com quem tinha afinidade. Os votos nulos, aqueles que o eleitor não soube preencher a ficha de votação, somaram 267.

O que para Sousa (2017) configura um processo em que as lideranças políticas manipulavam o eleitorado a votar na opção que desejavam. Mas será que a população estava

apática ao movimento emancipatório? Ou essa manipulação estava mais ligada ao convencimento do que seria o melhor para a população?

A questão é que, alguns relatos orais apresentados por Sousa (2017) demonstram que a emancipação era um assunto muito comentado entre os moradores de Alagoinha, o que sugere que não estavam apáticos a movimentação para o desmembramento de Pio IX e a sua elevação para categoria de cidade. Portanto, o processo de emancipação não teria ocorrido totalmente a "portas fechadas", como Sousa (2017) sugere. Mesmo que, por hipótese, o resultado do plebiscito tenha sido por conveniência política, teve participação da população de maneira ativa, seja devido a interesses individuais ou coletivos, mas não necessariamente por terem sido completamente manipulados pelos políticos. Caso, por conjectura, não tivessem interesse na emancipação por não acreditarem em uma possível mudança que os favorecesse, entende-se que algum outro motivo — além da mera afinidade com os políticos que lideravam o processo — os levou a se dispor a participar da votação.

Uma das fontes utilizadas por Sousa (2017) para sinalizar que a emancipação e a escolha da nomenclatura para designar o novo município não partiu da vontade do "povo" foi um recorte do jornal do Planalto (1991[14]), na qual o jornalista e primeiro Candidato a Deputado Estadual do município de Alagoinha do Piauí, atuando como suplente de 1987-1990, Oriel Marcos de Carvalho, rememora o lugar onde nasceu (Alagoinha do Piauí). Recorte disposto a seguir:

> [...] e pensou em emancipar o município de Alagoinha, [...] seu território com Pio IX, o interesse na auto de- [...] do município encontrou [...] uns contra e outros a favor.
> [...] meus irmãos: Francisco Carvalho (Francisco Piauí), suplente de deputado em Brasília, e Marcos de Carvalho [...] e alguns conterrâneos em Brasília, tais como: José Elói Brito (eleito vereador). Lideraram o movimento emancipador à Brasília, Capital da República e Teresina, Capital do Estado. [...] Alagoinha um povoado pequeno [...] as lideranças políticas.
> Salomão Caetano de Carvalho (1º prefeito eleito 1987-1988 e na 3ª [..] 1993-1996, vindo a falecer no início do mandato, assumindo [o vice-prefeito] Valdemar Jonas da Rocha). Braz José Neto (2º prefeito 1989-1992). [...]
> [...] Pio IX, o prefeito Alencar [...] Pedro de Alcântara
> [...] arrumada a documentação necessária à formalização e emancipação, já que o então povoado possuía população suficiente, tinha número de eleitores exigido, (o meu título eleitoral era nº 13.178), arrecadação tributária compatível e atendidas as exigências legais da época. Foi realizado o plebiscito para escolha do nome sede do município, posto em votação: Alagoinha do Piauí ou Marianópolis. Vence Alagoinha do Piauí, tornando-se município independente, começou sua existência com o Decreto nº 4.042 de 09 de abril de 1986, assinado pelo então governador do Estado Hugo Napoleão e seu secretário, no Palácio de Karnak em Teresina/PI.

[14] Segundo Silva (2017) o recorte do jornal é datado como sendo uma publicação de 1991, mas acreditamos não se tratar deste ano, já que na crônica citada fica explicito que o prefeito em exercício era "Nascimento Sebastião da Rocha (1997-2000)", que entendemos se referir a Manoel do Nascimento Rocha, que foi gestor do município entre 1997 e 2000.

> Com a circunscrição territorial constituída das datas: Canindé, Salinas e Pedras, obedecendo as linhas perimétricas já definidas em pretenso processo de emancipação e desmembradas do município de Pio IX, obedecendo os limites: começa o perímetro no Marco cravado a 220 metros da margem esquerda do Rio Grande, em divisa com a data Macacos, de São Julião, encontrando o Marco da capoeira de Tônico; Pau Ferro; Malhadinha das Cupiras; Marco da estrada de Pio IX - Lagoinha; Chapada da Macambira; Rocinha; cercado meio; Riacho dos Bois, daí, passando a limitar com a data povoação, município de Pio IX, até o Morro Tonico; Chapada do Caldeirão do David, que divide as datas Canindé, Povoação e Cova Donga, com a data Riachão, município de Monsenhor Hipólito, "Morro do Pontal"; Cocos, (este alinhamento cruza a estrada 3.825 metros); "Marco dos Gerais"; São João do Município de Pe. Marcos, e pedras. Até o Marco Mandacaru, com a data São Julião, município de São Julião, Alto Bonito, nos limites das datas Canindé e Macacos, encontrando o ponto inicial do perímetro, no marco situado à esquerda do Rio Grande, em limite com a data Macacos, município de São Julião (Carvalho, 2006 *apud* Sousa, 2017, p. 54).

Na crônica publicada no *Jornal do Planalto*, Marcos Carvalho destaca personalidades políticas como dirigentes do processo de emancipação, destacando alguns de seus familiares, como é o caso do seu irmão Francisco Carvalho (Francisco Piauí); Salomão Francisco de Sousa, primeiro prefeito do município (1987-1988); Braz José Neto, segundo prefeito (1989-1992). Acrescentando que o "povo" do novo município não acreditava que pudesse ocorrer nenhuma mudança positiva naquele local, no pós emancipação, assim sendo narrado:

> Alagoinha do Piauí começou sua existência com muito despreparo, dificuldades e descrenças generalizadas das autoridades maiores do Estado e do próprio povo do lugar, que, como não acreditando no que viam, tinham total desanimo com o futuro da cidade e não divisavam qualquer possibilidade de progresso na Zona Urbana, Suburbana e Rural do município recém instalado. Pois achavam que o mesmo não tinha condições de sobrevivência e nem destinação a uma lucrativa e produtiva atividade (Carvalho, 2006 *apud* Sousa, 2017, p. 54).

Contudo, em outros escritos apresentados por Sousa (2017), como sendo datado do ano de 2006[15], Marcos Carvalho concede maior importância a participação da população nesse processo, mas os coloca como lutadores que sonhavam com vidas melhores e que tiveram seus sonhos destruídos com a negativa do desmembramento das localidades que formaram o município de Alagoinha do Piauí, do território de Pio IX. Nessas narrativas, a emancipação é atrelada a salvação dos moradores.

Conforme Sousa (2017), a imagem que buscaram construir de Alagoinha do Piauí foi de um local, que somente após a emancipação conseguiu se desenvolver, sendo os problemas existentes antes da sua elevação à categoria de município, sanados com esse processo. É como se faltasse somente a "independência" político-administrativa para o povoado Alagoinha

[15] Não tivemos acesso a esses escritos na integra, só por meio de fragmentos expostos no texto de Sousa (2017). Procuramos acesso ao livro citado por Sousa (2017) mas fomos informados que sua publicação nunca acorreu, que existem apenas rascunhos, mas não conseguimos acesso.

deslanchar. Para os agentes construtores da identidade da nova cidade, se antes aquele local era de dificuldade, precariedade, em que faltava assistência básica para seus moradores, com o desmembramento todos os problemas seriam resolvidos e o local progrediria. Versão que pode ser identificada no seguinte trecho do Hino do Município:

> O vento liberdade perfumando
> Espalhando a fragrância da bonança
> Os elos da corrente se quebrando
> O povo a cantar hinos de esperança

Em crônica publicada no *Jornal do Planalto*, Marcos Carvalho destaca que Alagoinha do Piauí experimentou um salto em seu desenvolvimento após a emancipação política, alcançando em pouco tempo posição de destaque e influência no estado. O trecho está reproduzido a seguir:

> Por ser uma natural continuidade de Pio IX, Alagoinha se beneficiava desse estratégico posicionamento geográfico e cresce por igual em determinados setores e em outros maior do que em outras grandes cidade do Estado. O que certamente a colocará num tempo não tão distante como cidade onde se convergirão todas as atenções, com grande influência na vida sócio-político do Estado, sob qualquer aspecto que se possa imaginar. **Hoje vejo uma Alagoinha totalmente diferente do município do passado quando não existia hospital, ou atendimento médico, ginásio, cartório ou banco, éramos totalmente dependentes de Pio IX e Picos**. Existiam a igreja (onde fui batizado tendo como padrinhos: Nicomedes da Silva Rocha e Elisa Claudia da Rocha) a rua do comercio, o Mercado Central, a Caixa d'água, a Escola Reunidas de Alagoinha etc.
> [...]
> Volto em Alagoinha do Piauí e fico estupefato, não acreditando no que vejo. Sinto um misto de alegria e decepção. Se imaginei certo, constato que nem tudo foi previsto. As coisas aconteceram muito depressa e eu fiquei parado no tempo e no espaço. Fui incapaz de acompanhar a evolução, que foi rápida que nem raciocínio do que minha imaginação, o atual prefeito Nascimento Sebastião da Rocha[16] (1997-2000) está fazendo um bom trabalho, mas, somente Deus pode explicar (Carvalho, 2006 *apud* Sousa, 2017, p. 54).

Marcos Carvalho destaca como era a Alagoinha do passado e como, em pouco tempo após a emancipação, a cidade teria desenvolvido significativamente. Tanto que, ao retornar à cidade em que nasceu, ficou surpreso com a sua rápida evolução. Segundo Carvalho (2006 *apud* Sousa, 2017), agora contava com hospital e outros tantos avanços, não sendo mais totalmente dependente de Pio IX e Picos, como ocorria anteriormente.

Mesmo destacando o potencial do município para crescer em diversos aspectos e se tornar um destaque estadual, Marcos Carvalho (2006 *apud* Sousa, 2017), ao comentar sobre a rápida

[16] Entendemos que Oriel Marcos Carvalho se refere a Manoel do Nascimento Rocha, que foi prefeito de Alagoinha do Piauí de 1997 a 2000.

"evolução" que o teria deixado surpreso e imensamente feliz, menciona principalmente as obras na área urbana, com exceção de referências ao atendimento de saúde. Ele ressalta que o prefeito em exercício à época, Nascimento Sebastião da Rocha (PT), teve uma contribuição significativa nos avanços observados. No entanto, para ele, a evolução teria sido tão impressionante que mais aparentou uma dádiva divina.

Nesse período, a concepção de desenvolvimento estava associado com o crescimento urbano e a modernização infraestrutural. Na medida em que a sede do município se expandia, por meio da construção de residências, comércios, prédios públicos, alargamento de ruas e outros fatores que escamoteiam a presença rural naquele ambiente, enxergava-se o progresso, independentemente das condições sociais enfrentadas pela população. Conforme ressalta Cláudia Fontineles (2009, p. 219) "aquilo que lembrasse seu tempo rural era encarado como atrasado e obsoleto, enquanto que todos os sinais e símbolos do urbano era comemorado como marcas do progresso".

Ao retornar ao seu lugar de origem e observar as transformações ocorridas, Marcos Carvalho (2006 *apud* Sousa, 2017) percebeu o que interpretava como evolução. Isso porque, conforme Fontineles (2009) o crescimento de áreas urbanas, desde à década de 1970, já era comemorado pelos periódicos locais de Teresina, como indicativo de desenvolvimento. A autora considera essa visão um equívoco, pois, embora a expansão urbana fosse celebrada, ela não refletia necessariamente melhorias nas condições de vida da população. Contudo, nesse período, a divulgação dessas informações era considerada necessária, pois buscava-se integrar a capital Teresina ao modelo desenvolvimentista brasileiro da época, alinhando-a às demais capitais do país.

Em se tratando de Alagoinha do Piauí, os traços rurais permaneceram visíveis, mesmo após sua elevação a categoria de cidade, e ainda se fazem presentes até o momento da escrita deste trabalho. No entanto, o crescimento urbano em relação ao período anterior à emancipação era perceptível. Consideramos que, ao observar tanto a expansão urbana quanto algumas conquistas das gestões municipais, como a oferta do segundo grau e o atendimento médico de saúde, Marcos Carvalho tenha enxergado o progresso que superava as expectativas quanto à velocidade de desenvolvimento do município. Ademais, é possível que sua perspectiva também estivesse relacionada ao interesse em divulgar uma Alagoinha desenvolvida, conferindo prestígio ao município no contexto estadual.

Contudo, a crônica ignora o contexto político brasileiro vigente durante a gestão do prefeito Nascimento Rocha (1997-2000), quando Marcos Carvalho retornou a Alagoinha do Piauí. Nesse período, foram realizadas algumas medidas na área da saúde, no governo do

Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que viriam a beneficiar pequenos municípios. Segundo Sérgio Fausto (2019), com a aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o setor da saúde passou a contar com mais recursos financeiros. Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990, esse passou a distribuir recursos de modo a beneficiar às populações mais pobres. Isso porque, antes da aplicação dessas determinações, os valores financeiros eram distribuídos com base na quantidade de leitos hospitalares existentes no município: quanto maior o número de leitos, maiores os valores repassados. Nessa lógica, os municípios mais pobres eram prejudicados, enquanto os mais ricos se beneficiavam. Ademais, ao final do governo, foi aprovada uma emenda que assegurou um aumento real nos repasses destinados à saúde.

Além das melhorias na saúde pública, após a emancipação o setor educacional de Alagoinha do Piauí também teria apresentado desenvolvimento. Segundo Bibiana do Amparo Rocha (2015), até a elevação do povoado à categoria de cidade e sede municipal, era disponibilizado apenas o ensino de Primeiro Grau (Primário), o qual, na zona rural, ainda funcionava de forma incompleta. Para cursar o Segundo Grau (Ginásio), os estudantes precisavam se deslocar até a sede do município de Pio IX, uma alternativa inviável para a maioria da população, que, diante da ausência de transporte público gratuito, dependeria de residir na área urbana para ter acesso a esse nível de ensino.

Conforme Rocha (2015) ao se tornar município, com recursos do estado do Piauí, foi construída em Alagoinha do Piauí (1987) a Unidade Escolar Enéas Policarpo, passando a ofertar o Ginásio e gerando oportunidade de ensino e trabalho para a população. A implantação do ensino mais avançado alterou a dinâmica urbana de Alagoinha do Piauí, que passou a contar com muitos estudantes vindos da zona rural para continuar os estudos, o que pode ter influenciado no crescimento e desenvolvimento da urbe, notados por Marcos Carvalho.

No trecho a seguir, ao relembrar lideranças políticas, Marcos Carvalho, aparentemente, tem o intuito de reafirmar que foi graças ao empenho destas figuras, que Alagoinha do Piauí progrediu tão depressa e de forma inesperada.

> Volto as minhas vistas no passado das velhas lideranças políticas que foram as maiores da região, os líderes Zuca Berto e Fausto Maia Arrais (Pio IX) e a velha guarda de Marcos Gomes de Lima (Marcos Piolho), meu pai, Caetano Carvalho, João de Tina, João e Luiz Leobino de Brito, Artur Brito, Enêas de Souza, Antônio Paturi, Joaquim José de Carvalho (Tio Quinco), Antônio de Ursolo, José Crisóstomo Neto (Zé de Joana), Josino Nicolau da Rocha, Nemezão Joaquim da Rocha, Idelbrando Valetim da Rocha, Honorato da Farmácia, Adelino Rocha Sobrinho, Euzébio José de Carvalho, entre tantos outros (Carvalho, 2006 *apud* Sousa, 2017, p. 54).

As pessoas citadas no trecho acima integraram o processo de formação de Alagoinha do Piauí, e podem ser identificadas como membros do grupo que Sousa (2017) caracteriza como elite da região. Tal elite seria composta por agentes políticos e sujeitos socialmente influentes, que possuíam interesses diversos na emancipação. Teriam sido esses, a parcela da população que conduziu o movimento emancipacionista. Em contrapartida, a população composta por trabalhadores pobres e iletrados, segundo Sousa (2017), apoiou o processo movida principalmente pela expectativa de melhoria nas condições de vida.

Neste tópico, tratamos do processo de formação político-administrativa de Alagoinha do Piauí, com base na bibliografia escrita sobre o tema. No próximo, trataremos das gestões do poder executivo municipal que se sucederam à emancipação, até as eleições de 2008, analisando o desenvolvimento do município à luz do que se esperava que ocorreria após o desmembramento.

2.2 Gestões municipais: a formação de dois grupos políticos antagônicos

Em 09 de abril de 1986 foi publicado no Diário Oficial o projeto de lei de criação do município de Alagoinha do Piauí, oficializando a sua emancipação político-administrativa. No mesmo ano, em 15 de novembro, foi realizada a primeira eleição municipal do novo município. Os candidatos em disputa eram políticos que já haviam representado Alagoinha na Câmara Legislativa de Pio IX, como citamos anteriormente.

Segundo Rocha (2018, p. 119) a corrida eleitoral se deu entre as chapas dos ex-vereadores "Salomão Caetano de Carvalho (vereador eleito por Pio IX no momento da emancipação) e Pedro José Neto pelo PDS; José Enéas de Sousa e José Coriolano da Luz pelo PFL (legenda 1) e Adão das Chagas Brito e Luís Alves Gonzaga, também pelo PFL (legenda 2)". O candidato vencedor foi Salomão Caetano de Carvalho, representando o Partido Democrático Social (PDS). Seus concorrentes, filiados ao Partido da Frente Liberal (PFL), também desempenharam papel relevante nas articulações que culminaram na emancipação.

Durante a transição política da ditadura empresarial-militar[17] para a democracia, iniciado no governo de Ernesto Geisel (ARENA) e continuada na gestão do seu sucessor João

[17] Utilizamos o termo "ditadura empresarial-militar" com base no historiador Demian de Melo (2012), que crítica ao uso de "civil-militar" adotada por alguns estudiosos. Segundo o autor, o termo "civil" é amplo e pode levar à interpretação equivocada de que toda a população brasileira teria apoiado a ditadura, interpretação que, além de imprecisa, pode ser utilizada por segmentos militares para legitimar o golpe e o regime, o que "deslocou o sentido dado por um dos pioneiros do seu uso, René Dreifuss. Além de descolar a explicação do processo político da dinâmica do capitalismo e de suas contradições, tais historiadores ainda introduzem noções algo perigosas, como a de que a 'sociedade brasileira' teria sido cúmplice daqueles anos terríveis" (Melo, 2012, p. 53). Por isso, Melo

Figueiredo (ARENA), observam-se importantes mudanças no cenário partidário brasileiro. Conforme destaca Jorge Ferreira (2018), Figueredo promulgou uma legislação que permitiu a formação de novos partidos políticos, o que implicou no rompimento do monopólio do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) sobre o voto de oposição. Nesse processo o MDB teve sua nomenclatura mudada para Partido do Movimento Democrático (PMDB). O partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), também foi renomeado para partido Democrático Social (PDS). Em 1993 o PDS fundiu com o Partido Democrático Cristão (PDC) originando-se no Partido Progressista Reformador (PPR), que ao se unir ao primeiro Partido Progressista (PP) formou-se o Partido Progressista Brasileiro (PPB). Em 2003 decide-se tirar o "B" da sigla PPB e esse volta a se chamar Partido Progressista (PP).

Quanto ao PFL, legenda pela qual concorriam os candidatos que disputaram a eleição com Salomão Caetano (PDS), segundo Ferreira (2018) surgiu de dissidências do PDS, ocorridas no contexto da sucessão de Figueiredo. Na ocasião, Paulo Maluf impôs-se como candidato governista e recebeu o apoio de Figueiredo para sucedê-lo. Diante disso, em razão das suspeitas de corrupção que pesavam sobre Maluf e de sua proximidade com a ala linha-dura da ditadura, muitos parlamentares do PDS se recusaram a apoiá-lo, entre eles José Sarney, que renunciou à presidência do partido.

Os membros do PDS que teriam ficado insatisfeitos com a escolha de Paulo Maluf como candidato formaram uma facção, denominada de Frente Liberal, que posteriormente se aliou ao PMDB, originando a Aliança Democrática. Essa coalizão fez oposição ao candidato do governo e apoiou a candidatura de Tancredo Neves, que, com esse apoio, obteve o maioria dos votos no Colégio Eleitoral, reunido em 15 de janeiro de 1985, desbancado o candidato governista. Logo após a eleição o PFL foi oficialmente fundado. Assim, observamos que Salomão Caetano (PDS) disputou o cargo de prefeito com candidatos de um partido recém-criado, mas politicamente influente, cujos fundadores contribuíram significativamente para a vitória do então presidente da República.

Portanto, o primeiro prefeito de Alagoinha do Piauí representava o partido dos governos militares, reconfigurado para atender as demandas pujantes daquele período, a luta pela redemocratização. A seguir podemos observar uma das imagens da Cerimônia de Posse do primeiro prefeito do município de Alagoinha do Piauí.

(2012, p. 53) defende que "melhor seria que em vez de "civil-militar" nos habituássemos a utilizar uma outra caracterização também feita por Dreifuss, e que talvez capture com mais precisão a natureza daquele regime: uma *ditadura empresarial-militar* implantada a partir de uma insurreição contra-revolucionárias das classes dominantes".

Figura 3 – Cerimônia de Posse do primeiro prefeito de Alagoinha do Piauí (1986)



Fonte: @alagoinha_do_passado, 08 abr. 2022. Acesso em: 29 jul. 2024.

No centro da imagem, em posição de destaque, o prefeito recém-empossado, Salomão Caetano (PDS), é captado no exato momento de sua fala ao microfone. Sua postura é ereta, o braço direito parcialmente levantado com o microfone à boca e o olhar direcionado para o público, sugerindo autoconfiança, liderança e uma tentativa de estabelecer vínculo direto com os presentes. O terno escuro e a gravata reforçam não apenas o caráter formal do evento, mas também a tentativa de comunicar respeito à solenidade do momento.

Ao lado direito do prefeito (na perspectiva do observador), o vice-prefeito Pedro Neto (PDS) aparece de terno cinza e gravata estampada, com o tronco levemente inclinado para frente, as mãos apoiadas a cintura. Sua expressão facial exibe um sorriso contido, com os olhos voltados para o prefeito, indicando alinhamento e reverência ao chefe do Executivo no momento do discurso. O sorriso, contudo, também pode comunicar uma postura de celebração e proximidade, comum em eventos populares de cidades pequenas, onde os vínculos entre líderes e comunidade são mais diretos. Além disso, seu terno cinza claro o distingue visualmente do prefeito (vestido com traje escuro), criando um contraste que pode ser lido como tentativa de complementaridade estética e hierárquica, o prefeito em tom mais inflexível e formal, o vice com leveza e acessibilidade visual.

Essa composição corporal reforça uma leitura de equilíbrio político, em que o vice-prefeito não disputa protagonismo, mas se posiciona estrategicamente próximo ao centro das atenções, participando ativamente da cerimônia com gestos que comunicam pertencimento,

apoio e segurança institucional. Nesse sentido, o vice-prefeito atua como figura de coesão institucional, cuja performance visual sustenta a legitimação do novo governo municipal e reforça a harmonia esperada na fase inaugural da gestão pública.

Ao fundo, visualizamos a Câmara Municipal da cidade e no canto esquerdo da mesa (na perspectiva do observador) os mastros das bandeiras do Brasil e do Piauí, hasteadas, como símbolo de honra, unidade e orgulho, referenciando o momento histórico vivenciado. O prédio da Câmara Municipal, carrega forte valor simbólico por ser o espaço institucional da política local.

No entorno, é possível observar populares, incluído crianças e idosos, atentos ao que estava sendo dito, quiçá admirados com aquele evento que ocorria pela primeira vez no recém criado município, o que pode demonstrar o quão a "liberdade" administrativa, do local onde residiam, era importante. Mas essa participação pode ser em grande medida um ato de curiosidade, bem como a presença pode ser justificada devido o parentesco com os empossados. A multidão que cerca os políticos é composta majoritariamente por homens adultos e jovens, embora também se vejam mulheres, crianças e idosos. As expressões variam: alguns observam a cena com curiosidade, outros com seriedade. Destacam-se olhares atentos voltados ao orador, cabeças levemente inclinadas ou erguidas, sinais de interesse, expectativa ou respeito.

Dois sujeitos que aparecem na imagem nos desperta interesse por estarem prestando bastante atenção ao discurso proferido. Um deles, ao centro-esquerda, usa camiseta branca estampada com o rosto de um homem, que apesar de não conseguirmos identificar, pode tratar-se de uma figura política ou mártir local, possivelmente o prefeito recém-eleito, já que era comum o uso de camisetas com a estampa de candidatos durantes as campanhas eleitorais, o que reforça a presença de símbolos políticos mesmo entre o público mais informalmente vestido. O outro, usa chapéu de couro e óculos escuros e está posicionado a direita da mesa (na perspectiva do observador).

Não há gritos ou manifestações exaltadas visíveis, o que pode indicar um evento cívico bem controlado ou característico das solenidades políticas formais da época, especialmente em pequenos municípios onde a política ainda se exercia em espaços mais pessoais e comunitários. Algumas pessoas cruzam os braços ou mantêm as mãos nos bolsos, gestos que podem denotar distanciamento, crítica velada ou simplesmente postura confortável e de espera. À frente do palanque improvisado, um homem segura uma câmera, possivelmente um fotógrafo ou repórter, o que indica a presença da imprensa local, sugerindo também uma preocupação com o registro e a preservação simbólica daquele momento.

O contraste nas vestimentas é marcante: os políticos estão em trajes formais, ternos escuros e claros, gravatas, sapatos sociais. Esses elementos visuais comunicam seriedade, competência e legitimação, o que contribui diretamente para a acumulação de capital simbólico. O capital simbólico à luz de Pierre Bourdieu (2008) refere-se ao prestigio, o reconhecimento e a legitimidade social acumulada pelos indivíduos, os quais podem lhes conferir poder e vantagens nas disputas no campo político. Esse capital é uma forma de poder que se manifesta através do reconhecimento social, capaz de influenciar relações e hierarquias, funcionando como um recurso estratégico nas disputas de poder.

Já a população, em sua maioria, veste roupas informais: camisetas, camisas abertas, vestidos simples e bonés, o que indica distinções de classe e papéis sociais diversos, no evento. O pano que cobre a mesa é decorado com rendas brancas, o que adiciona um aspecto cerimonial ao ambiente e sugere o esforço estético mesmo com a estrutura modesta.

Na imagem a seguir podemos observar a continuidade da cerimônia, já que segundo Carvalho (2006, p. 28 *apud* Sousa, 2017, p. 93) "encerrada a comemoração solene da câmara municipal, seguiu em passeata pelas principais ruas da cidade". A fotografia, revela muito mais do que uma cerimônia, ela simboliza o nascimento de uma nova identidade cívica e o começo da possível autonomia política local e conta com a presença de autoridades e líderes políticos que testemunhavam e davam significância aquele momento.

Figura 4 – Passeata em alusão a posse de Salomão Caetano (1986)



Fonte: @alagoinha_do_passado, 27 dez. 2021. Acesso em: 02 jan. 2025.

No centro da cena, o prefeito recém-empossado caminha lado a lado com autoridades e moradores, cercado por uma multidão que acompanha de perto aquele instante único. Vestido com um terno marrom, com a mão estendida em direção ao ombro de uma das crianças presentes, o prefeito carrega em seu semblante a responsabilidade do cargo. Outros homens, incluindo o vice-prefeito Pedro Neto (PDS), de terno escuro, ao seu lado, o acompanham, sugerindo tratar-se de autoridades locais ou regionais. Entre eles, um homem com uma câmera pendurada ao pescoço, de camiseta clara, e outro com a câmera suspensa no braço, parecem encarregados do registro oficial do evento, podendo trata-se de fotógrafos ou jornalistas.

À frente do grupo, crianças, algumas sorridentes e aparentemente animadas, caminham ou correm pelo chão de barro. A presença infantil, destacada na composição, carrega uma dimensão simbólica: representa a espontaneidade daquela parcela da população e a esperança no futuro da nova administração municipal. Um cenário que pode ter sido montado com o intuito de transmitir essa ideia, tanto para os observadores presentes ou leitores de periódicos que possa ter repercutido o evento, já que é notável a presença da imprensa, quanto para as gerações vindouras que tivessem acesso aqueles registros. Nas laterais da rua, mulheres, homens e jovens observam atentamente a movimentação, alguns demonstrando expressões de alegria e curiosidade. Ao fundo, é possível ver construções modestas e coloridas, típicas de um centro urbano em processo de formação. O chão ainda de terra batida mostra que os desafios da infraestrutura ainda eram muitos.

Com isso, percebemos que a captura em movimento para registro de um momento histórico, é dotada de significações. A população em volta dos seus primeiros representantes após a conquista da “liberdade”, caminham rumo ao desenvolvimento do município, já que segundo Sousa (2017) essa era a identidade que se buscava construir, de que o município iria evoluir com a emancipação. Os primeiros gestores eleitos precisavam demonstrar o apoio da população, e essa imagem transmite aprovação dos alagoinhenses, por demonstrar um quantitativo de pessoas que acompanham os eleitos, sendo possível que a sua captura tenha sido intencional, mas não descartando a possibilidade de espontaneidade, já que se tratava de uma novidade para aqueles moradores, podendo causar muita empolgação.

Segundo Erwin Panofsky (2007), a análise iconográfica trata da identificação de temas, motivos e símbolos. Nesse sentido, a imagem representa não apenas uma cerimônia de posse, mas também um rito de passagem político: o início oficial da gestão autônoma de uma cidade recém-emancipada. A presença de representantes políticos ao lado da população remete a um momento de fundação institucional, no qual o poder político se legitima por meio da proximidade com a população.

Na terceira camada de leitura proposta por Panofsky (2007), a iconológica, procura-se compreender o significado profundo e contextual da imagem. Neste caso, a fotografia se configura como um documento visual de afirmação identitária e autonomia política. O evento de posse, mais do que uma formalidade administrativa, é tratado como uma celebração comunitária, um momento de união cívica.

Ao ter acesso a uma fonte que remete ao mesmo evento, percebemos indícios que a imagem se trata do registro de uma passeata, realizada pelas principais ruas da cidade, logo após a cerimônia de posse na Câmara Municipal, e que possuía como destino final a sede da prefeitura, onde ocorreria o descerramento da fita simbólica. De acordo com o que se segue:

> Encerrada a comemoração solene da câmara municipal, seguiu em passeata pelas principais ruas da cidade, tendo em frente o vice-governador Lucídio Portela, o prefeito de Pio IX, Alencar Neto, O prefeito de Alagoinha do Piauí Salamão Caetano de Carvalho, o vice-prefeito Pedro Jose Neto, **demais autoridades, líderes políticos de Alagoinha do Piauí e região e convidados especiais, além da comunidade em geral,** dirigindo-se **a sede da prefeitura** onde foi descerrada a fita simbólica pelo vice-governador Lucídio Portela e a primeira dama do município Joaquina Libania de Carvalho (Carvalho, 2006, p. 28 *apud* Sousa, 2017, p. 93).

Não é possível afirmar se o grupo se deslocava para a sede da prefeitura e se o descerramento chegou, de fato, a ocorrer, uma vez que o prédio do Poder Executivo Municipal teria sido construído apenas em 1987, em convênio com a Secretaria de Obras do governo estadual de Alberto Silva, como será mostrado adiante. Mas o trecho citado apresenta dados que nos permitem estabelecer uma relação com a imagem analisada anteriormente, reforçando a presença não apenas dos eleitos e de lideranças políticas locais, mas também de convidados especiais. O que nos chama atenção é a observação de Carvalho (2006 *apud* Sousa, 2017) ao mencionar "comunidade em geral", expressão que suscita a seguinte questão: quem, de fato, se enquadraria nesse grupo?

Em um trecho que vem logo a seguir é descrito: "[...] encerrado as solenidades, foi servido um coquetel as autoridades e convidados especiais e servido um churrasco para toda a comunidade de Alagoinha do Piauí" (2006, p. 28 *apud* Sousa, 2017, p. 93). As pessoas que Carvalho (2006 *apud* Sousa, 2017) chama de comunidade de Alagoinha do Piauí, após descerrada a fita foi separada dos demais presentes. Quando ele descreve que para autoridades e convidados foi servido um coquetel, enquanto aos demais participantes ofereceu-se apenas churrasco, percebemos que, embora a população pertencente a outra classe social tenha comparecido à solenidade de posse, sua presença não recebeu a mesma importância atribuída aos demais. A participação popular parece ter sido utilizada mais para transmitir a ideia de apoio

ao processo, compondo um cenário que ficasse “bem na foto”, do que para incluí-la efetivamente naquele momento.

No contexto da administração de Salomão Caetano (PDS) o estado do Piauí era governado por Alberto Silva (PMDB), eleito para seu segundo mandato, em 1986, mesmo ano da primeira eleição de Alagoinha do Piauí. O governador enfrentava, a partir de 1987, muitos dificuldades para manter a imagem de excelente gestor que havia conseguido solidificar no seu primeiro mandato. Ao fazer parte da mesma base partidária e ter o mesmo partido opositor do governador, o PFL, entende-se que Salomão Caetano (PDS) poderia contar com apoio do então governador na concretização dos seus planos de gestão

Tivemos acesso a uma fotografia, datada do ano de 1987, que registra uma audiência oficial no Palácio Karnak, sede do governo estadual do Piauí. A imagem, apresentada a seguir, mostra quatro homens sentados ao redor de uma mesa de reuniões, provavelmente em um dos gabinetes institucionais da sede do Poder Executivo estadual.

Figura 5 – Audiência oficial com o governador no Palácio Karnak (1987)



Fonte: @alagoinha_do_passado, 02 fev. 2022. Acesso em: 29 jul. 2024.

Na cabeceira da mesa, à esquerda da imagem, encontra-se o então governador do estado do Piauí, Alberto Silva, reconhecido por sua postura austera, vestindo terno escuro e gravata, com óculos e expressão atenta, característico de sua figura pública e política. À sua frente, sentado lateralmente, está Salomão Caetano de Carvalho, prefeito de Alagoinha do Piauí naquele período. Em seguida, aparecem Pedro José Neto, então vice-prefeito, e Valdemar Jonas

da Rocha, vereador do município. Todos estão trajados formalmente, conforme o protocolo exigido em audiências oficiais da administração pública.

Pelo posicionamento dos presentes à mesa, entendemos que o governador, recebe os representantes de Alagoinha do Piauí e a eles direciona a fala. O cenário pode ter sido montado para a captura da imagem, mas alguns detalhes, como o olhar desconfiado de Valdemar Rocha e a postura de Pedro Neto, sinalizam para um registro sem aviso prévio. Na parede ao fundo, visualiza-se a bandeira do Estado do Piauí e o brasão institucional, símbolos oficiais que reforçam a autoridade do espaço. A disposição dos personagens ao redor da mesa, com documentos e caixas sobre a superfície, indica um ambiente de tratativas administrativas e políticas.

A iconografia política, segundo Peter Burke (2004), permite a leitura de imagens como documentos históricos, especialmente quando inseridas em um contexto institucional. A imagem reflete o modelo de administração centrada na figura do governador, figura de destaque tanto simbólica quanto funcionalmente, reforçando a verticalidade do poder público vigente na década de 1980.

O encontro retratado, representa uma prática comum da época: o deslocamento de lideranças municipais à capital para reivindicações e planejamento de ações públicas. Em 1987, o Brasil vivia o período de redemocratização, com governos estaduais desempenhando papel central na articulação com municípios, especialmente aqueles de pequeno porte como Alagoinha do Piauí. Este município, criado recentemente à época (emancipado oficialmente em 1986), buscava consolidar sua infraestrutura básica e inserção nas políticas estaduais.

Se levarmos em consideração que a audiência com o governador foi realizada em 1987 mesmo ano da instalação do Segundo Grau, na Unidade Escolar Enéas Policarpo, construída com recursos do governo do estado, poderíamos deduzir que nessa reunião foi tratado acerca da implementação do Ginásio em Alagoinha do Piauí. Entretanto, conforme Rocha (2014, p. 43) a escola foi construída ainda no mandato de Raimundo Bonas de Medeiros[18], iniciando seu funcionamento em março de 1987, mesmo mês que iniciou o mandato de Alberto Silva (PMDB).

Com isso, é possível que essa reunião tenha tratado da construção do prédio da Prefeitura Municipal de Alagoinha do Piauí. Embora haja indícios de que as obras tenham se iniciado no ano anterior, conforme relata Carvalho (2006 *apud* Sousa, 2017), ao afirmar que, após a cerimônia de posse em 1986, as autoridades e a população presentes se dirigiram à

[18] Mandato que durou de 14 de maio de 1986 a 15 de março de 1987, período que assumiu o cargo de vice-governador na condição de titular.

prefeitura, onde ocorreu o corte da fita de inauguração, o que sugere a entrega do prédio. A placa de inauguração fixada na fachada da Prefeitura Municipal de Alagoinha do Piauí exibe o seguinte texto:

> PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHA CONSTRUÍDA
> CONVÊNIO: SEC. DE OBRAS / PREFEITURA MUNICIPAL
> GOVERNO: ALBERTO SILVA
> ADMINISTRAÇÃO: PREFEITO SALOMÃO CAETANO DE CARVALHO
> — 1987 —
> (Prefeitura [...], 1987. Extraído de fotografia do arquivo pessoal da autora, 2025).

A placa indica que o prédio foi inaugurado em 1987, durante a gestão do prefeito Salomão Caetano (PDS), com apoio do governo estadual, então sob o comando de Alberto Silva (PMDB), por meio de um convênio com a Secretaria de Obras do estado. Não tivemos acesso a informações que confirmem a utilização de outra edificação como sede do Executivo, antes da construção do edifício atual. Mesmo que tenham deliberado em outro espaço, não parece congruente realizar um descerramento em um local que não seria oficialmente a prefeitura. Portanto, entendemos tratar-se de uma obra iniciada no ano anterior, mas que só foi concluída, com o apoio do governo de Alberto Silva, em 1987.

No mesmo ano que ocorreu a audiência no Palácio Karnak e a construção da prefeitura de Alagoinha do Piauí (1987), o jornal *O Dia,* em trecho citado por Honorato Vicente de Lima Sobrinho (2018), publicou uma matéria que destacava as articulações e os esforços do então prefeito recém-eleito, Salomão Caetano, na busca por recursos destinados à execução de seu plano de governo. O texto jornalístico evidencia essa mobilização nos seguintes termos:

> Para tanto, tem procurando o apoio dos políticos ligados ao município e o próprio Governador do estado, no sentido de liberar recursos para dar andamento ao seu plano de trabalho, considerando um dos mais ousados e que em muito vai beneficiar a população de Alagoinha do Piauí. **Esforço e trabalho** não faltam ao prefeito e sua equipe de auxiliadores. **Um programa de atuação governamental, elaborando no iniciou da gestão está sendo cumprindo à risca.** As dificuldades financeiras são muitas, mas os resultados do esforço são sentidos em todo o município, tanto na sede como na área rural, onde o prefeito dedica total atenção para a população. Assim, com muito trabalho e ajuda da população, o prefeito Salomão Caetano vai realizando um trabalho estrutural que colocara muito em breve Alagoinha do Piauí, entre um dos grandes e progressistas municípios do Estado (Audiência [...], 1987, p. 2 *apud* Lima Sobrino, 2018, p. 32).

O trecho acima, menciona que Salomão Caetano (PDS) buscou apoio do governador do estado, Alberto Silva, com o intuito de angariar recursos para cumprir o "ousado" programa de atuação governamental, elaborado no início da gestão, para o benefício da população de Alagoinha do Piauí. Plano de governo, que segundo a matéria, apesar das dificuldades

enfrentadas, estaria sendo cumprido à risca. Essa busca por apoio parece ter se materializado com a audiência realizada no Palácio Karnak, citada anteriormente.

A reportagem veiculada em um jornal de grande circulação, evidencia os esforços empreendidos para promover o município de Alagoinha do Piauí e vincula essa valorização a gestão de Salomão Caetano (PDS), através de ampla divulgação do seu trabalho enquanto gestor municipal. A matéria afirma ainda, que "o resultado do esforço são sentidos em todo o município", contribuindo para que Alagoinha do Piauí possa progredir e em pouco tempo se tornar destaque no estado. Mas destaque em que sentido?

No momento da escrita deste trabalho, o município permanece essencialmente rural, já que em 2019 a área urbanizada era de 1,23 km², ocupando a posição 159º de 224 municípios do estado (IBGE, 2019), portanto, não se tornou referência em desenvolvimento urbano. Segundo IBGE (2021), a economia ainda é baseada nas atividades do campo, acrescida de empregos em funções públicas e no comércio, com um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R$ 8.523,28. Quando comparado com outros municípios do estado, ocupa a 204 posição no *ranking*. Em relação às atividades econômicas desenvolvidas pela população, 4.422 pessoas estão envolvidas com estabelecimentos agropecuários. O município conta ainda com apenas 119 empresas formalmente cadastradas, que empregam 328 pessoas, das quais 236 são assalariadas (IBGE, 2022).

Se, como citado no trecho da reportagem, os gestores contaram com dificuldades financeiras para conduzir seu plano de governo, teria o governador Alberto Silva (PMDB) destinado recursos para além da construção do prédio da prefeitura, e com isso contribuído com o trabalho que Salomão Caetano (PDS) divulgava como pretensão para o município? Conforme Claúdia Cristina da Silva Fontineles (2009) o segundo mandato de Alberto Silva (PMDB) recebeu muitas críticas, por focar somente na construção de obras públicas "grandiosas" na capital Teresina, como a implantação do trem metropolitano e da barca do sal, ignorando as necessidades dos outros municípios do estado.

Após uma primeira gestão bem-sucedida, na qual foi reconhecido como o "engenheiro da política" por realizar grandes obras públicas e conquistar respeito até mesmo entre seus adversários, o governador buscou repetir o êxito, almejando conquistar definitivamente o chamado "passaporte para a modernidade". No entanto, diversos fatores contribuíram para que o resultado fosse o oposto: em seu segundo mandato, foi duramente criticado. Seus adversários locais estavam fortalecidos, e o cenário econômico nacional enfrentava uma grave crise, "com hiperinflação, alto índice de desemprego e vários problemas sociais disso derivados" (Fontineles, 2009, p. 224).

Nesse contexto, o Piauí também não estava isento e enfrentava uma crise orçamentaria desfavorável, reconhecida pelo próprio governador. Conforme destaca Fontineles (2009, p. 237), o gestor:

> admitia que o Estado tinha uma dívida de mais de 215 milhões e 550 mil dólares, dos quais 149 milhões e 900 mil dólares era de dívida externa e 65 milhões e 632 mil dólares era de dívida interna. Reconhecera ainda que "toda a arrecadação própria do Piauí é comprometida com o pagamento do funcionalismo estadual" e ressaltara a debilidade econômica do Estado que assumia, ao informar que "ainda assim, dá para cobrir apenas 50% dessas despesas.

Mesmo nesse cenário, a gestão estadual continuava priorizando a realização de obras na capital, ignorando setores prioritários como saúde e educação, acentuando o déficit em garantias sociais. Ao priorizar a tentativa de modernização de Teresina, os outros municípios do Piauí ficaram desassistidos pelo estado, o que pode ter intensificado as dificuldades enfrentadas pela gestão de uma cidade recém emancipada e pequena em área territorial e populacional, como Alagoinha do Piauí. Mas, pelas movimentações de Salomão Caetano (PDS) e a divulgação desses "esforços" em jornais estaduais, sua administração buscava transmitir a imagem de um município que percorria o caminho do progresso. Como progresso, entendia-se o crescimento e desenvolvimento do espaço urbano.

Entretanto, as construções urbanísticas realizadas em Alagoinha do Piauí, nesse período, foram a Unidade Escolar Enéas Policarpo, que ofertara pela primeira vez no município, o Segundo Grau; o prédio da prefeitura, que com a emancipação necessitava de um espaço físico para o trabalho do Executivo Municipal. Como vimos, a construção da escola não teria advindo da reunião com o governador, mas a implantação do nível escolar mencionado e a sua manutenção pode ter contado com recursos advindos do governo de Alberto Silva (PMDB).

Antes disso, com base nas fontes às quais teve acesso, Sousa (2017) afirma que, na década de 1970, as ruas do povoado Alagoinha não tinham calçamento, eram estreitas e irregulares. Ainda assim, o povoado já contava com o mercado público, construído na década de 1930, e a capela de São João Batista, erguida em 1945. As mudanças urbanísticas foram ocorrendo ao longo das gestões, com a ampliação de calçamentos e da iluminação pública, além da construção de novas residências e pontos comerciais. Entretanto, pouco se sabe acerca do "resultado dos esforços" quando se trata da zona rural.

Essas transformações urbanas e administrativas acompanharam o processo de consolidação política do município, que começava a estruturar suas bases institucionais e partidárias. Dois anos após a primeira eleição municipal, realizou-se o segundo pleito, em 1988,

quando se observa a continuidade da disputa entre partidos alinhados à direita, representados por Braz José Neto (PDS) e Benicio Brito (PMDB). Braz Neto (PDS) foi eleito com o total de 2050, contra 542 obtidos por seu adversário (TRE-PI, 1988). Percebe- se, assim, que naquele momento o Braz Neto já se destacava como uma das principais lideranças do grupo político ligado ao primeiro prefeito do município.

Poemas de caráter memorialístico, citados por Sousa (2017), homenageiam e rememoram os "feitos" do líder político Braz Neto (PDS) em Alagoinha do Piauí. Referindo-se ao seu primeiro mandato (1989-1992), esses textos destacam a aquisição de cisternas e os desafios enfrentados pelo gestor devido à seca, que, segundo os autores do poema, conforme o trecho citado a seguir, teria castigado intensamente a região naquele período.

> Com três anos de idade
> Salomão me abandonou
> Aí apareceu Braz Neto
> Que logo me adotou
> E pra matar minha sede
> Várias cisternas arranjou
> Mas foi num ano de seca
> Logo a água acabou
>
> [...]
>
> Escola no amarelo
> Pra quem quisesse estudar
> Na Serra Velha um posto
> Pra saúde melhorar
> Meu calçamento aumentou
> Pro povo melhor pisar
> A água foi aumentada
> Pra minha sede saciar
>
> Mais uma porção de postes
> Com luzes pra clarear
> Me deram um outro cemitério
> Para os defuntos enterrar
> Este foi na Serra Velha
> Não canso de me lembrar
> Reforma nas minhas escolas
> Para a sujeira tirar
> (Almondes; Rocha, 1999 *apud* Sousa, 2017, p. 63-64)

O poema, conforme Sousa (2017), foi escrito com o propósito de enaltecer e homenagear o município, por ocasião do seu 13° aniversário de emancipação política. Nele, destaca-se que, durante o primeiro mandato de Braz Neto (PDS), teriam sido realizadas obras, como a ampliação do calçamento e da iluminação pública, a construção de uma unidade escolar, de um posto de saúde e de um cemitério em localidades rurais, como Amarelo e Serra Velha, além da reforma de escolas já existentes.

Dentre as ações mencionadas no poema anteriormente citado, destaca-se especialmente a aquisição de cisternas e a ênfase dada à escassez de chuvas, marcada por um período de estiagem. A solução apontada para amenizar a "sede" da população teria sido a construção de cisternas destinadas ao armazenamento de água.

É importante observar que, em 1999, mesmo ano que o poema foi escrito, conforme Medeiros e Silveira (2021), foi desenvolvido no semiárido brasileiro, o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), inicialmente idealizado por pequenas comunidades da região e, posteriormente, incorporada pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Segundo os autores, "as cisternas do P1MC garantem água para beber, cozinhar e escovar os dentes para as famílias durante o período de estiagem, promovendo a descentralização e democratização da água: ao invés de grandes açudes, as cisternas estocam um volume de água suficiente para uso de cada família" (Medeiros; Silveira, 2021, p. 63). Contudo, apenas a partir de 2003 o P1MC passou a se expandir de forma mais ampla, com o número de cisternas construídas aumentando significativamente em 2005, em decorrência de uma parceria com o Governo Federal.

Isso posto, caso a aquisição desses cisternas tenha realmente ocorrido durante o primeiro mandato de Braz Neto (PDS), não possui relação com o P1MC. Trata-se, portanto, de uma ação que pode ser considerada bastante relevante para a gestão, especialmente por representar um processo mais complexo diante das dificuldades do período. No entanto, também é possível que tal iniciativa tenha sido mencionada pelos poetas sem necessariamente ter se concretizada, considerando que o tema estava em evidência à época. Assim, a referência às cisternas pode ter sido utilizada como um recurso para enaltecer os gestores, atribuindo-lhes obras simbólicas e "apontando-os como os autores da evolução pela qual Alagoinha teria passado" (Sousa, 2017, p. 65).

Percebe-se, mais uma vez, a intenção de propagar o ideal de progresso e enaltecer as gestões municipais. Mesmo diante das dificuldades impostas pela estiagem, o prefeito teria conseguido cisternas para amenizar o "sofrimento" da população. Quando a água armazenada se esgotou, a administração teria buscado alternativas para aumentar a oferta, provavelmente por meio da perfuração de poços.

De acordo com Robério Aguiar e José Roberto Gomes (2004), em pesquisa de campo relacionado ao projeto *Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea*, foram identificados em Alagoinha do Piauí 33 poços tubulares cadastrados, sendo 27 públicos e 6 particulares. Desses, apenas 21 estavam em operação. Considerando que o estudo foi publicada em 2004, é possível concluir que muitos desses poços foram perfurados em períodos anteriores, podendo ser alguns deles na primeira gestão de Braz Neto (PDS) ou no mandato de outros

gestores, como Nascimento Rocha (PT), que era prefeito quando o poema foi escrito. Pelo menos 3 dos poços públicos podem ter sido perfurados na segunda gestão de Braz Neto (PPB), pois ainda não estavam instalados na data da visita de campo, “os não instalados representam aqueles que foram perfurados, mas não foram ainda equipados com sistemas de bombeamento e distribuição” (Aguiar; Gomes, 2004, p. 5-6), o que indica uma perfuração recente.

Após a primeira gestão de Braz Neto (PDS), representada no poema, o cenário político de Alagoinha do Piauí começou a se reconfigurar. As disputas, antes concentradas entre partidos de orientação à direita, passaram a abrir espaço para novas forças políticas. Em 1992, entra em cena o Partido dos Trabalhadores (PT). Fundado em 1980, o PT teve de se organizar a partir de bases precárias, já que seus recursos provinham de um número restrito de parlamentares concentrados ao estado de São Paulo (Braga; Bourdoukan, 2009). Isso porque, durante os governos militares, a esquerda brasileira havia sido duramente reprimida, e, com a redemocratização, o PT emergiu como único partido de orientação à esquerda com chances reais de alcançar a Presidência da República, o que viria a acorrer somente em 2002.

Esse novo contexto político nacional também se refletiu nas disputas locais. Na eleição municipal de 1992, concorreram à prefeitura o primeiro prefeito do município Salomão Caetano (PDS) e José Sebastião Rocha (PT), representando a recente inserção do partido no cenário político de Alagoinha do Piauí. O candidato Salomão Caetano (PDS) venceu a disputa para o seu segundo mandato, mas acabou não concluindo-o, já que tomou posse dia 1º de janeiro de 1993 e faleceu em 26 de abril do mesmo ano, no Hospital Getúlio Vargas, em Teresina. Com isso, quem assume o cargo é o vice-prefeito Valdemar Rocha, também vinculado ao PDS.

Na década de 1990, o município mantinha uma base rural, haja vista que grande parte dos habitantes residiam no campo, com uma economia baseada na agricultura e criação de animais. Mas, nesse decênio o espaço urbano de Alagoinha do Piauí passa a ser mais frequentado pelos moradores do município. Sousa (2017) salienta que a população residente no campo se deslocavam para a sede em dias de feira e festas, para comercializarem o que produziam, realizarem suas compras e praticarem sociabilidades, principalmente porque a cidade ganha um novo espaço para encontros e paqueras, a Praça São Francisco.

> Desde a sua construção datada no ano de 1994, durante o segundo mandato do prefeito Braz José Neto, a referida praça é vista pelos Alagoinhenses como seu principal espaço de sociabilidade. Pela data da construção da Praça São Francisco, que se deu quase dez anos após a emancipação político-administrativa de Alagoinha do Piauí, verifica-se que curiosamente a Praça São Francisco foi construída tardiamente. Segundo os relatos que se tem a idealização da Praça São Francisco foi iniciada em 1981, quando se construiu o alicerce do que viria a ser praça. A culminância do projeto só se concretiza em 1994, por iniciativa da administração pública e da igreja católica

> de Alagoinha do Piauí. Sendo que o formato da arquitetura da praça surgiu como um "arremedo", uma imitação das praças das cidades vizinhas. Caracterizando-se como uma praça de pequeno porte, ornada por canteiros floridos e arborizados, onde se destacam os bancos doados pelos cidadãos mais abastados da cidade (Sousa, 2017, p. 126-127).

A construção da Praça São Francisco, conforme afirma Sousa (2017), é atribuída ao segundo mandato de Braz Neto. No entanto, o prefeito eleito na eleição de 1992 foi Salomão Caetano (PDS), que faleceu em 1993, levando o vice-prefeito Valdemar Rocha (PDS) a assumir o cargo. Assim, a obra foi concluída durante sua gestão. Ressalte-se, porém, que ter sido inaugurado em seu mandato não significa que tenha sido integralmente custeada pela administração municipal. Segundo Sousa (2017), embora idealizada ainda antes da emancipação, a praça só foi concretizada dez anos depois, em 1994, resultado de uma iniciativa conjunta da administração pública e da Igreja Católica. Ademais, sua construção recebeu suporte de parte da comunidade citadina, "visto que cada banco que lá existe foi doado por uma família abastada de Alagoinha do Piauí" (Sousa, 2017, p. 66).

Segundo Sousa (2017), a gestão municipal enxergava o erguimento da praça como uma forma de embelezar o centro da cidade, já para a comunidade católica sua importância estava relacionada a aquisição de um espaço propicio à sociabilidade familiar, para onde os fiéis poderiam se dirigir após as celebrações na igreja São João Batista. Nesse sentido, percebemos que os interesses das instituições envolvidas não estavam necessariamente orientadas ao bem coletivo: a administração buscava promover o município por meio da ideia de modernização e demonstrar eficiência administrativa, enquanto a Igreja encontrava na praça uma alternativa para resolver problemas decorrentes da presença de bares no entorno do templo religioso. Como relata Sousa (2017, p. 144), "os indivíduos ficavam nos bares até o momento da missa e voltavam para os bares após o termino da mesma" (Sousa, 2017, p. 144).

Com a chegada do padre João Morais à paróquia, em 1970, a relação até então harmoniosa entre a Igreja e os bares do entorno se rompeu. O sacerdote passou a impor o fechamento desses estabelecimentos durante os festejos do padroeiro, gerando conflitos com os proprietários, sobretudo porque esse era o período de maior movimento e lucro. Anos depois, a freira Maria Edamalla intensificou essa postura de oposição, promovendo eventos religiosos voltados especialmente aos jovens, como as semanas da juventude e o primeiro aniversário da cidade, em 1994, realizados no pátio da igreja. Conforme Sousa (2017, p. 166), "a realização do referido evento no adro da igreja se deu pela inexistência de uma praça, espaço público onde se pudesse organizar a comemoração". A ausência desse espaço público reforçou o interesse da

instituição religiosa em apoiar a construção da praça, vista como uma alternativa para afastar a comunidade devota dos bares e reorganizar as sociabilidades locais sob sua influência.

> Os bares localizados ao lado da igreja, sete bares, lembrados pelos nomes de seus proprietários, cobertos pelo discurso católico como sendo espaço de perdição, situados fora do âmbito sagrado e, portanto, profanados ao longo da implantação da teologia da libertação, com o advento da praça São Francisco, também foram esvaziados da presença dos jovens, das mulheres, das famílias, dos "homens de bem" [...] (Sousa, 2017, p. 169).

Nesse período, também foram construídas novas escolas e a Unidade Mista de Saúde Salomão Caetano (1994), na sede do município, o que intensificou o fluxo de pessoas na urbe. A população passou a se deslocar não apenas em busca de lazer, mas também para realizar atendimentos de saúde. No esforço de reafirmar o ideal de progresso, os poemas memorialísticos analisados por Sousa (2017) mencionam ainda a aquisição de uma ambulância, a iluminação do povoado Serra Velha, a construção de salões de beleza, de um cartório e de uma delegacia, além do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, um importante instrumento político no município.

> [...] Veio outra eleição
> E eu entrei na jogada
> Trouxe Salomão de volta
> Pra sua antiga morada
> Mas um derrame tornou
> Sua ida antecipada
> Valdemar me adotou
> E a ambulância foi comprada
>
> Serra velha era escura
> Mas logo se iluminou
> Uma Unidade Mista
> Neste ano aqui chegou
> Uma ambulância nova
> Atendimento de doutor
> E o posto do sindicato
> Que o povo edificou
>
> Nove anos de idade
> Cada vez mais eu crescia
> E me sentia orgulhoso
> Com tudo que eu recebia
> Cartório, Salão, Escolas,
> Até mesmo delegacia
> fui só conservando
> Aquilo que já existia
> [...] (Almondes; Rocha, 1999 *apud* Sousa, 2017, p. 64).

Os versos do poema, ao enaltecer obras e serviços supostamente realizados ao longo dos anos, como a compra de ambulâncias, a iluminação de Serra Velha, a chegada da Unidade Mista de Saúde, bem como a construção de cartório, salão, escolas e delegacia, reforçam a narrativa de um município em constante progresso. Entretanto, como apontam os dados do IBGE já discutidos, esse "progresso" parece ter se concentrado sobretudo na expansão demográfica da sede e na ampliação da sua área urbana, acompanhada da chegada gradual de novas tecnologias e das mudanças decorrentes de sua implantação. Alagoinha do Piauí não permaneceu estagnada, mas também não experimentou um desenvolvimento tão amplo quanto a poesia memorialística sugere.

Nesse cenário de mudanças graduais, o campo político local também passava por alterações significativas. Na eleição de 1996, o PT conquista a prefeitura pela primeira vez com José do Nascimento Rocha (PT), que derrota o ex-prefeito Braz Neto (PDS). Nesse contexto, começa a se delinear com mais ênfase o conflito político entre os dois grupos: o "lado de Braz" e o "lado do PT". Essa mudança acompanha tendências nacionais do período, marcadas pela crescente projeção do PT. Em 1989, a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já havia despontado como força renovadora no cenário político brasileiro, com pautas oriundas do sindicalismo e novas propostas de relação entre Estado e sociedade (Freire; Carvalho, 2018). Embora derrotado por Fernando Collor de Melo (PRN), o desempenho de Lula no segundo turno evidenciava o fortalecimento do partido, movimento que também repercutiria em municípios como Alagoinha do Piauí.

Nas eleições presidenciais de 1994, Lula foi derrotado por Fernado Henrique Cardoso, ainda em primeiro turno. Com o "apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, para lutar contra a fome, o desemprego e a desigualdade" (Alonso, 2023, p. 19) conseguiu alcançar o cargo de presidente somente em 2002 ao vencer, em segundo turno, o seu oponente José Serra (PSDB), "momento de ascensão do primeiro governo de esquerda no Brasil desde o golpe militar de 1964" (Alonso, 2023, p. 13). Após 22 anos de tentativas para acessar a Presidência da República, a espera havia chegado ao fim, ao som de Olê, olê, olê, olá! Lula, Lula lá! "às 20h53 de 27 de outubro de 2002, a felicidade petista transbordou da avenida Paulista a Garanhuns, da Cinelândia a Porto Alegre. Houve música e dança. E até bolo. O eleito aniversariava e ganhava de presente de 52,7 milhões de brasileiros as chaves da República" (Alonso, 2023, p. 17).

Como vimos anteriormente, na eleição municipal de 1992, vencida por Salomão Caetano (PDS), o candidato concorrente foi José Sebastião da Rocha, filiado ao PT. Primeira vez que temos em Alagoinha do Piauí um candidato representando os chamados novos partidos,

que retornaram ao cenário político brasileiro com a redemocratização. Esse conseguiu 973 votos contra 1809 do candidato eleito, o que já é uma quantidade significativa, tendo em vista que desde a primeira eleição os candidatos do PDS dominavam a política local.

Se a primeira candidatura do PT para o Executivo Municipal de Alagoinha do Piauí não obteve êxito em 1992, na eleição de 1996 os eleitores do município realizaram o feito histórico de eleger o primeiro prefeito petista do Estado do Piauí, marco que ficará registrado na história alagoinhense e piauiense. A ascensão de Manoel Nascimento Rocha (PT) ao cargo de prefeito se dá em um período de avanço das forças populares do PT no Piauí, impulsionado por figuras como Wellington Dias, que na ocasião era deputado estadual e presidente do diretório regional do partido. O partido começava a consolidar sua presença nos pequenos municípios, frequentemente em oposição aos grupos tradicionais de poder locais.

Isso porque, conforme Francisco Farias (2024, p. 158): "[...] no clientelismo abre a possibilidade para que os partidos de esquerda ascendam ao governo local sob a proposta de gerir honestamente, isto é, de 'maneira universalizada', a 'coisa pública'". Sendo o PT a referência de partido de esquerda no pós ditadura empresarial-militar (1984-1985), e a microrregião de Picos um dos locais em que o clientelismo se encontrava em ascensão, por ser caracterizada pela pequena propriedade independente, talvez não tenha sido por acaso que a primeira prefeitura liderada pelo PT, no estado, esteja localizada ali (Farias, 2024).

Isso porque, segundo Farias (2024), no Piauí, o clientelismo se expande com o enfraquecimento do latifúndio pré-capitalista (1970-1980), que reproduzia relações de dominação e dependências pessoais, características do sistema coronelista. Conforme José Murilo de Carvalho (1996) o coronelismo surgiu com a implantação do federalismo na Primeira República (1989-1930), que instituiu o cargo de governador de estado. Em torno desses governadores se arregimentaram as oligarquias locais, tendo o coronel como principal representante. Nesse sentido, "o coronelismo não existiu antes dessa fase e não existiu depois dela. Ele morreu simbolicamente quando se deu a prisão de grandes coronéis baianos, em 1930" (Carvalho, 1996, p. 04).

Contudo, mesmo o coronelismo deixando de existir com o fim da Primeira República (1989-1930), segundo Farias (2024) alguns elementos desse sistema continuaram presentes na região do Baixo Parnaíba Piauiense ao menos até a década de 1970, quando o "morador" da grande propriedade rural consegue desprender da dependência que tinha do patrão, por adquirir uma pequena propriedade ou se mudar para a cidade.

Com o crescimento do espaço urbano, muitos moradores podem ter se mudado para a *urbe*, voltando ao campo para trabalhar por diária ou "empeleita", não sentindo mais a

necessidade de votar no candidato indicado pelo patrão, devido ao sentimento de lealdade cultivado, por ter cedido um fragmento da terra para o "morador" trabalhar, além de outros favores, como empréstimo de dinheiro em caso de necessidade e assistência médica, por exemplo. Nesse sentido, eleger um candidato de partido opositor as famílias tradicionais seria uma decisão pautada não somente pela necessidade de mudança, mas também por consequência do crescimento da prática eleitoral do voto de barganha.

Conforme Victor Nunes Leal (2012), o coronelismo tinha como uma de suas características o *voto de cabresto*, em que os eleitores, especialmente os do campo, votavam em quem os "coronéis" indicassem, como uma forma de compensar a "generosidade" desses chefes políticos, isso porque não conheciam nenhum tipo de favor que não viessem deles. Por se encontrarem isolados, os "moradores" centravam "as várias dimensões da sua vida (econômica, social, política) na relação com o proprietário. Recorrer a parentes, amigos ou vizinhos trazia, em regra, menos vantagens do que manter-se fiel ao patrão" (Farias, 2024, p. 95). Nesse contexto, a criação de um partido voltado ao apoio dos camponeses e trabalhadores urbanos tornava-se quase impossível.

Entendemos, que o colapso do coronelismo não ocorreu de maneira abrupta e em um mesmo período em todo território brasileiro. Nunes Leal (2012) já percebia mudanças de comportamento do eleitorado rural nas eleições de 1945 e 1947, em que se verificam "traições" dos empregados aos fazendeiros, por votarem em outros candidatos, e não aqueles apoiados pelo patrão, atitudes associadas as propagandas radiofônicas. Entretanto, mesmo que o comportamento eleitoral não seja uniforme, podendo haver casos, de eleitores do campo, que votaram em candidatos contrários ao seu patrão anterior a esse período e eleitores que continuam votando por fidelidade a determinado grupo ou família tradicionalista, segundo Farias (2024) quando se trata do Piauí, especialmente no extremo-sul e meio-norte, os fatores estruturais da crise final do coronelismo tiveram mais ênfase a partir da década de 1970, com a modernização da atividade pecuária e com a implementação de projetos governamentais voltados pela "pequena produção agrícola", em especial devido as tensões sociais e políticas causadas pelo bloqueio de acesso à terra.

Conforme Farias (2024) em 1980 verifica-se a degradação do latifúndio pré-capitalista, promotor das relações de dominação e dependência pessoal. A ruptura com práticas associadas ao sistema coronelístico, nessas regiões do estado, é percebida na década de 1990, sob vários aspectos, como: "a) a mudança no comportamento eleitoral, da 'sujeição' para a 'liberdade' ; b) a dissociação do voto segundo o nível da eleição; c) o aumento da competição partidária e a ampliação do espectro político [...]" (Farias, 2024, p. 107).

É nesse cenário de ascensão do clientelismo no Piauí, que começa a ser instituído os dois grupos políticos antagônicos em Alagoinha do Piauí. Com a vitória de Manoel Nascimento Rocha (PT), em 1996, o grupo político do primeiro prefeito eleito perde a hegemonia, que possuía até então, quando nas três eleições realizadas no município conseguiram se eleger com margem bastante significativa. Entendemos que para além de uma disputa entre direita e esquerda, foi constituído um embate entre representatividades. De um lado o grupo do primeiro prefeito eleito, que representava a "independência" do município e a esperança de melhorias nela inclusa, que com a morte de Salomão Caetano, passou a ser representada por Braz Neto; do outro lado o grupo do PT, a única oposição que conseguiu efetivamente obter êxito enfrentando o grupo tradicionalmente reconhecido no município, tendo como representante Nascimento Rocha.

Nas duas eleições anteriores, vencidas por Braz Neto (PDS) e Salomão Caetano (PDS), a oposição além de não conseguir se aproximar da vitória, apesar de em 1992 o candidato petista ter conquistado um número até expressivo, o quantitativo de votos em branco foi muito elevado. Como vimos anteriormente, em 1988 alcançou quase a mesma quantidade do candidato da oposição. Em 1996, segundo dados do TSE (1996), Nascimento Rocha (PT) conseguiu ultrapassar o partido da situação em 424 votos, recebeu 1921 contra 1497 de Braz Neto (PDS). Além de entrar para a história, como primeiro prefeito eleito pelo PT no Estado do Piauí, conseguiu diminuir significativamente o total de votos em branco, que em 1988 foi de 508 (TRE-PI, 1988), em 1992, 509 (TRE-PI, 1992), e naquele ano foi registrado somente 195.

Na imagem a seguir é possível observar um dos momentos da cerimônia de posse dos candidatos eleitos na eleição de 1996, realizada dia 01 de janeiro de 1997. O evento ocorre à noite, sob uma cobertura de telhas de barro, típicas da arquitetura popular nordestina, sustentadas por vigas de madeira expostas. A parede branca ao fundo, com manchas de umidade, remete à rusticidade dos espaços públicos municipais de cidades pequenas. O uso de um tecido branco sobre a mesa reforça o caráter formal da ocasião.

Figura 6 – Posse de Nascimento Rocha e Nicácio Brito (1997)



Fonte: @alagoinha_do_passado, 28 ago. 2022. Acesso em: 02 jan. 2025.

Sentado à esquerda da imagem (do ponto de vista do observador), está Nascimento Rocha (PT). Usa óculos, terno cinza e gravata escura. Sua postura é firme, levemente inclinada para frente, e seu semblante é sério. O olhar está direcionado para a frente. A forma como está sentado, com o tronco ereto e mãos próximas ao corpo, transmite seriedade, compromisso e sobriedade. Ao seu lado direito, está o vice-prefeito Nicácio Brito (PSDB), vestindo terno escuro e gravata. Diferente de Nascimento Rocha (PT), Nicácio Brito está com o corpo levemente relaxado e inclinado para trás. Seu semblante revela entusiasmo e descompressão, o que pode indicar que ele se sente à vontade no ambiente e compartilha do otimismo político do momento. A relação entre os dois, visualmente, parece complementar: Nascimento Rocha (PT) representa a seriedade institucional, e Nicácio, o vínculo emocional com a comunidade.

À esquerda de Nascimento Rocha (PT), parcialmente coberto por uma planta decorativa, está Wellington Dias, ainda jovem, em sua fase como deputado estadual. Apesar de seu rosto não estar completamente visível, sua presença na mesa de honra aponta para a importância política do evento. Sua participação ali, confirma o apoio do diretório estadual ao novo governo municipal e mostra a articulação entre lideranças locais e estaduais.

Do lado direito da imagem, em pé, está Manoel Virgílio, vereador do município, vestindo camisa clara e calça escura. Ele segura um microfone e o entrega para Rulfino Almondes[19], que se posiciona ao seu lado. Virgílio parece estar concluindo seu discurso, com

[19] Segundo a página @alagoinha_do_passado foi secretário municipal, não especificando em qual gestão e qual secretaria, mas entendemos ser no mandato de Nascimento Rocha, devido sua presença na cerimônia de posse.

expressão facial concentrada, olhos focados no orador seguinte. Seu gesto é simbólico: ao passar o microfone, ele também entrega a palavra, o que em cerimônias formais representa a legitimidade do novo orador e reforça a ordem democrática do evento.

Rulfino Almondes, por sua vez, exibe um leve sorriso de nervosismo ou empolgação. Sua camisa branca, semelhante à de Virgílio, e seu corpo levemente inclinado indicam prontidão e respeito. A composição entre os dois é interessante: há troca, acolhimento e rito, elementos comuns em eventos solenes, mesmo em contextos populares.

Ao fundo, outros rostos parcialmente visíveis indicam a presença de apoiadores e membros da comunidade. Os rostos masculinos, predominantemente adultos, vestem roupas sociais simples. A plateia, embora desfocada, contribui com a densidade simbólica da cena: são testemunhas e, ao mesmo tempo, parte da história que se escreve naquele momento.

A ascensão de Nascimento Rocha (PT) ao cargo de prefeito se dá em um período de avanço das forças populares do PT no Piauí, impulsionado por figuras como Wellington Dias, que na ocasião era deputado estadual e presidente do diretório regional do partido. No ano seguinte (1998) foi eleito o primeiro deputado federal petista e em 2003 governador do Piauí para o primeiro, dos quatros mandatos exercidos no Executivo Estadual. O partido começava a consolidar sua presença nos pequenos municípios, frequentemente em oposição aos grupos tradicionais de poder locais.

No cenário brasileiro o PT buscava a ascensão à presidência que só ocorreu em 2002, após Lula ter disputado quatro eleições consecutivas, vencendo, “em segundo turno, o candidato da aliança PSDB-PMDB, o senador tucano José Serra, ex-ministro do planejamento e da saúde do presidente Fernando Henrique Cardoso” (Fausto, 2019, p. 522), com 61% dos votos válidos. Nesse sentido, para alcançar esse feito o partido teria, segundo Sérgio Fausto (2019, p. 523), passado por reformulações e se tornando mais “pragmático e reformista, que apostava mais na força das urnas que na mobilização das ruas”, acumulando experiências administrativas em várias gestões municipais, incluindo algumas das capitais mais importantes, como São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Fortaleza.

No Piauí, o município de Alagoinha do Piauí parece ter sido um dos municípios que esteve na rota do PT em busca do acumulo somativo de votos, tanto que teve o primeiro prefeito eleito pelo partido no estado, além de Nascimento Rocha (PT) ter sido citado por Lula como exemplo de administrador petista bem sucedido, em discurso de campanha do candidato Toninho do PT da cidade de Campinas-SP, em que ele diz: “Toninho, eu quero que você ganhe, porque se o nosso companheiro Nascimento conseguiu em Alagoinha do Piauí dar cidadania

para aquelas pessoas, eu fico imaginando o que você e a Izalene não podem fazer aqui na cidade de Campinas" (Ecos, 2010).

No ano de 2000 Luiz Inácio Lula da Silva esteve em Alagoinha do Piauí, participando da campanha política de Nascimento Rocha (PT) que buscava a reeleição, disputando com Braz Neto (PPB), que representava o grupo do primeiro prefeito do município, Salomão Caetano (PDS). A seguir podemos observar um dos registros dessa visita:

Figura 7 – Visita de Luiz Inácio Lula da Silva ao município de Alagoinha do Piauí (2000)



Fonte: @alagoinha_do_passado, 14 dez. 2021. Acesso em: 02 jan. 2025.

A fotografia acima captura um momento de significativa densidade simbólica e política. No centro da imagem está Luiz Inácio Lula da Silva (PT), já consolidado como uma das principais lideranças populares do Brasil, ao seu lado está Nascimento Rocha (PT), candidato à prefeitura do município, para sua reeleição. A imagem é marcada por uma composição visual que revela mais do que uma cena comum de campanha: ela traduz uma prática política centrada na mobilização das bases, no carisma pessoal e na construção de alianças locais.

À esquerda, com um microfone em mãos, Nascimento Rocha (PT) fala ao público, sorridente, com expressão aberta e entusiasmada. Sua linguagem corporal sugere uma tentativa de conexão direta com a população ali reunida: corpo levemente inclinado, mãos ativas, e o sorriso característico dos momentos em que a emoção se mistura ao discurso político. Veste uma camisa clara e calça azul, trajes simples, próximos à estética do homem comum, prática entre candidatos em municípios do interior que desejam reforçar uma identidade compartilhada com o eleitorado. Essa representação está em consonância com o que Erving Goffman (2002)

discute ao tratar da “apresentação do eu”, em que políticos em campanha adaptam seu comportamento para gerar identificação com o público.

Ao seu lado, Lula aparece com uma postura ligeiramente mais reservada, mas ainda assim acessível. Usa uma camisa azul clara, mangas dobradas, com a mão esquerda tocando levemente o colarinho, gesto que pode ser interpretado como sinal de atenção ou de reflexão, sugerindo que escuta ou pondera algo dito por Nascimento Rocha (PT) ou pelo público. Com a perna esquerda apoiada sobre uma base mais elevada, sua postura corporal remete a uma autoridade informal, símbolo do seu estilo político à época: direto, popular, mas carregado de legitimidade.

Ao fundo, uma árvore frondosa e os rostos atentos de diversos moradores do município completam a cena. Homens, mulheres e crianças assistem ao evento político, compondo um ambiente de participação popular. À frente, um garoto simbolizando a presença intergeracional e a naturalização da política como parte do cotidiano. O olhar do menino, direto para a câmera, é contrastado com os rostos de adultos atentos ao discurso, revelando o caráter público e coletivo do momento.

A presença de Lula em um município como Alagoinha do Piauí, com pouco mais de seis mil habitantes à época, não é apenas um gesto de apoio. Trata-se de uma estratégia política que evidencia a construção de uma base sólida no Nordeste brasileiro, onde o PT começou a enraizar-se fortemente nos anos 1990 e início dos 2000. A imagem representa, assim, não apenas uma campanha local, mas uma engrenagem de um movimento nacional de reconfiguração da política brasileira, em que o carisma de Lula e a atuação dos diretórios municipais do PT desempenharam papel central.

Visualmente, a imagem sugere um momento espontâneo, capturado com naturalidade, sem ensaios, em que o contato entre lideranças políticas e a população se dá em ambiente aberto, informal. Essa horizontalidade espacial reforça a ideia de igualdade e proximidade, uma das marcas do estilo político de Lula.

Contudo, mesmo com a visita de Lula e sua participação na campanha, em apoio à tentativa de reeleição de Nascimento Rocha (PT), ação que, em tese, poderia fortalecer o Partido dos Trabalhadores em municípios de menor porte e contribuir para a expansão de seus ideais no território nacional, favorecendo a conquista da presidência da República, a reeleição de Nascimento Rocha (PT) não se concretizou. Na eleição municipal de 2000 quem se elege para prefeito em Alagoinha do Piauí é Braz José Neto (PPB), movimento contrário ao que ocorreu no Brasil em 2002, com a vitória do PT para presidência. Indício de que, em alguma medida, o

PT de Lula não é associado pelo eleitorado alagoinhense com o PT dos candidatos do município.

Ao ser indagada sobre os motivos que levaram a não votar em Clodoaldo Rocha (PT), na eleição de 2008, a entrevistada "Maria" (2023) afirma: "[...] eu nunca gostei, eu não tenho nada contra, mas eu nunca gostei desse negócio aí de votar em PT, **só mesmo no presidente**, mas no prefeito... [grifo nosso]". Não que ela tenha aversão ao PT, pelo contrário, parece ser partidária dos seus candidatos à presidência, mas quando se trata do PT do município, ela nem cogita apoiar. A aversão parece ser ao "lado do PT" de Alagoinha do Piauí.

Esse resultado pode possuir relação com a dissociação dos partidos em nível municipal, estadual e federal, tendencia que segundo Farias (2024) passa a acontecer após a transição do coronelismo para expansão do clientelismo. Ao entrevistar a eleitora Raimunda (2024), notamos que sua percepção vai de encontro com essa hipótese, quando destacam que não vota no PT de Alagoinha do Piauí, entretanto, vota em Lula para presidente. Raimunda (2024) declara:

> Começaram votar em Salomão, e de Salomão foi passando e foi sempre votando no mesmo. Porque assim, na realidade nunca ninguém buscou o outro lado [...]
> Aí assim, a gente tem aquele compromisso. Não me acho. Já no Lula eu votei no PT, mas em Alagoinha eu não me acho votar em PT não. Por causa do trabalho, daquela ambição, porque é uma ambição muito forte. As pessoas fala muito do PT, e eu não vejo o PT, eu vejo as pessoas, o trabalho das pessoas, a ganância das pessoas!

Como podemos perceber a partir do relato acima, quando se trata de votar em Lula para Presidência da República, mesmo sendo candidato pelo PT, a colaboradora vota, porque o problema não parece ser em relação ao partido, mas as pessoas que fazem parte do grupo representado pelo PT, em Alagoinha do Piauí. Raimunda (2024) não se sentiria à vontade em votar, porque não se identifica com as pessoas e suas atitudes. Talvez porque tenha construído uma relação de proximidade com o grupo de Salomão Caetano, seguindo o compromisso geracional iniciado pelo seu pai e não sentindo necessidade de mudança.

Com a vitória de Braz Neto (PPB), contra o candidato petista, o antagonismo entre os dois grupos se consolida, após o falecimento de Salomão Caetano (PSD), em 1993, Braz José Neto passa a ser a referência do grupo político do primeiro prefeito. Mesmo em um contexto de governo petista, no cenário brasileiro, a conquista da reeleição de Braz Neto, em 2004 pelo PP, denota que no cenário político municipal o partido que o candidato representa não é o fator determinante para sua vitória. No caso de Alagoinha do Piauí o grupo ao qual pertence possuiu um peso maior. Embora o "lado do PT" representasse um partido que se encontrava em posição

de destaque no cenário nacional, outros fatores contribuíram para que o "lado de Braz" estivesse em vantagem naquele período. Afinal, esse grupo era vinculado ao primeiro prefeito eleito do município. Apenas em 2008 um candidato do PT voltaria a vencer a corrida eleitoral pela prefeitura de Alagoinha do Piauí.

Em 2000, quando disputou o cargo de prefeito com Nascimento Rocha (PT), Braz Neto (PPB) já carregava o histórico da sua primeira gestão, algo que poderia ou não favorecer sua candidatura. Isso dependeria muito mais do que foi propagado ao longo desse período, do que propriamente os feitos realizados. Não por acaso, em 1996 havia sido derrotado por Nascimento Rocha (PT). Mas a disputa não se limitava à forma como sua trajetória política em Alagoinha do Piauí havia sido apresentada ao eleitorado. Braz Neto representava o grupo do primeiro prefeito do município, que naquele momento se colocava como oposição à gestão em exercício. Como vimos anteriormente, o adversário a ser enfrentado não era apenas um prefeito em fim de mandato: sua vitória na eleição anterior tornara-se histórica por ter sido o primeiro prefeito do PT eleito no estado do Piauí.

A campanha eleitoral de Nascimento Rocha (PT), em 2000, contou com a presença e apoio do então líder político do PT, Luiz Inacio Lula da Silva, que dois anos depois se tornou presidente do Brasil. Pensando por esse âmbito, parecia improvável que Braz Neto (PPB) conseguisse vencer essa eleição, mas foi o que ocorreu. Com 2.193 votos, desbancou o candidato petista, que obteve 2.027 votos, conquistando assim seu segundo mandato como prefeito de Alagoinha do Piauí (TSE, 2000). Nesse momento o antagonismo entre os dois grupos parecia se consolidar.

Como vimos anteriormente, o PT vinha em uma busca por angariar eleitores e uma das estratégias parecia ser ganhar espaços nas administrações municipais, e havia conseguido em Alagoinha do Piauí em 1996. No entanto, não conseguiu reeleger seu candidato, permitindo a volta ao poder do candidato que representava o grupo tradicionalista, mas cabe analisarmos em que cenário político nacional Braz Neto (PPB) administrou o município, nos seus dois últimos mandatos como prefeito. Nos dois primeiros anos, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil ainda enfrentava uma taxa de desemprego em torno de 7%, com uma dívida pública que chegou a mais de 50% do PIB, contando ainda com as incertezas que pairavam no país devido o favoritismo de Lula na eleição de 2002, tanto que a economia havia apresentado sinais de recuperação, crescendo mais de 4% em 2000, mas despencou nos anos seguintes tendo esse e o racionamento de energia como os principais fatores (Fausto, 2019).

Com a inflação em alta, fechando em torno de 12% em 2002, desvalorização do real, aumento da dívida pública, fraco crescimento econômico e elevada taxa de desemprego, Lula

fechou sua equipe de governo visando a estabilidade econômica, fazendo meio termos com setores empresariais e do agronegócio, com a escolha de Henrique Meirelles para comando do Banco Central. Segundo Mattos (2018) o governo fechou acordos com grupos conservadores e adotou uma política econômica ortodoxa, com a valorização da moeda por meio de mecanismos cambiais, elevação de taxa de juros e controle de gastos públicos, mantendo fundamentos básicos do Plano Real de FHC.

Essas escolhas, apesar de não agradar às esquerdas, que segundo Mattos (2018) se sentiram traídas, favoreceu a recuperação econômica que aos poucos foi se estabilizando. A dívida pública foi de 76% do PIB em 2002, para 61% em 2010. Ocorreu a diminuição da taxa inflacionaria, que em 2002 era de 12,5 %, baixando para 9,3 % em 2003 e chegando a 3,1 em 2006. Houve a revalorização cambial, em que o valor do dólar foi de 4 reais em 2002 para 2,3 em 2005.

A combinação de inflação baixa, aumento de emprego, expansão de crédito, criação do Ministério de Segurança Alimentar e Combate à Fome, que consolidou programas sociais como o Bolsa Família, reduziu significativamente a pobreza e gerou ampla mobilidade social, culminando na ascensão de uma nova "classe média" (Fausto, 2019). Segundo Motta (2018), em 2006 os recursos advindos desses programas sociais já beneficiavam cerca de 45 milhões de pessoas, número que continuou a se expandir nos anos seguintes.

Foi nesse contexto que Braz Neto, então filiado ao Partido Progressista (PP), conquistou a reeleição, tendo como vice-prefeito João Deolindo de Carvalho, do Partido Liberal (PL). Obteve 2.557 votos, correspondentes a 54,35% dos votos válidos, superando o candidato Francisco João de Carvalho, conhecido como Nini, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que recebeu 2.148 votos (45,65%), conforme dados do portal *Noticias Uol* (2004). Curiosamente, na eleição seguinte, Nini (PDT) foi eleito vice-prefeito na chapa encabeçada por Clodoaldo de Moura Rocha (PT).

A seguir podemos observar uma das imagens da Cerimônia de Posse da reeleição de Braz Neto, no dia 1º de janeiro de 2005, que se apresenta como um documento visual carregado de significados políticos, sociais e culturais. Ao invés de uma simples cerimônia inaugural de governo, trata-se da reafirmação pública de um projeto de poder e liderança já validado pela população local, um mandato que carrega não só o peso da expectativa, mas também o julgamento retrospectivo do anterior. Como aponta Jose Murilo de Carvalho (2023) a permanência no poder em contextos locais está menos ligada a eficiência administrativa do que a manutenção das redes de confiança e reciprocidade entre governante e governados.

Figura 8 – Posse de Braz José Neto, João Deolindo de Carvalho e vereadores (2005)



Fonte: @alagoinha_do_passado, 13 jan. 2022. Acesso em: 29 jul. 2024.

A composição da imagem se dá à frente da sede da Prefeitura Municipal, cuja arquitetura simples, com janelas brancas e fachada tradicional, insere o observador em um espaço de gestão pública típica dos pequenos municípios. A mesa central, decorada com tecido rendado, evoca a estética das cerimônias solenes no sertão: uma fusão entre o formalismo do Estado e os valores culturais da comunidade local. Ao fundo, é possível perceber a presença do público, homens, mulheres e crianças, dispostos de forma informal, observando atentos os desdobramentos do ato.

Sentado ao centro da mesa principal está o prefeito Braz José Neto (PPB), de terno marrom, expressão firme e postura aparentemente relaxada. Sua presença evidencia não apenas a posição de comando, mas também a tentativa de equilibrar solenidade e acessibilidade, um traço essencial à política em cidades interioranas, onde o líder precisa ser, ao mesmo tempo, autoridade pública e figura próxima do cotidiano das famílias locais. Sua expressão corporal revela concentração, e talvez uma leve tensão, reflexo do momento em que o prestígio conquistado é mais uma vez confirmado pela maioria eleitoral.

Ao lado direito (na perspectiva do observador) está João Deolindo de Carvalho, vice-prefeito, eleito pelo Partido Liberal (PL), de camisa azul e gravata escura, expressão séria, postura ereta, olhar firme para frente, refletindo sobriedade e respeito pelo momento solene. A escolha das cores de sua roupa, especialmente o azul, frequentemente associado à confiança e estabilidade, contribui para a imagem de alguém sereno, equilibrado e preparado para a função pública. Sua presença discreta, porém, marcante, ao lado do prefeito, simboliza coesão na nova

gestão e um alinhamento institucional que busca transmitir segurança à população desde os primeiros momentos do mandato.

Ao lado esquerdo do prefeito (na perspectiva do observador) está Valdemar Rocha, vereador na ocasião. De terno escuro e camisa azul, olha em direção a câmara. Ao redor do prefeito, homens, muitos em ternos escuros, exibem feições diversas: há quem observe a cerimônia com atenção, outros demonstram certa dispersão ou rigidez, sugerindo uma presença marcada mais pela obrigação protocolar do que por entusiasmo genuíno, são eles vereadores e outras autoridades e líderes políticos. Ainda assim, o conjunto dos presentes transmite um senso de formalidade respeitosa.

Atrás da mesa de autoridades, o público popular se faz presente. Observa-se um grupo de homens, mulheres e jovens, parte de pé, parte sentados, alguns com os braços cruzados, expressão típica de expectativa ou julgamento silencioso. Há entre eles olhares curiosos, sorrisos tímidos e expressões neutras, compondo uma espécie de plateia que pode ser crítica e ao mesmo tempo envolvida. Em Alagoinha do Piauí, o prefeito não parece ser apenas uma figura pública, mas alguém com vínculos diretos com grande parte da população, seja por laços sanguíneos, vizinhança ou favores trocados ao longo da vida.

Trata-se, portanto, de uma cerimônia de recondução ao poder, e não de iniciação. Isso pode mudar a natureza do ato: a reeleição é sempre um gesto político que carrega um subtexto de avaliação. O eleitor não aposta, ele renova o contrato, sinaliza confiança, ou pelo menos, ausência de alternativa mais convincente. Em cidades pequenas como Alagoinha do Piauí, isso frequentemente envolve um emaranhado de relações pessoais, favores, lealdades familiares, associações religiosas e vínculos de vizinhança, elementos descritos por estudiosos como Nunes Leal (2012), ao analisar o poder local nas estruturas do interior brasileiro.

No plano histórico, 2005 é um ano em que o Brasil enfrenta turbulências institucionais, com o escândalo do mensalão, que colocou em xeque a legitimidade dos representantes eleitos e aumentou a vigilância da sociedade civil sobre os atos políticos, inclusive nos rincões do país. Contudo, nos municípios do interior, o impacto dessas crises tende a ser amortecido por uma dinâmica política distinta, mais próxima da lógica do poder personalizado, que como descreve Pato Sá Motta (2018) centra-se em uma liderança pessoal, nesse caso não só na figura de Braz Neto (PP), mas o grupo que ele representava, do primeiro prefeito do município, Salomão Caetano.

Além disso, o prefeito eleito não estava alinhado ao grupo do PT, o que poderia ter lhe favorecido, já que o escândalo envolvia o governo petista. Entretanto, segundo Pato Sá Motta (2018) Lula não perdeu popularidade nas áreas tradicionalmente excluídas da região Nordeste,

pelo contrário, teve sua popularidade expandida, nesse período. Sem contar que o mensalão veio a público após as eleições municipais, o que não influenciaria a disputa a favor de Braz Neto (PP).

Nesse sentido, a reeleição de Braz José Neto (PP) também pode ser vista como uma resposta da comunidade a um gestor que, à sua maneira, conseguiu manter a máquina administrativa funcionando, assegurando presença do Estado em um território frequentemente esquecido pelas políticas de alcance nacional, em uma gestão que foi beneficiada pelas melhorias promovidas pelo Governo Federal, em todo o país, e especialmente na Região Nordeste. Com aditivo de ter um governo estadual do mesmo partido do presidente, Welligton Dias (PT), podendo direcionar muito mais benesses aos municípios piauienses.

Por fim, há na imagem uma dimensão cênica que não pode ser ignorada: o palco montado ao ar livre, a mesa enfeitada, o público reunido. Tudo remete a uma política vivida como evento público, como espetáculo simbólico que reafirma o elo entre governantes e governados. A reeleição, nesse sentido, não é apenas a confirmação de um nome, mas a encenação de uma continuidade legitimada, onde o poder se apresenta como algo já conhecido, testado, e por isso mesmo reafirmado.

Apesar da boa avaliação do governo de Lula, que trouxe vários benefícios para o país, especialmente a região Nordeste, aumentando a sua popularização, o candidato representante do "lado do PT", mesmo que filiado ao PDT, não obteve hesito na eleição de 2004 no município. Talvez o eleitorado não associe a eleição municipal a presidencial, na perspectiva local, parecem votar em pessoas, no grupo que elas representam e não no partido político pela qual são filiadas. Provavelmente o mandato anterior tenha favorecido a reeleição, o que implica dizer que as administrações estaduais e federais, podem ter influenciado na vitória, mesmo sendo o governador e o presidente do PT. Apenas em 2008 o grupo do PT voltaria a reassumir a prefeitura do município, como será detalhado no capítulo seguinte.

3 BANDEIRAS ERGUIDAS: ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 2008 EM ALAGOINHA DO PIAUÍ

A sociedade para Bourdieu (2008) é dividida em diversos campos, os indivíduos em que nelas vivem constituem relações e praticam ações. Conforme suas necessidades e a posição ocupam no espaço social em que estão inseridas, lutam entre si com as armas que tem acesso, para manter ou ascender de colocação. O caso de Alagoinha do Piauí é um recorte dos enfrentamentos que ocorrem no espaço social global.

Na eleição municipal de 2008, os dois personagens principais que disputavam o cargo de prefeito, Pedro Otacílio (PSB) e Clodoaldo Rocha (PT), representantes de dois grupos políticos polarizados no município, o "lado de Braz" e o "lado do PT", são médicos bem sucedidos, dotados de capital econômico semelhante, o que os possibilitam acumular capital político. Segundo Bourdieu (2011), para que o indivíduo acumule capital político é necessário que haja uma condição social adequada, isso inclui ter tempo para se dedicar a ocupação de porta voz, o que demanda um afastamento das atividades produtivas, e isso só é possível se tiver um excedente econômico.

Os dois candidatos e os grupos políticos que representam, buscam o acúmulo de capital político, conservando ou transformando sua posição no campo que atuam, o campo político. Nesse sentido, cabe analisarmos neste capítulo as disputas eleitorais da eleição de 2008, destacando os candidatos ao executivo, eventos de campanha e *habitus* eleitorais. Isso porque, conforme Rémond (2003) o estudo sistemático de eleições parciais podem ser significativas para compreender a história política em geral e o comportamento dos eleitores.

3.1 A disputa eleitoral: candidatos ao Executivo Municipal e eventos de campanha

A eleição municipal de 2008, em Alagoinha do Piauí, destacou-se pela disputa entre dois médicos, ambos cardiologistas e anestesiologistas, naturais da cidade de Picos-PI: Pedro Otacílio de Sousa Moura, filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), e Clodoaldo de Moura Rocha (PT). A presença de dois profissionais da saúde, com trajetórias semelhantes, contribuiu para tornar o pleito ainda mais competitivo, especialmente considerando a importância simbólica da prática da medicina, em municípios de pequeno porte, onde o acesso à saúde pública pode ser limitado e a figura do médico tende a ocupar um lugar de prestígio dentro do capital social dessas localidades. Os candidatos a vice-prefeito, nesse pleito, foram José Adilson Nunes (PP), compondo a chapa com Pedro Otacílio, e Francisco João de Carvalho, conhecido como Nini, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que integrou a coligação de Clodoaldo Rocha. Essa configuração evidenciou o alinhamento político de forças tradicionais da região, bem como a continuidade da polarização entre grupos locais que vinham se consolidando desde a emancipação do município.

Pedro Otacílio (PDS) já possuía uma trajetória política, embora sem sucesso, no município de Monsenhor Hipólito. Em entrevista concedida à jornalista Jeandra Portela para o *Noticia de Picos* (2024), ele relata: "Quando fui convidado a ser prefeito [em Alagoinha do Piauí], eu então era político em Monsenhor Hipólito, fui candidato várias vezes lá, não consegui

êxito". Segundo o site *Política em Dados* (2022), ele disputou a prefeitura de Monsenhor Hipólito no ano de 2004. Sua ligação com Alagoinha do Piauí, como ele mesmo afirmou, devia-se ao fato de que:

> [...] trabalhava como profissional da saúde e como médico da família, lá em Alagoinha, e as lideranças políticas de lá, o ex-prefeito Braz Neto, João Deolino, o grupo de Salomão Caetano me convidaram para ser candidato a prefeito de Alagoinha e eu aceitei o desafio e fomos à luta (Pedro Otacílio [...], 2024).

Clodoaldo Rocha (PT), por sua vez, afirmou, também em entrevista à jornalista Jeandra Portela para o *Notícia de Picos* (2024), que não possuía envolvimento com a vida pública antes de sua candidatura em 2008. Após concluir sua graduação em medicina e se especializar em cardiologia e anestesiologia, na cidade do Recife, no ano 2000, retornou para Picos. No mesmo teria sido convidado, pelo então prefeito de Alagoinha do Piauí, Nascimento Rocha (PT), a integrar a equipe médica do município. Segundo ele mesmo declarou:

> Em chegando lá e tomado proximidade eu até me assustei com a quantidade de familiares que eu tinha lá, existia um senhor já falecido, Claudino Rocha, que eu sempre gostava de perguntar a ele o grau de parentesco com as pessoas e eu notei que era muitos familiares lá e aí eu me apeguei ao lugar. Não tinha pretensões políticas as coisas foram acontecendo naturalmente. O meu grupo sempre foi o grupo do prefeito Nascimento, depois do prefeito Jorismar, que é o grupo do governador Rafael Fonteles o grupo do Senador Welligton Dias (Clodoaldo Rocha [...], 2024).

Como se pode observar a partir dos relatos, os envolvidos construíram uma trajetória significativa no município por meio do exercício de suas profissões na área da saúde, o que possibilitou uma convivência diária com a população e, consequentemente, o fortalecimento tanto do capital social como simbólico com o eleitorado local. No caso de Clodoaldo Rocha (PT), sua fala sugere que, mesmo após a derrota de Nascimento Rocha (PT), também médico, na eleição de 2000, houve a continuidade de um trabalho de aproximação com a comunidade durante as duas gestões de Braz Neto. Essa atuação médica pode ser interpretada como uma estratégia política de longo prazo, que visava consolidar um capital político sólido para futuras candidaturas.

Além disso, a identificação do eleitorado com o sobrenome Rocha pode ter desempenhado papel relevante: o próprio Clodoaldo Rocha (PT) relata ter se surpreendido com a quantidade de parentes que descobriu possuir na cidade, indicando que o pertencimento familiar e a tradição da família Rocha no município contribuíram para seu capital político. Embora, ele afirme que sua entrada na política ocorreu de forma espontânea, motivada pelo

apego ao município, é possível interpretar esse vínculo como parte de uma construção estratégica voltada à inserção e consolidação no cenário político local.

O próprio Clodoaldo Rocha (PT) assume que sua profissão permite uma aproximação maior com a população, ao relatar:

> A área da saúde ela aproxima muito você da população e eu não tinha a mínima pretensão política, fui trabalhando e aos poucos foi nascendo a ideia, as pessoas foram me chamando pra ser candidato e eu dizendo não, não tenho pretensão, não gosto de política. Até que um dia eu decidi ser e ganhei a primeira eleição (Clodoaldo Rocha [...], 2024).

No trecho acima, Clodoaldo Rocha (PT) declara que não tinha pretensão de se candidatar, que a ideia foi ganhando forma conforme foi se relacionando com a população, por meio do seu trabalho com a medicina. Essa, pode ser uma afirmativa modesta, com o intuito de passar a ideia de que seu envolvimento com a política se deu pela vontade do "povo", já que na ocasião da entrevista estava em processo de campanha eleitoral, concorrendo novamente a prefeitura de Alagoinha do Piauí. Contudo, ele pode ter chegado no município apenas para exercer a medicina e lideranças locais podem ter nele, um potencial para a vida pública, o que ocasionou na sua candidatura para substituir Nascimento Rocha (PT), já que a tentativa de colocar Francisco João de Carvalho (PDT), conhecido como Nini, para representar o "lado do PT", na eleição de 2004, não havia sido bem sucedida.

Ambos os candidatos em 2008 são chamados de doutores, devido a suas profissões, o que traz uma importância mais significativa para o que eles representam, como figuras de autoridades e sabedoria, o que pode construir uma roupagem de respeito e credibilidade, em outras palavras, capital simbólico. Conforme Pierre Bourdieu (1989, p. 148) "o título profissional ou escolar é uma espécie de regra jurídica de percepção social [...]. É um capital simbólico institucionalizado, legal (não apenas legítimo). [...] conferindo todas as espécies de ganhos simbólicos [...]". Esse capital simbólico que garante reconhecido, perante a sociedade em que está inserido, influencia para que, de forma prestigiosa, o seu portador exerça influência sobre os outros indivíduos do espaço social em que vive. Ser médico (doutor), uma profissão respeitada, inspira confiança, o que pode influenciar positivamente na disputa eleitoral.

Percebemos essa ênfase no uso do título de doutor, ao analisar um dos cartazes de campanha. A imagem, disposta a seguir, apresenta um cartaz de campanha eleitoral da chapa formada por Clodoaldo Rocha (PT), candidato a prefeito, e Francisco João de Carvalho, o Nini (PMDB), candidato a vice-prefeito, para as eleições municipais de Alagoinha do Piauí, no ano de 2008.

Figura 9 – Cartaz dos candidatos a prefeito e vice-prefeito, Clodoaldo e Nini (2008)



Fonte: Arquivo pessoal de Clecionarton Teixeira.

Visualmente, os dois candidatos aparecem lado a lado em destaque, com fotos em estilo retrato. Clodoaldo Rocha (PT), à esquerda, veste camisa social clara e transmite uma imagem de profissionalismo e juventude, enquanto Nini (PMDB), à direita, com camisa branca e bigode marcado, sugere um perfil mais tradicional. Quando se trata do nome dos candidatos, o "Dr. Clodoaldo", aparece em destaque, enfatizando o título de doutor, por meio da sigla "Dr.".

O número 13, em vermelho e com destaque central, identifica a filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT), reforçada pelo uso de cinco estrelas vermelhas, símbolo historicamente associado ao partido. Abaixo, o slogan "Alagoinha do Piauí 'Volta a sorrir'" revela uma narrativa eleitoral centrada na esperança, na emoção e no desejo de superação de uma fase anterior tida como negativa, já que nos oito anos anteriores o município tinha sido governado por Braz Neto, que representava o outro grupo político, que o "lado do PT" fazia oposição.

Na lateral esquerda do cartaz, constam os partidos coligados: PT, PMDB, PRP, PCdoB e PDT. A composição da coligação reflete uma prática comum nas eleições municipais, onde alianças podem ser frequentemente construídas por pragmatismo político e baseadas em articulações locais, sem necessariamente observar coerência ideológica entre os partidos envolvidos.

O cartaz busca transmitir o que a escolha pela mudança pode representar, as cores vermelhas do "lado do PT" o slogan que sugere que o município enfrenta dificuldades e por isso precisa votar em Dr. Clodoaldo e Nini, para voltar a sorrir e o uso do título "Dr." para

transmitir autoridade e confiança, principalmente se levarmos em consideração que o candidato possuíam uma trajetória no município. Não tivemos acesso a cartazes de campanha do candidato Pedro Otacilio (PSB), para analisarmos se o mesmo também utiliza do título de doutor em sua campanha, mas como será possível observar ao longo do trabalho, nossos colaboradores se referem a ele como “Dr. Pedro”.

A disputa eleitoral pelo Executivo Municipal de Alagoinha do Piauí se encerrou em 5 de outubro de 2008, com a vitória de Clodoaldo de Moura Rocha (PT) para prefeito, e Francisco João de Carvalho, o “Nini” (PMDB), para vice-prefeito. Depois de dois mandatos (8 anos) do “lado de Braz” à frente da prefeitura, o “lado do PT” voltava ao poder, desbancando novamente o grupo tradicionalista no município, que só havia perdido para Nascimento Rocha (PT) em 1996. Conforme o TRE-PI (2008), os candidatos eleitos tiverem 2.619 votos, correspondentes a 51,60% dos votos válidos, superando a candidatura adversária liderada por Pedro Otacílio (PSB), que recebeu 2.453 votos. Naquele pleito, o município contava com 6.160 (TRE-PI, 2008), dos quais 5.501 compareceram às urnas, revelando uma taxa de participação significativa.

Embora o resultado final tenha favorecido a chapa petista, o cenário anterior à campanha oficial mostrava uma correlação de forças distinta. Antes mesmo do início oficial da campanha eleitoral, o grupo situacionista, que na ocasião era representado por Pedro Otacilio (PSB), pode apresentar certa vantagem em relação à oposição. Tal vantagem manifesta-se, por um lado, na capacidade de manter o apoio de eleitores cujos vínculos profissionais ou benefícios dependem da continuidade daquela gestão; por outro, no eventual acesso a recursos financeiros que podem ser utilizados para fins estratégicos.

No caso em análise, a disputa ocorre entre dois médicos de grande projeção no município. Como demonstrado, no capítulo anterior, a representatividade dos candidatos pode, em determinadas circunstâncias, sobrepor-se à força da sigla partidária. No entanto, é preciso considerar que os candidatos da oposição, ao buscarem conquistar o poder, também podem se beneficiar do discurso crítico em relação às promessas não cumpridas pela administração vigente. Mesmo que o prefeito naquele momento seja Braz Neto (PP) e não o candidato Pedro Otacilio (PSB), mas este representava o grupo político do então prefeito.

Inicia-se o período eleitoral, mobilizando não apenas os mais de 6.000 eleitores (TRE-PI, 2008), mas também uma parcela significativa da população que, mesmo ainda não possuindo a idade mínima para votar (16 anos), parece participar ativamente do processo, como é o caso do colaborador “José” (2021), que em 2008 ainda era criança. As estratégias dos candidatos começam a se delinear, evidenciadas por eventos de propaganda, articulações

políticas, alianças, barganhas e pela percepção mútua de vantagens potenciais entre os grupos em disputa. Paralelamente, o eleitorado também se movimenta, buscando, por meio dessas relações, acessar benefícios diretos ou indiretos.

Conforme argumenta Bourdieu (1989), o espaço social é composto por diferentes campos (como o político), onde os indivíduos e grupos disputam posições e legitimidade através da mobilização de diversos capitais. Nesse contexto, os eleitores não são apenas receptores passivos das ações do poder instituído, mas agentes ativos que, ao participar das dinâmicas eleitorais, constroem estratégias de influência e barganha. O simples ato de apoiar, rejeitar ou negociar com determinados candidatos, pode ser compreendido como uma forma de exercício de poder simbólico, legitimando ou deslegitimando discursos e práticas no campo político.

O primeiro aspecto relacionado ao exercício de poder por parte da população de Alagoinha do Piauí, que se pode observar, refere-se a prática de frequentar espaços nos quais ocorrem eventos voltados à campanha eleitoral. O volume de participantes e a frequência com que comparecem a esses eventos, parece ter relevância significativa no contexto da disputa eleitoral. Nesse sentido, é possível considerar, do ponto de vista simbólico, que há uma relação de poder mútua: a população influencia os candidatos ao mesmo tempo em que é por eles influenciada.

Convencer os eleitores a participarem ativamente das mobilizações de campanha configura-se como uma forma de exercício de poder, ainda que, por vezes, tal adesão esteja condicionada a práticas de barganha. A participação contínua nesses eventos, permite o agrupamento de um público expressivo, conferindo maior visibilidade e força simbólica ao grupo político que for capaz de mobilizá-lo.

Transitamos em meio a esses eventos, por meio dos relatos de nossos colaboradores, tendo em vista que defrontar as memórias de alguns sujeitos, acerca de um mesmo período e acontecimento vivenciado é de grande relevância para a pesquisa histórica. Como ressalta Verena Albertí (2008, p. 157), “as disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo”.

O colaborador “José” (2021), percebe a importância de aglomerar o maior número de pessoas nos eventos político, considerando relevante para a disputa, isso porque, para ele, o volume expressivo significaria transmitir a mensagem de que o grupo teria mais chance de vencer as eleições, movimentado a disputa. Nas palavras de “José” (2021):

> O que mostrasse ter mais gente era o que talvez ia ganhar. Trazia até pessoas de fora. Aí não! É de meu partido eu tenho que ir, não posso perder uma oportunidade dessa. Davam até as gasolinas, pro povo ir. Ainda hoje. [...] em Alagoinha uma das disputas maior é quem vai botar tal evento primeiro. Por exemplo, eu vou botar sábado, o outro botava no domingo e se o de sábado tivesse muita gente o de domingo tinha que procurar meios de ter mais gente do que o outro.

Percebemos, pelo relato acima, que acreditava-se que o volume de pessoas nos eventos políticos poderia influenciar no resultado das eleições. Por isso, as lideranças políticas procuravam se antecipar na realização dos eventos e até trazer apoiadores de outros municípios, a fim de evitar que o adversário conseguisse reunir um público maior. Ao que tudo indica, caso houvesse pouca participação popular em determinado evento, os eleitores poderiam temer que o candidato de sua preferência estivesse em desvantagem e, por isso, optassem por apoiar o outro grupo. Afinal, como citado pela colaboradora "Margarida" (2025) "é você, é eu, é qualquer um, quando o partido da gente ganha é bom, que a gente caça meio de uma coisinha [...]. Nesse sentido, muitos eleitores poderiam deixar de votar em determinado candidato, caso percebesse que haveria risco eminente de ele perder a disputa.

Essa disputa dentro do campo político também pode ser vista como uma manifestação de poder, o grupo que conseguisse juntar mais pessoas, demonstraria uma conquista superior em relação ao outro. Não necessariamente em termos de ter mais votos, mas o poder em deslocar os sujeitos de suas residências até os locais que eram realizados as festividades. Tanto que, estabeleciam alianças com lideranças de outros municípios, para a condução do maior número possível de pessoas. Esse *habitus* tinha como objetivo causar a impressão de fortalecimento do grupo e levar os adversários a temer uma possível derrota. Além disso, estimulava os indecisos a escolherem votar naquele que aparentava estar mais forte. Afinal, pela lógica vigente, ninguém quer escolher o lado que sairá derrotado. O colaborador "José" (2021), transparece, em sua fala citada anteriormente, que a população dava credibilidade ao número de pessoas presentes nos comícios, a ponto de acreditar na vitória com base na comparação das quantidades.

Ao se referir ao último comício da campanha do candidato a prefeito Pedro Otacílio (PSB) na eleição de 2008, "José" (2021) mencionou boatos que circularam após o pleito, o que sugere mais um elemento que pode ser interpretado à luz das dinâmicas de poder.

> [...] já disseram que começaram a chorar e disseram que já estavam perdidos. Os boatos de pessoas adversárias que depois que passou a eleição, ficaram contando. Eu ouvi até muitas pessoas falando, que disseram que tinha perdido, aí falaram que o vice do outro partido disse que tinha dado até dor de barriga, quando viu o tanto de gente e tudo mais (José, 2021).

O relato acima indica que esses boatos deram conta de reações emocionais intensas por parte dos adversários diante da expressiva presença de público no evento. Embora não se possa afirmar com certeza o impacto concreto dessa mobilização, é possível supor que não apenas o eleitorado fosse impactado pela estratégia de gerar o maior acúmulo de pessoas nos eventos políticos, podendo causar uma mudança em relação ao voto que pretendia depositar, como também o grupo adversário, e a grande concentração de pessoas, nesse contexto, talvez tenha sido percebida como um sinal de força, capaz de desestabilizar o outro lado da disputa.

Quanto à expressiva quantidade de pessoas presente nesses eventos, já mencionada por "José" (2021), a seguir apresentamos uma das imagens de um comício realizado no dia 05 de setembro 2008 pelo grupo de Clodoaldo Rocha (PT).

Figura 10 – Multidão reunida em comício de campanha do "lado do PT" (2008)



Fonte: Arquivo pessoal do Jornalista Jonas Agenor da Rocha.

Na imagem acima é visível a presença de várias gerações. Como é possível identificar, à esquerda, próximo ao centro e à frente da imagem, podemos ver dois homens de cabelos grisalhos, podendo se tratar de idosos. Logo a frente enxergamos uma mulher com uma criança em seus braços, ao seu lado está uma moça de aparência jovem, assim como percebemos a presença de vários jovens e adultos distribuídos no registro da imagem. Isso denota um entendimento de que, possivelmente, várias faixas etárias participavam desses eventos. É notório a presença de homens e mulheres, podendo-se observar, por esse ângulo, a predominância de homens.

Observando outros aspectos da imagem acima, e tendo em vista o ângulo em que a foto foi tirada, vemos ao fundo, do lado direito, um prédio azul com pessoas em seu entorno, que possivelmente buscam proteção solar. Trata-se do mercado público, onde se encontra o açougue municipal e que está localizado na Praça São Francisco, o que indica que o evento acontece na Avenida Nove de Abril, ao lado da praça central da cidade.

É perceptível, também, que algumas pessoas estão com bandeiras erguidas, vermelhas ou com as faces dos candidatos estampadas. Alguns utilizam chapéus na cor vermelha do partido, outros usam guarda-chuva, provavelmente para se proteger do sol. Vemos o protagonismo da cor vermelha nas vestimentas dos presentes. A predominância dessa cor, associada historicamente à esquerda política e ao PT, é um dos principais elementos visuais. O uso coordenado de bandeiras, camisetas, bonés e até guarda-sóis reforça a identidade coletiva e transmite unidade. As bandeiras com imagens dos candidatos funcionam como “emblemas” de fidelidade política. Esses objetos também podem ser interpretados como "sinais exteriores de lealdade", nos termos de Bourdieu (1989), reforçando a ideia de pertencimento a um grupo político.

A preponderância da cor vermelha, nas vestimentas, reflete o simbolismo que as cores das siglas em disputa, podem representar. O colaborador “José” (2021), ao se referir a preparação para se deslocar até os eventos políticos, fala com bastante empolgação da maneira como se produziam “quando dizia, aí vai ter um poeirão, vai ter um comício, era aquela maior animação. Cada um pegava seu chapeuzinho, botava na cabeça, que tinha os cabeça-vermelho. Cabeça-vermelha é o lado do PT”[20].

No exemplo citado por “José” (2021), é menciona a cor do acessório (chapéu) utilizado pelos eleitores e apoiadores do “lado do PT”, que eram chamados de “os cabeça-vermelho”, mas pela continuação do seu relato não eram somente os petistas que se enfeitavam para prestigiar os eventos políticos. A família de “José” (2021), por exemplo, votavam em Pedro Otacílio (PSB), e, por isso, em sua casa eles se vestiam de amarelo, cor do partido que acompanhavam. Ele ressalta que provavelmente ainda tenha as roupas daquela época, guardadas, “ainda hoje eu acho que eu tenho as roupas lá, meu chapeuzinho amarelo, a bandeirinha, não podia faltar, tanto é que nas estradas tinha um monte de bandeira”.

[20] A expressão cabeça-vermelha, tanto pode ter relação com um pássaro típico do Nordeste do mesmo nome, e conhecido como galo-de-campina, pois os eleitores e simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT), utilizavam chapéus vermelhos remetendo ao topete vermelho que essas aves possuem. Ou por simplesmente andarem sempre com a cabeça vermelha devido o acessório utilizado.

Além das vestimentas e acessórios não poderia faltar as bandeiras, em que após os eventos muitas delas eram colocadas em frente as residências, provavelmente, para demarcar em quem aquela família iria votar. Se vestir com as cores do grupo que apoia, parece possuir uma relevante importância, porque quando reunia uma grande quantidade de pessoas no mesmo local, como no caso da imagem anterior, poderia causar um forte impacto aos adversários, e gerar confiança para o eleitorado, crescendo a expectativa pela vitória.

A grande concentração de pessoas vestindo vermelho, cor historicamente associada ao PT e à esquerda política, constitui um elemento central, pois comunica identidade coletiva e força política. Burke (2004) aponta que imagens, ao mesmo tempo em que refletem a realidade, a constroem, e neste caso, a multidão organizada e os símbolos partidários, bandeiras, camisetas, bonés e cartazes com fotos dos candidatos, reforçam a percepção de apoio massivo, funcionando como uma encenação da força política do grupo. Goffman (2002), por sua vez, ao discutir os "rituais da interação" e o conceito de “representação de si”, nos permite interpretar este comício como uma encenação cuidadosamente construída, uma “frente de palco”, onde os apoiadores se tornam parte ativa do espetáculo eleitoral.

Além disso, a fotografia mais do que registrar o evento, ela ajuda a moldar narrativas futuras sobre o processo eleitoral, fortalecendo a imagem do grupo político. De acordo com Burke (2004), pode-se compreender que toda imagem carrega um duplo caráter: é produto de seu tempo e, ao mesmo tempo, instrumento para definir como este será lembrado. Nesse sentido, a fotografia do comício de Clodoaldo Rocha (PT) extrapola o registro factual e torna-se um elemento de disputa no campo simbólico, capaz de reforçar, perante a opinião pública seu capital simbólico, notadamente, a ideia de popularidade e favoritismo político.

A imagem acima, em consonância com os relatos apresentados, demonstram a importância de mobilizar a população para participarem de eventos políticos. Embora esses indícios possam não ser suficientes para afirmarmos que os alagoinhenses frequentavam, de maneira assídua, atos de campanha, outros colaboradores declararam que frequentavam os comícios, poeirões e carreatas. Quando perguntado se ele se dirigia aos comícios, “Joaquim” (2019) respondeu que sim, “ia sim, ia sim! Acompanhava de perto. Todo comício a gente ia pras fofoca”. O número expressivo demonstrado a partir do ângulo da imagem acima, também aparece na fala de “Joaquim” (2019) quando ele afirma “era gente muita”, para explicar como ficava a cidade durante os comícios.

Se levarmos em consideração somente a imagem analisada, poderíamos supor que o ângulo da captura da foto, pode ter influenciado para demonstrar que o comício reuniu grande quantidade de pessoas, mas alguns dos nossos colaborador, como o caso de “Antônio” (2021)

também relata que tratava-se de momentos que reuniam expressiva presença de público, “tinha muita gente, claro que tinha muita gente, é animado o povo [...]. A gente ia, tinha o comício, tinha o povo falando em cima do palanque e tinha aquela alegria”. Ele frequentava os comícios do “lado do PT” por votar no grupo petista e acompanhar o candidato Clodoaldo Rocha (PT).

Dessa forma, há indícios de que tanto o eleitorado quanto os apoiadores estavam habituados a frequentar comícios como parte do engajamento político local. Observa-se que o grupo de Clodoaldo Rocha (PT) promovia mobilizações com o intuito, como citado anteriormente, de reunir o maior número possível de pessoas nesses eventos, numa tentativa estratégica de manter o entusiasmo popular e reforçar o sentimento de competitividade durante a disputa pela prefeitura de Alagoinha do Piauí. A colaboradora “Luiza” (2021) se empolga em falar que “nós íamos as festas, dançava muito, era muito animado”.

Contudo, embora não tenhamos imagens dos eventos de campanha do grupo de Pedro Otacílio (PSB) na eleição de 2008, o relato de “Raimundo” (2019) menciona um comício de campanha da referida candidatura que teria sido frequentado por um número expressivo de pessoas, o que, em tese, teria provocado inquietação entre os adversários. Supõe-se que tal demonstração de força teria gerado um clima de desespero no grupo opositor, levando-os, possivelmente, a buscar estratégias emergenciais para reverter esse quadro. Nas palavras de “Raimundo” (2019):

> Estava empatado técnico. Foi assim, quando eles viram um comício, que nós fizemos uma noite, numa sexta-feira de noite, daí quando eles viram, aí se assombraram. Valdemar, que é o pula pau que nós chama, correu na casa de Clodoaldo [e falou]: nós perdemos a política para Pedro Otacílio, pode se virar.

Pelo relato acima, o comício do grupo de Pedro Otacílio (PSB), possivelmente realizado em uma sexta-feira à noite, durante a reta final da campanha, teria causado um forte impacto visual e simbólico, capaz de alterar, ainda que momentaneamente, a percepção sobre o equilíbrio da disputa eleitoral. Embora não se possa afirmar com certeza os efeitos concretos desse evento, ele também é rememorado pelo colaborador “José” (2021), conforme já mencionado.

Segundo seu relato, havia uma expectativa de vitória do candidato Pedro Otacílio no dia da eleição, motivada, entre outros fatores, pela expressiva quantidade de pessoas reunidas em seu último comício de campanha. A presença massiva de apoiadores teria gerado uma sensação de força política e convencimento no grupo, como “José” (2021) descreve a seguir:

> Aí o que acontece, eu me lembro nós fomos no domingo [dia da eleição], tudinho de amarelo, tudo de bandeira e tudo mais, só que o que acontece, um dia antes já tinha acontecido do arrastão, né. O arrastão que eles falam é aquele, o comício, aí é o arrastão. Tem que ir todo mundo, não pode ficar ninguém. Foi o comício em Alagoinha com uma passeata na rua, que nunca tinham visto gente daquele tanto. O do outro lado, tanto é que estavam na porta, já disseram que começaram a chorar e disseram que já estavam perdidos. Os boatos de pessoas adversárias que depois que passou a eleição, ficaram contando.

O relato acima, indica que o grupo de Pedro Otacílio (PSB), assim como o de Clodoaldo Rocha (PT), como foi possível observar na imagem anterior, buscavam reunir um grande quantitativo de pessoas nos atos de campanha, supostamente com a participação do seu eleitorado. A colaboradora "Margarida" (2025) que afirma ter votado em Pedro Otacílio (PSB) na eleição de 2008, relata que costumava frequentar esses eventos: "frequentava, mulher! Eu era dentro até a orelha [...]".

É importante considerar, em primeiro lugar, que todos os relatos obtidos nas entrevistas são atravessados por subjetividades. Cada colaborador tende a destacar aspectos que reforçam sua própria perspectiva ou alinhamento político. Desse modo, é compreensível que muitos relatem a presença de grandes multidões nos eventos promovidos por seu grupo partidário, como forma de validar sua força política ou de reviver uma memória favorável.

Segundo Alberti (2008), o trabalho com história oral permite compreender que a memória não é um registro fixo do passado, mas sim um processo dinâmico, marcado por constantes negociações e reconstruções. A autora destaca que a memória exerce um papel central na constituição da identidade de grupos sociais, pois ela é fruto de um esforço seletivo e organizativo, no qual certos eventos, narrativas e símbolos são preservados enquanto outros são deixados de lado. Essa seleção não ocorre de maneira neutra: ela é orientada por aquilo que o grupo considera essencial para manter um sentimento de continuidade, coesão interna e pertencimento coletivo ao longo do tempo.

Contudo, embora não se trate da eleição de 2008, o portal *Riachaonet* (2011) noticiou que os candidatos à eleição suplementar de 2011, encerraram a campanha com grande comício, em praça pública. O comício do "lado de Braz", cujo candidato a prefeito era novamente Pedro Otacílio (PSB) teria reunido "milhares de correligionários e simpatizantes" (Paulo, 2011). O portal disponibiliza imagens desse evento. Selecionamos uma delas para análise, na qual visualizamos a seguir:

Figura 11 – Comício de campanha do “lado de Braz” (2011).



Fonte: Portal Riachaonet, 2011. Acesso em: 12 jun. 2023.

A imagem apresentada retrata o comício realizado na Avenida Nove de Abril, no dia 03 de novembro, durante a eleição suplementar de 2011. A fotografia mostra uma multidão reunida à noite, segurando bandeiras amarelas, cor associada à campanha de Pedro Otacílio (PSB). As pessoas se distribuem de forma compacta e densa em praticamente toda a extensão visível da imagem. A ocupação do espaço é frontal e profunda: os indivíduos se aglomeram até onde a câmera alcança, criando uma sensação de multidão contínua. A perspectiva escolhida pelo fotógrafo evidencia o grande volume de pessoas, e isso pode reforçar visualmente a ideia de apoio massivo ao candidato. No plano mais próximo da câmera, vemos pessoas adultas, adolescentes, idosos e crianças, sugerindo uma participação ampla da população, tendo em vista a presença de diversas faixas etárias. Não há barreiras visíveis entre “palanque” e “plateia”, o que pode criar um senso de pertencimento coletivo, todos ali “atuando” como parte de um mesmo enredo político.

A presença de bandeiras amarelas em quase todas as mãos funciona como uma marca visual do partido ou coligação apoiada. Entretanto, diferente da figura analisada anteriormente, do comício do grupo petista em 2008, nota-se que menos pessoas estão usando camisetas padronizadas com a cor do partido, o que pode ser interpretado de duas formas: uma mobilização política menos uniforme; ou uma tentativa de demonstrar espontaneidade, como se a adesão à campanha ocorresse de forma mais “natural”.

Quanto a quantidade de pessoas presente na imagem, o que pode indicar que a prática em frequentar eventos eleitorais faz parte da cultura política do município, cabe analisar à luz

de Burke (2004), que nos alerta para o risco de tomar imagens como representação direta da realidade, pois elas são muitas vezes construídas para comunicar algo. Assim, a composição da imagem, o ângulo e o foco no volume de pessoas com bandeiras erguidas, podem ser estratégias para construir um imaginário de força, legitimidade e vitória iminente.

Além disso, pela lente de Goffman (2002)**,** a cena do comício pode ser entendida como um "palco social" onde os participantes, candidatos, apoiadores e eleitores, desempenham papéis específicos. O espaço público da avenida é transformado temporariamente em um cenário político, em que os gestos, vestimentas e objetos podem atuar como "acessórios" que ajudam a construir a identidade do grupo ali reunido. O uso coordenado da cor amarela e a disposição dos corpos no espaço reforçam um esforço de coesão visual, como se os participantes buscassem transmitir uma imagem de força, organização e apoio coletivo. A multidão, ainda que espontânea em parte, também parece "ensaiada" dentro dos moldes da performance política, em que os espectadores são simultaneamente atores, compondo a encenação eleitoral.

Em relação ao comício de encerramento do "lado do PT", na eleição suplementar de 2011, o portal *Riachaonet* destaca que mesmo havendo uma queda de energia elétrica, "uma multidão se reuniu em uma das principais avenidas de Alagoinha para assistir ao comício do 13. Com o apoio de um gerador, os populares ficaram até o final" (Rocha, 2011). Tendo sido ambas as matérias publicadas pelo mesmo portal, pode reforçar que a população de Alagoinha do Piauí costumam frequentar esses eventos, e os grupos partidários atuam na mobilização estratégica para garantir a presença o público.

Tendo em vista as reflexões de José d'Assunção Barros (2023) sobre o uso do jornal como fonte histórica, compreendido não apenas como repositório de fatos, mas como construção discursiva situada no tempo, caso as reportagens tivessem sido publicadas em portais diferentes, a redação poderia ter sido influenciada a dar mais ênfase para o volume de público reunido no comício. Ao se tratar do mesmo portal, divulgando a presença de grande quantidade de pessoas, enquanto uma matéria menciona "milhares", a outra recorre a "multidão", termo que carrega uma entonação mais enfática e sugestiva quanto ao impacto da participação popular. Ainda que haja variação nas palavras utilizadas, ambas sugerem que os eventos contaram com ampla adesão do público.

Considerando que um público expressivo se reuniam nesses eventos, quais eram as principais motivações por trás dessa participação? O que exatamente as pessoas costumavam fazer nesses encontros? "Antônio" (2021) relata que esses momentos eram reservados para diversão: "comício a gente ia mesmo só dançar, gritar e torcer pro partido da gente". Ele ainda

explica que os carros que transportavam os eleitores e simpatizantes estavam sempre cheios: “Quando nós não íamos no carro cheio de gente, eu ia no meu levando o pessoal [...], mas ia cheio, de qualquer maneira ia cheio” (Antônio, 2021).

O colaborador “José” (2021) descreve com entusiasmo o clima de empolgação que antecedia os eventos. Havia uma expectativa antes da chegada dos automóveis: “aí nós se juntava tudinho, aquela maior animação... lá vinha tudinho lá pra casa, e aí só lá em casa já dava de encher o pau de arara que vinha”. “José” (2021) acrescenta: “bem, na minha época, aquele período eu tinha mais ou menos uns nove, dez anos de idade, eu me lembro que minha família se arrumava tudinho. Quando dizia: vai ter um poeirão, vai ter um comício, era aquela maior animação”.

No relato anterior, “José” (2021) menciona que aguardava o “pau de arara” que vinha buscá-los para transportá-los até o local que ocorriam os atos políticos. Isso sugere que os grupos partidários, ou até os próprios eleitores e simpatizantes, disponibilizavam automóveis para levar a população às festividades. Por sua vez, “Antônio” (2021) afirma que transportava as pessoas em seu carro: “quando nós não ia no carro cheio de gente, eu ia no meu levando o pessoal mais eu”. Ele ressalta, porém, que não recebia nenhum benefício dos políticos para se deslocar até os eventos, pelo contrário, utilizava seus próprios recursos: “gastava era o meu, botava gasolina pra poder eu ir”. Contudo, “José” (2021) relata que, no período de campanha, “os postos [de combustível] eram lotados, que eles distribuíam fichas pra trazer as pessoas do interior, normalmente pessoas que tinha carro”. No entanto, sua família “não recebia isso de dinheiro pra ir participar, gasolina, esses negócios, eles nunca foram. Iam porque gostava”.

Embora não seja possível afirmar com certeza, que não recebiam nenhuma benesse para frequentar esses eventos, é provável que estejam sendo sinceros. Isso porque o sentimento de pertencimento a determinado grupo pode influenciar o deslocamento, seja apenas por gostar, querer agradar políticos e lideranças ou até como forma de lazer. “Joaquim” (2019) ressalta que muitos pediam combustíveis em troca de frequentar esses ambientes. No entanto, assim como os outros entrevistados, ele afirma não ser o seu caso: “tem muita gente que na época da política até o petróleo pede os candidatos. Eu mesmo não pedi, Deus me livre! Mas tem gente que pede, aqui acolá, pra botar na moto ou no carro, pra poder ir e voltar”.

Mais do que simples eventos políticos, esses encontros assumiam, presumivelmente, um caráter festivo. Segundo o relato de “José” (2021), tratava-se de momentos marcados por diversão e entusiasmo, nos quais havia a oportunidade de reencontrar amigos, desfrutar de guloseimas e vivenciar uma atmosfera de confraternização que transcendia o debate eleitoral propriamente dito. “Eu ia para me divertir, tanto é que eu nem gostava de ouvir o que era que

eles estavam falando. E correr no meio das rua. Em busca de comida também, era tão bom as comidas que eles vendia".

Além disso, "José" (2021) recorda que até mesmo o trajeto até o evento e o retorno para casa eram aproveitados como formas de diversão:

> Vinha vô, vó, meus primo tudinho. Tudinho com as roupinha, que eu me lembro era até quarenta. Ainda hoje eu acho que eu tenho as roupa lá, meu chapeuzinho amarelo, a bandeirinha, não podia faltar, né! tanto é que as estrada lá, era... tinha um monte de bandeira lá. Que era uma coisa medonha, aí ia. O mais engraçado era quando nós topávamos pessoas que era do outro lado, quando tinha comício no mesmo dia, pegava pedra, tacava nos carros. Um dia eu me lembro que quando nós íamos no carro, que foi que aconteceu, nós deixemos uma chinela cair, de propósito, pro homem parar, aí nós fomos pegamos a pedra, aí quando vinha o carro, lá do homem, eu até sei quem é o homem, eu não vou citar nome. Aí na hora que vinha, jogamos pedra neles. Foi até no dia que doutor Pedro... quando nós vínhamos voltando, correndo. Era as crianças, nós era uns pestinha medonho (José, 2021).

Percebemos, pelo relato anterior, que até mesmo o percurso até os eventos, poderia ser aproveitado. Nos "paus de arara" lotados de correligionários e simpatizantes, ao cruzarem com pessoas do partido adversário na estrada, surgiam oportunidades de lançar provocações e gerar algazarras, situações certamente carregadas de adrenalina. Contudo, tais práticas também apresentam riscos consideráveis. O ato de lançar pedras nos carros dos adversários podia causar acidentes, ferir pessoas e, em casos mais graves, levar a mortes. Além disso, devido aos ânimos exaltados pela disputa eleitoral e às rivalidades entre os grupos em disputa, essas ações poderiam desencadear reações perigosas, especialmente se alguém revidasse com o uso de arma letal. Assim, aquilo que "José" (2021) narra como momento de diversão podia, em outas circunstâncias, resultar em um grande infortúnio.

O relato de "José" (2021), em consonância com a imagem do comício do grupo do PT analisada anteriormente, demonstra a possibilidade de diferentes gerações frequentarem eventos de campanha, da criança ao idoso. "José" (2021) ainda era criança em 2008 conta que seus avôs também participavam desses encontros. Ainda que não seja mais necessário, do ponto de vista do voto não ser mais obrigatório para os idosos, muitos ainda parecem engajar-se ativamente no processo eleitoral, os avós de "José" (2021) são um exemplo disso. Ao ser questionado sobre o que motivava idosos a deixarem o conforto de suas casas para comparecer a comícios, o colaborador José (2021) relatou que ouvia comentários como: "sendo do partido, tem que ir; não pode ficar ninguém, para ter o maior acúmulo de pessoas naquele local".

Além de crianças e idosos, outro grupo que parece não deixar de ir aos eventos partidários, mesmo estando em condições desconfortáveis para tamanha agitação, é o das gestantes. Um exemplo é o relato de nossa colaboradora "Luiza" (2021), que estava à espera

sua filha mais nova durante o período eleitoral de 2008. Mesmo nas últimas semanas de gestação, ela fazia questão de frequentar os comícios realizados próximos da localidade em que residia. “Mas eu fui ainda, eu fui. Era que eu tinha muita alegria que ele ganhasse, Clodoaldo”, recorda. Luiza (2021) destaca ainda que sua presença não se limitava a “fazer volume”, fez questão de lembrar que “ia as festas, dançava muito, era muito animado”.

O que pode levar muitas pessoas a participarem desses eventos, transcendendo a dimensão da diversão, que costuma ser a principal motivação entre muitos jovens, é o apoio político ao grupo que acompanham. Isso nos faz refletir acerca das motivações que as conduzem a defenderem determinado grupo em uma disputa eleitoral. Segundo “Raimundo” (2019), “o pessoal de Alagoinha, uma parte é assim... uma parte vota por favor, outros vota por dinheiro, outros vota por si próprio”.

Mas o que seria “votar por si próprio”? À primeira vista, a expressão pode sugerir um voto baseado na análise de propostas e na escolha autônoma do candidato. Contudo, esse não é exatamente o sentido atribuído por “Raimundo” (2019). Para ele, trata-se de votar, e, em grande parte dos casos, participar ativamente dos eventos de campanha, “sem receber nada, só mesmo porque vota, que é do partido, tá entendendo? É do partido e é daquela liderança, só vota naquele candidato”. Em outras palavras, essa parcela do eleitorado mantém ao longo da vida uma fidelidade contínua ao mesmo grupo político, independentemente de quem seja o candidato ou de como tenha sido sua gestão, muitas vezes em decorrência de uma tradição familiar. Como afirma “Raimundo” (2019):

> É porque aquilo, a eleição ela sempre, toda vida, foi tradição. É aquela tradição dos mais velho, de primeiro... ah vou votar em partido fulano, em partido cicrano, vou acompanhar meu pai, vou acompanhar meu irmão, minha família. Eu mesmo, na realidade, quando pai mais mãe votava num partido, eu ainda hoje, tô no mesmo. Tô com 4 ano só que saí, três ano que saí da liderança deles. Até quando eles votavam, eles falecerão, eu fiquei no mermo partido que eles votavam, ainda hoje. Só tá com três ano que eu saí.

Com base no relato acima, é possível estabelecer uma correlação com o conceito de cultura política desenvolvido por Serge Berstein (1998). Durante grande parte de sua vida, “Raimundo” (2019) manteve-se fiel à tradição familiar de votar no mesmo grupo político, comportamento que pode, à primeira vista, ser interpretado como uma forma de alienação ou passividade diante de uma estrutura de poder historicamente consolidada. Tal *habitus* pode também refletir uma adesão consciente a cultura daquela comunidade de continuar votando no grupo político escolhido pelos seus antepassados que, por certo tempo, ofereceu algum tipo de estabilidade ou benefício.

A posterior mudança de posicionamento político por parte da família de “Raimundo” (2019) pode indicar que, mais do que uma simples continuidade da tradição, havia um conjunto de motivações práticas e subjetivas que determinaram essa lealdade, e que, com o tempo, deixaram de ser suficientes. Tal mudança sugere um redirecionamento estratégico em resposta a novas demandas ou frustrações. Assim, compreender a cultura política local é fundamental, considerando-se que ela representa, ao mesmo tempo, um fenômeno interiorizado individualmente e compartilhado coletivamente por amplos segmentos sociais, como destaca Berstein (1998). A escolha pessoal de “Raimundo” (2019), portanto, pode ser vista como expressão de uma lógica coletiva mais ampla, na qual práticas e crenças políticas se perpetuam, mas também se transformam diante das circunstâncias.

Com base no relato de “José” (2021), trecho disposto a seguir, sua família também compartilha das mesmas práticas de “Raimundo” (2019), votando em determinado candidato por ele representar o grupo político que seus antepassados acompanhavam, seguindo uma tradição familiar.

> Na verdade, isso vai mais em termo do partido que tu desde criança acompanha (sic). Muitas das vezes nem um candidato não tem propostas sólidas que vão se consolidar se ele ganhar, no caso. Falar o que tu vai fazer e nunca faz, mas por ser de determinado partido, desde o início, acompanha e é forte naquele partido, né? Entre aspas, como fala “ah sou forte naquele partido”. Por exemplo, a minha família, desde o início sempre foi do partido de “direita” de Alagoinha, que era da família tradicional que tinha lá, Braz e tudo mais. Somente depois foi que passaram, para o outro lado. Foi até uma confusão da porra, que não queriam passar dum lado pro outro. Mas aí todo mundo se reuniu e passou [...] (José, 2021).

Além de mencionar o exemplo da sua família, o relato sugere que muitos eleitores compartilham desse *habitus*, o que reforça sua presença como elemento da cultura política de Alagoinha do Piauí. O relato apresenta ainda, a permanência da família de “José” (2021) votando no grupo do primeiro prefeito, o “lado de Braz”, demonstrando uma resistência à mudança de posicionamento político e reforçando o caráter tradicionalista desse grupo. Assim, consolida-se uma cultura política na qual a fidelidade a um determinado “lado” é transmitida e preservada ao longo de gerações.

Como observado em uma das falas de “Raimundo” (2019), ao sugerir que a eleição é uma tradição dos mais velhos, em alguns núcleos familiares, os filhos tendem a seguir a orientação do pai, que, em uma estrutura social marcada pelo patriarcado, exerce autoridade sobre diversas decisões, inclusive sobre a escolha do candidato. As motivações que levaram os antepassados a iniciar essa tradição podem ser variadas: gratidão por benefícios recebidos; proximidade com antigas lideranças do grupo político; ou afinidade com os ideais propagados.

Isso porque, como afirma Norberto Bobbio (1998), em alguns casos o eleitor vota no partido que mais se aproxima de seus interesses. Como mencionado no fragmento anterior, do relato de "José" (2021), seus familiares acompanhavam o partido de Braz Neto, que, conforme vimos no capítulo anterior, tornou-se o principal representante do grupo do primeiro prefeito do município após o falecimento de Salomão Caetano.

Contudo, o *habitus* em votar sempre no mesmo grupo político não parece se restringir somente com o "lado de Braz", considerado o partido tradicionalista do município. "Luiza" (2021) relata que, desde que se casou, em 2000, e passou a residir em Alagoinha do Piauí, acompanha o partido do PT. Ela afirma ter votado sempre "[...] do mesmo lado", explicando que "meu esposo toda vida votava no PT, aí toda vida era no PT, toda vida" (Luiza, 2021).

O sentimento de pertencimento e envolvimento emocional com determinado grupo político, que podem se constituir pela forma como são tratados, por determinados políticos, ou por simplesmente terem construído, internamente, um vínculo com aquele grupo, configura mais uma das motivações, para frequentar os eventos políticos e manter ativo as disputas dentro do campo político. O entrevistado "António" (2021) relata que vota no "lado do PT" desde que se tornou apto. E sempre fez questão de ir nos comícios, devido a paixão que nutre pelos candidatos:

> Eu gostava era dos... eu gostava era de meus candidatos, eu ia porque queria defender meus candidatos. Porque a gente se apaixona, igualmente a gente se apaixona por um filho, por um time de futebol. A gente não se apaixona por um time de futebol? Eu sou torcedor do Vasco, quando o Vasco tá perdendo eu quero derrubar a televisão, com raiva, igualmente a política a gente se apaixona. Eu tirei meu título aí me intimei, sou intimado nesse partido. É, eu sou... intimei no partido, não posso sair, é quase do tipo de uma intimação. Se eu sair, eu acho, que eu pôr o outro lado não tem, eles não me recebem e não me querem lá do outro lado. Ai eu... já me acostumei que só sei... só me sinto feliz se tiver desse lado (Antônio, 2019).

Essa afeição pelo grupo político pode ser tão intensa que, mesmo após várias derrotas do "lado do PT" em eleições anteriores, "Antônio" (2021) afirma que não cogitou a possibilidade de votar em outro grupo político. Ele relata: "Eu só votava do lado que perdia, foi o partido que eu votei que ganhou foi Clodoaldo. Dentre esse tempo todinho que eu voto aqui em Alagoinha, foi a primeira vez" (Antônio, 2019), referindo-se à eleição de 2008. Durante a entrevista, deixa claro que sempre votará no candidato que fizer oposição ao grupo do primeiro prefeito, representado, naquele ano, por Pedro Otacílio (PSB), indicando até mesmo uma possível aversão ao "lado de Braz".

Embora o *habitus* de acompanhar sempre o mesmo lado político possa, à primeira vista, parecer irracional, desconsiderando planos de governo ou resultados das gestões, Bobbio (1998) argumenta que a identificação entre eleitor e partido não exclui a presença de elementos racionais nessa relação. Em diversos casos, o eleitor fiel demonstra uma consciência partidária vinculada à adesão ao programa e às posições políticas do partido diante dos problemas contemporâneos. Assim, mesmo que seu voto tenda a ser estável, isso não significa que derive exclusivamente de fatores emocionais ou psicológicos, tampouco que seja irracional ou alheio à análise crítica. Portanto, é necessário cautela ao associar estabilidade eleitoral a uma suposta irracionalidade.

Tendo em vista as tramas que foram expostas até esse ponto, vemos que as práticas sociais apresentadas, podem fazer parte de uma cultura política engendrada no campo político do município de Alagoinha do Piauí. Através de relatos orais, de imagens e matérias jornalísticas se faz possível identificar aspectos dessa cultura política, o que é bastante relevante para o historiador, porque a partir de signos podemos compreender as motivações que levam sujeitos a desempenharem determinados comportamentos, como a continuidade do voto em terminados grupos políticos.

Compreende-se, assim, que havia uma valorização da presença massiva de público nos eventos de campanha, sendo provável que a população comparecesse tanto por apoio ao grupo político que acompanhava, quanto pelo caráter festivo desses encontros. A reunião de um grande número de pessoas parecia estratégica, funcionando como um indicador simbólico de força eleitoral. Além disso, um aspecto relevante das campanhas era a participação de figuras políticas de instâncias superiores, como o governador do estado, que compareciam aos comícios para demonstrar apoio aos candidatos locais e fortalecer suas alianças.

A seguir podemos observar uma fotografia que registra uma cena emblemática da campanha eleitoral municipal de 2008 em Alagoinha do Piauí, em comício do “lado do PT”, realizado dia 05 de setembro. Ao centro da imagem está o então governador do estado, Wellington Dias (PT), com os braços erguidos em sinal de vitória e engajamento, à sua esquerda está o candidato a prefeito Clodoaldo Rocha (PT) e a sua direita o candidato a vice-prefeito Nini, (PMDB) também vestidos com camisas vermelhas, reforçando a identidade partidária do grupo.

Figura 12 – Clodoaldo Rocha, Nini e Welligton Dias em comício de campanha (2008)



Fonte: Arquivo pessoal do Jornalista Jonas Agenor da Rocha.

Percebemos em destaque os três sujeitos já citados anteriormente, posicionadas em um local elevado, aparentando ser um palanque[21]. Ao fundo é nítido a empolgação dos presentes, bandeiras e mãos içadas, vestimentas na cor vermelha aclamando a sigla dos referidos líderes políticos. Esta cena concentra aspectos centrais da política brasileira e pode ser compreendida, com maior profundidade, à luz da reflexão proposta por Rémond (2003), ao tratar as eleições não somente como meros instrumentos técnicos de escolha de representantes, mas verdadeiros rituais sociais de legitimação, onde os atores políticos reafirmam suas posições e a comunidade se reencontra com os símbolos do poder.

A cena de Wellington Dias (PT) com os braços levantados encarna esse momento ritual: trata-se de uma encenação pública da consagração política, em que o prestígio do líder estadual é projetado sobre os candidatos locais, conferindo-lhes legitimidade. O gesto do braço erguido tem força performativa: ele "diz" sem palavras quem é o escolhido. O apoio da liderança maior do estado, pode configurar para esses candidatos locais, uma estabilidade nas suas promessas de campanha, afinal é possível que, quando em posse da prefeitura, com o ajuda do governo estadual, haja uma maior facilidade em angariar recursos para o município.

Essa representação do poder, dentro do campo simbólico, é fortemente marcada por códigos visuais e comportamentais. Conforme apontado por Goffman (2002), a vida pública é regida por performances, e a política, em especial, exige domínio do palco, do corpo e do

[21] Lugar destacado e reservado, geralmente um pouco acima do nível dos demais espectadores, de onde um ou mais palestrantes se apresentam.

discurso. Na imagem, o governador atua como o "ator principal", enquanto os candidatos locais e a multidão fazem parte da encenação visual. Tudo parece cuidadosamente coreografado: as roupas vermelhas evocam identidade partidária e ideológica, os sorrisos comunicam confiança, e a presença da massa confere legitimidade ao ato.

A leitura de Rémond (2003) sobre as eleições se aprofunda ao considerar que elas são também um ritual de confirmação das hierarquias políticas, em que se manifesta a "liturgia do poder" e se reforça a cultura política dominante. No caso brasileiro, particularmente no interior, esse *habitus* é historicamente marcado por personalismo, clientelismo e por uma lógica de verticalização do poder. A presença de Wellington Dias (PT), liderança consolidada, num palanque municipal, remete diretamente a essa tradição.

Se a presença do governador pode ser importante para aumentar o capital político de Clodoaldo Rocha (PT) e Francisco João, o Nini (PMDB), existe também o interesse do governador em eleger para prefeito o candidato do PT. Isso porque, conforme Maria Teresa Miceli Kerbauy (2009, p. 21) em muitos casos, em se tratando principalmente dos municípios "a vitória dos candidatos dar-se-ia muito mais em função da força ou fraqueza dos candidatos do que da influência dos partidos". Sendo assim, é bastante significativo que governadores do estado, consigam lançar candidatos para prefeituras, e mais ainda, levá-los à ocupação do cargo, porque com isso a base partidária acaba sendo fortalecida.

Em complemento, o momento capturado na fotografia deve ser compreendido dentro de seu contexto histórico. No ano de 2008, conforme Fausto (2019) o Brasil vivia os últimos anos do segundo mandato de Lula, com alto crescimento econômico e aprovação popular. O PT estava em seu auge como força política nacional, com políticas como o Bolsa Família e a valorização do salário mínimo impulsionando a imagem do partido entre os mais pobres, especialmente no Nordeste. Wellington Dias (PT) era uma figura emblemática dessa conjuntura: petista, nordestino, eleito governador com base nesse novo arranjo social que articulava Estado e cidadania de maneira inédita desde a redemocratização. Sua presença no palanque de Alagoinha do Piauí, portanto, não era apenas local, mas carregava o peso simbólico do projeto nacional do lulismo.

Por fim, é preciso reconhecer que a imagem em si é também um artefato político. Ela não apenas registra um fato, ela constrói um discurso visual que será reutilizado na propaganda, nos arquivos públicos, nas memórias dos eleitores. A fotografia transforma o evento em símbolo, condensando em um instante visível as tensões, alianças e estratégias que movem a política brasileira

O simbolismo, representado pela presença do governador, promove uma integração entre o grupo político partidário e os eleitores, com um movimento de poder simbólico, envolvendo esses grupos. Para Bourdieu (1989) os símbolos exercem um papel central na manutenção da coesão social, funcionando como ferramentas fundamentais tanto para o conhecimento quanto para a comunicação dentro de um grupo. Inspirando-se na perspectiva de Durkheim sobre as festas como momentos de reforço coletivo, Bourdieu (1989) considera que esses elementos simbólicos permitem o estabelecimento de um consenso compartilhado sobre a realidade social.

Esse entendimento comum acerca do mundo contribui diretamente para a continuidade das estruturas e hierarquias sociais, reforçando, assim, a reprodução da ordem vigente. Em outras palavras, os símbolos não apenas expressam significados, mas também consolidam vínculos coletivos e legitimam as relações de poder existentes na sociedade. Nesse sentido, o eleitorado pode aumentar a confiabilidade nesses políticos, por conta do sufrágio do governador.

A presença do governador no evento eleitoral pode ter sido uma estratégia utilizada com o objetivo de atrair votos. Por outro lado, essa aliança partidária também pode representar uma via de benefícios para o eleitorado local. Esses ganhos podem se manifestar tanto em termos individuais, por meio de possíveis negociações de voto, *habitus* que, como será discutido no próximo tópico, pode estar presente no município, quanto em termos coletivos, com a promessa ou efetivação de investimentos públicos, melhorias em serviços e repasses de recursos. Ainda que esse coletivo beneficiado seja, sobretudo, o segmento da população que apoia o grupo político em questão.

3.2 Por trás das bandeiras: *habitus* de negociação do voto

Durante o período conhecido como Primeira República (1889-1930), o Brasil era marcado por uma profunda concentração fundiária, com vastas extensões de terra nas mãos de poucos proprietários. Nesse contexto, o coronel tornava-se peça chave na articulação entre município, estado e União. Victor Nunes Leal (2012) definiu o coronelismo como uma troca de benefícios entre o poder público, em crescente fortalecimento, e a decadente influência social dos chefes locais (os senhores de terras).

Os chefes políticos eram representados principalmente pela figura dos “coronéis”, mas também poderiam ser médicos ou advogados, que possuíssem relação com o coronel. Isso porque, “qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de

liderança é o ‘coronel’, que comanda discricionariamente um lote considerável de *votos de cabresto*” (Leal, 2012, p. 45). O “coronel” exerce autoridade sobre seus dependentes, que vivem em extrema pobreza e tiram a subsistência de suas terras. Nesse cenário, o “coronel” é visto pelo “roceiro” como um homem rico e é a ele que recorrem no momento do aperto, “comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidade” (Leal, 2012, p. 45).

Conforme Nunes Leal (2012) os moradores do campo que possuíam pequenas glebas, estariam pouco acima dos trabalhadores assalariados, em classe social, mesmo não sendo “morador” do senhor de terra ainda era seu dependente, sendo que frequentemente trabalhavam para ele, “completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais nem revistas, na qual se limita em ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor” (Leal, 2012, p. 47). Nessa dinâmica, luta com e pelo “coronel” por ser dele que recebe os únicos favores que sua existência conhece, sendo ilusório pensar que esses trabalhadores tivessem consciência dos seus direitos e lutassem por eles.

O coronelismo enquanto sistema entra em decadência devido a diversos fatores, como a desestruturação dos domínios das oligarquias e a industrialização. O historiador Francisco Farias (2024), ao analisar as distinções entre o coronelismo e o clientelismo no Piauí, à luz das transformações econômicas e sociais, observa que a mudança no regime de trabalho, em que o trabalhador deixa de ser “morador” e passa a ser “rendeiro de ponta de rua”, rompe o vínculo direto com o proprietário de terra. Essa mudança afeta também a dinâmica do voto. Antes, o trabalhador votava conforme a orientação do latifundiário, não por coerção, mas por um senso de obrigação moral associado à convivência e dependência. Devido a desvinculação com o senhor de terras, o voto deixa de ser um ato de fidelidade e passa a ser uma moeda de troca: o trabalhador passa a se sentir mais livre para votar conforme sua preferência ou em troca de benefícios, caracterizando o clientelismo eleitoral.

Se o voto era visto pelo morador do campo, dependente dos grandes proprietários de terras, como a devolução voluntária de todos os favores que o coronel havia prestado a sua família durante toda a vida, passava a ser percebido como instrumento para o alcance de benefícios imediatos. Mas essa mudança não ocorrera de maneira brusca, em que o eleitorado rural, de maneira geral, passou a negociar o voto em troca de alguma benesse. Essa percepção acontece de maneira lenta, e a inserção de novos partidos, com propostas mais voltadas para os trabalhadores, em consonância com a emergência de movimentos socias e a criação de sindicatos, para instruir esses trabalhadores, fez com que a fidelidade fosse perdendo protagonismo.

Para a historiadora Marylu Alves de Oliveira (2016, p. 20), ao longo do período republicano os populares foram criando táticas que resultaram em outras formas de participação na política do Piauí, o *habitus* de barganhar o voto com um ou mais candidatos é uma delas. Para ela isso demonstra que a população também encontra formas de lidar com o espaço que lhe foi reservado. No caso de Alagoinha do Piauí, a compra de votos, entrou em evidência com a cassação do prefeito e vice-prefeito eleitos na eleição municipal de 2008, sob a acusação de captação ilícita de sufrágio (compra de votos), como será discutido de forma mais detalhada no próximo capítulo.

Ao entrevistar moradores do município sobre as eleições daquele ano e as práticas adotadas no decorrer do período eleitoral, foi levantada a questão sobre a possível compra de votos. Acerca desse tema o colaborador "Antônio" (2021) afirmou: "Eu acho que isso aí não tinha. Se tinha a compra, mas tinha dos dois lados. De forma semelhante, "Joaquim" (2019) também indicou a possibilidade de que a compra de votos tenha ocorrido em ambas as frentes eleitorais, reforçando a percepção de que esse recurso, caso presente, não teria sido exclusivo de um único lado na disputa: "Eu acho que todo partido, todo candidato, todo ele tem sujeira pelo meio, haja dinheiro pelo meio. Aí eles tiraram o pobre de Clodoaldo. Eu sei que ele pode ter comprado algum voto, dado alguma ajuda algum pobre. Mas se eles também deram muito" (Joaquim, 2019). "José" (2021), por sua vez, afirma:

> Com toda certeza. Qual o município que nunca houve compra de votos? em Alagoinha mesmo, tipo as eleições movimentam muito. Um exemplo, eu não vou citar nomes, mas o exemplo do mais recente que eu tenho, que tem pessoas que se vendem duas vezes em uma única eleição. Por exemplo, um candidato A passa e diz: — Tu tem quantos votos? — Quatro. — Você me vende por quanto? — Tanto. Entrega. Logo em seguida o partido B chega, ele diz: — Olha eles me compraram por tanto. Eles dobram o valor e compra a pessoa novamente. E naquela época também não era diferente, a compra de votos era predominante, não somente em termo de dinheiro, mas também dar o material de uma casa. Pessoas se vendiam até pra botar uns aterro nas casas deles, de piçarra. Água também (José, 2021).

A partir desses relatos, percebemos que, caso tenha havido compra de votos, existe a possibilidade de que tal prática tenha sido adotada por mais de um grupo político em disputa, não se limitando a apenas um lado nem necessariamente ao contexto de Alagoinha do Piauí. Segundo pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), divulgada dia 13 de fevereiro de 2012, dos 5.563 prefeitos eleitos em 2008, no Brasil, 283 não estariam mais no exercício do mandato. Destes, 210 por terem sido cassados, sendo 48 deles, devido a supostas infrações à legislação eleitoral. Entre os crimes eleitorais mais comuns detectados pela Justiça eleitoral está a tentativa de compra de votos.

O portal *Uol*, em matéria assinada por Rodrigo Bertolotto (2014), afirma que "a compra de votos acontece em todas as regiões do Brasil", e no Piauí existe um "habitual mercado de votos", destacando que em Alagoinha do Piauí essa prática ganha contornos trágicos, devido ao alto índice de analfabetismo (41,6%, naquele período). Esse índice, é associado a possíveis fraudes em programas como o Brasil Alfabetizado do Governo Federal, que segundo noticiado em matéria da jornalista Talita Bedinelle (2014), publicada no *EL PAÍS* Brasil, passou por investigações em seu funcionamento no município. A relação entre essas irregularidades e a compra de votos é destacada por José Clecionarton Teixeira (2023), que, com base em entrevistas realizadas com participantes desse programa e reportagens jornalísticas analisadas por ele, aponta que as bolsas destinadas aos professores e coordenadores do Brasil Alfabetizado eram concedidos a pessoas despreparadas e sem a qualificação adequada, em troca de apoio eleitoral[22].

Para além de atribuir parte da responsabilidade pelo alto número de analfabetos às fraudes em programas de alfabetização de jovens e adultos, a matéria do portal *Uol* (2014), sugere que a compra de votos teria se tornado hábito no município em razão das condições educacionais, sociais e econômicas da população. Embora muitas pessoas fossem analfabetas, isso não teria representado um obstáculo no momento do voto, pois bastaria decorar o número do candidato e seguir as instruções recebidas. Conforme descrito na reportagem:

> Por sinal, a maioria da população do município está no campo (64%). Das 13 escolas, dez são na zona rural e são multisseriadas (alunos de várias séries com uma mesma professora e em uma mesma sala). Cinco ônibus e 150 bicicletas são oferecidos para o transporte dos estudantes. Mas muitos ainda viajam nas caçambas de caminhonetes para chegar aos colégios, no mais típico estilo pau-de-arara, em meio aos cajueiros que sofrem com a seca e empobrecem ainda mais a área.
> "Papagaio velho não aprende a falar. Eu passo o dia roçando embaixo do sol. Chega a noite, eu quero é descansar. Não consigo estudar", afirma o agricultor Adão Paz. Ele diz que na hora de votar não tem dificuldade. "Número é mais fácil que letra. Pego o santinho e decoro. Quando vejo a foto do cabra, aperto o botão verdinho e pronto (Bertolloto, 2014).

Outra matéria publicada pelo portal *Uol* (2014), ao noticiar que o vídeo da reportagem realizada em Alagoinha do Piauí havia ganhado destaque na penúltima semana de campanha eleitoral do primeiro turno das eleições presidenciais, afirma que "a relação entre analfabetismo e política é antiga, pois muitos eleitores sem instrução acabam vendendo votos" (Analfabetismo

[22] Sobre a repercussão sensacionalista, veiculada pela mídia, a respeito do elevado índice de analfabetismo em Alagoinha do Piauí e das denúncias de corrupção no programa Brasil Alfabetizado, ver: TEIXEIRA, J. C. **Discursos Midiáticos**: construções discursivas em torno do analfabetismo em Alagoinha do Piauí (2014-2015). 2023. Monografia – (Curso de Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2023.

[...], 2014). A matéria, assim, sugeri que o *habitus* da venda de votos no município estaria relacionada à falta de instrução formal dos eleitores.

O vídeo citado, trata-se de uma reportagem, em que o portal *Uol Notícias*, no ano de 2014, entrevista moradores de Alagoinha do Piauí que se autodenominam analfabetos e falam das consequências sofridas por não terem sido alfabetizados, além de relatarem sobre a compra de votos no município. Na reportagem em audiovisual, realizada e hospedada pelo portal, não aparece o entrevistador e também não são apresentadas as perguntas feitas a esses moradores, somente suas respostas. Os entrevistados que aparecem no vídeo e falam sobre a prática de compra de votos são: "Antônio de Sá", "Antônio Felix ", "Helena Sobreira", "Helena Brito" e "Adão Paz".

No vídeo, após se declarar analfabeto e afirmar que pra votar ele não tem dificuldade, já que o número é disponibilizado, e ele consegue treinar, "Antônio de Sá" (2014) declara: "um deputado chega e dá 30 mil [reais] a um chefe político aí, 50 [mil reis]. Fulano pegou tanto, pegou 40 [mil reais], pegou 50 [mil reais], pra ajeitar os voto aí. O povo só vota por dinheiro, home". Já "Helena sobreira" (2014) relata: "aqui o povo compra voto demais. Dinheiro, eles dão é dinheiro. Faz assim uma compra, eles dão é dinheiro. Graças a Deus nunca precisei de vender voto não" (Compra [...], 2014).

Contudo, na perspectiva de "Antônio Félix" (2014) "voto não é vendido é uma necessidade de alguém". Indo de encontro ao que foi dito por "Helena Brito" (2014): "as vezes eles dão um agrado, quando é uma pessoinha pobre, eles dão" (Compra [...], 2014). Seguindo o ponto de vista de "Antônio Félix" e "Helena Brito" a negociação do voto só ocorreria porque as pessoas necessitam, reforçando a prerrogativa de que por serem pobres, muitos podem utilizar o voto, como meio de subsistência.

Contudo, conforme Farias (2024) a barganha do voto não possui relação com a pobreza ou analfabetismo da população, isso porque o trabalhador de grandes propriedades pré-capitalistas (no sistema coronelista), vivia em situação bem mais precária, em que a maioria predominante era analfabeta e só aprendia a escrever o próprio nome, por iniciativa do patrão, para que pudesse votar, e nem por isso negociava o voto, "ao contrário, em razão da sua fidelidade pessoal ao patrão, ele simplesmente doa o voto, como uma espécie de tributo ou homenagem ao senhorio" (Farias, 2024, p. 37).

Ao analisar dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) com eleitores brasileiros de 16 anos ou mais, após as eleições municipais de 2000, Bruno Wilhelm Speck (2003) observou que a concepção de que a corrupção eleitoral afeta apenas a população de baixa renda e baixa escolarização é errônea. Isso porque os

resultados do estudo mostraram que o nível de escolaridade exerce pouca influência sobre a oferta de compra de votos, seja em troca de favores administrativos, seja mediante pagamento em dinheiro. Sobre isso, o autor afirma:

> Em ambas as modalidades da negociação do voto, os eleitores com nível inferior de instrução (incompleta ou primária) são menos visados do que os de instrução superior (ginásio e colegial). Os eleitores com formação universitária recebem significativamente menos propostas somente na modalidade da compra de voto por dinheiro (2,7%). O terceiro conjunto do gráfico confirma que não os eleitores menos instruídos, mas aqueles com maior nível de formação, são os mais visados pelos compradores de voto (Speck, 2003, p. 160-161).

Quando se observa a variável renda, Speck (2003) mostra que os dados da pesquisa do IBOPE indicam que a compra de votos, tanto por favores quanto por dinheiro, ocorre de forma semelhante entre praticamente todas as faixas de renda. Apenas entre os eleitores com rendimento acima de 20 salários mínimos é possível observar uma redução mais clara nas propostas de compra de voto.

Além disso, como as reportagens citadas anteriormente datam de 2014, observa-se, naquele momento, uma mobilização em torno do elevado índice de analfabetismo em Alagoinha do Piauí. Nesse contexto, diferentes conotações negativas foram associadas ao município para justificar esse analfabetismo, como a suposta ausência de investimentos públicos, a corrupção e, consequentemente, a possível pobreza da população, elementos amplamente enfatizados nos discursos midiáticos. No entanto, como discute Clecionarton Teixeira (2023), essas narrativas recorreram também a discursos pejorativos relacionados a localização do município, ao bioma caatinga e a aspectos culturais dos moradores, como vestimentas, meios de transporte, trabalho no campo e variações linguísticas, de modo a reforçar uma imagem de precariedade e vulnerabilidade socioeconômica.

Não se pretende, aqui, atestar a ausência de pessoas no município, que possam enfrentar dificuldade de subsistência, precisando recorrer ao artifício de negociar o voto. O que se busca demonstrar é que a mídia tende a intensificar esse cenário de maneira sensacionalista, como observa Teixeira (2023), com a intenção de gerar alarde e comoção, seja em função da busca por audiência ou por motivações particulares, inclusive políticas. Assim, mesmo que o *habitus* de negociar o voto esteja presente em Alagoinha do Piauí, ela dificilmente decorre exclusivamente da pobreza ou do analfabetismo, a não ser em situações excepcionais, estando mais provavelmente vinculado a relações clientelistas construídas historicamente.

Isso porque, se levarmos em consideração o que foi afirmado por “Antônio de Sá”, quando ele fala que “o povo só vota por dinheiro”, a barganha de voto poderia ser analisada à

luz do conceito de cultura política de Berstein (1998), sendo o *habitus* do eleitorado de Alagoinha do Piauí, parte do conjunto de representações, valores, crenças e atitudes partilhadas pelos habitantes do município sobre as formas de participação política.

Conforme Berstein (1998), a cultura política não é avulsa, muito menos estática ou universal, é historicamente construída a partir do ambiente cultural em que a pessoa está inserida, refletindo as experiências coletivas e as formas como a população se relaciona com o poder. O autor salienta que a cultura política de cada pessoa é formada por múltiplas influências, muitas vezes até contraditórias, e que, por meio da repetição de ideias, normas, modelos e modos de pensar, esses elementos vão sendo interiorizados, moldando sua disposição para aceitar determinadas ideias ou adotar certas posturas. Além disso, Berstein (1998) adverte que a cultura política não deve ser utilizada para explicar situações passageiras, pois sua força analítica reside justamente em evidenciar como certos comportamentos políticos são guiados por características profundamente enraizadas na cultura de um grupo.

Quando se trata especificamente da eleição de 2008, o colaborador "Raimundo" (2019), ao relatar que no início da campanha já se falava que Clodoaldo Rocha (PT) venceria a eleição por possuir recursos financeiros e estar disposto a comprar votos suficientes para se eleger, ao contrário do seu adversário Pedro Otacílio (PSB) que não teria coragem de gastar, oferece um exemplo dessa percepção disseminada no município. Nesse sentido, ele afirma:

> Já, já sim. Quando eles começaram a campanha o povo já estava na língua: – o Clodoaldo vai ganhar a política porque ele tem dinheiro, ele compra voto mermo. Daí, e Dr. Pedro não tem coragem de gastar, e daí ficou aquela conversa e no fim, foi no que deu mesmo (Raimundo, 2019).

Os rumores acerca de qual candidato teria maior chance de vencer a eleição de 2008 se baseava em quem estaria disposto a gastar mais dinheiro. Percebemos, pelo relato acima, que o candidato Pedro Otacílio (PSB) iria perder a eleição não por ser contrário à prática de comprar voto, mas por não estar disposto a gastar o suficiente para ser eleito. Quando o político oferece resistência em barganhar, sua postura tende a ser interpretada como sinal de fraqueza, sendo considerado um sujeito mesquinho. Não se mostrar disposto a aceitar as propostas do eleitorado nas negociações em torno do voto, ou não apresentar ofertas consideradas vantajosas, passa a constituir uma característica negativa para o candidato.

Os relatos de nossos colaboradores, além de apresentar indícios da prática de negociação do voto, ainda nos fornecem outros elementos cabíveis de análise. Segundo o relato de "José"

(2021), quando o eleitor recebe dinheiro, em troca do voto, de todas as lideranças que lhe oferecem, acaba ficando desacreditado:

> [...] normalmente o que acontece é que a pessoa fica desacreditada, por exemplo, tu se vendeu para dois, nenhum dos dois candidatos vai acreditar que você realmente votou nele. E quando você for em busca de alguma coisa, vai dizer: – Eu te comprei, teu voto, tu não tem direito de me pedir nada, de propor nada.

Percebemos, com base no relato acima, que, uma vez perdida a confiança e incerta a definição do voto, o eleitor pode enfrentar diversas dificuldades no futuro. Segundo "José" (2021), ao vender o voto, o eleitor abre mão da possibilidade de cobrar dos candidatos eleitos a garantia de seus direitos básicos: "se alguém vender voto, tá lascado. Porque eles não vão fazer nada por ti. E você também não vai poder cobrar". Assim, ao negociar o voto, o eleitor parece negociar também os seus próprios direitos. Na perspectiva da colaboradora "Margarida" (2025), quando o eleitor vende o voto, ele perde esses direitos, de modo que essa prática não representa, para ela, uma escolha compensatória:

> Mulher, é sem noção. Sabe o porquê? Porque a gente tem que votar em um candidato, eu acho assim, é votar, ajudar, pra ele trabalhar na educação, saúde, que é o que nós precisa. Estrada. Aí se a pessoa vai votar em um candidato, vendido, só voto por tanto, aí passar quatro anos sem você poder ir nem na porta dele, não é fraco!

O relato de "Margarida" (2025) corrobora a opinião de "José" (2021), sugerindo a existência de um acordo pré-estabelecido, que mesmo não tendo sido proferido verbalmente, fica entendido que, ao receber algum benefício imediato em troca do voto, o eleitor implicitamente renuncia ao direito de cobrar dos gestores qualquer exigência futura, mesmo quando se trata de direitos fundamentais que devem ser garantidos pelo Estado por intermédio de seus governantes, como saúde e educação pública.

A colaboradora "Margarida" (2025) ainda argumenta que, ao vender o voto, torna-se constrangedor dirigir-se aos gestores para fazer algum tipo de cobrança ou pedido: "Fica vergonhoso. Eu acho que dá pra eles falar isso aí: eu não já te comprei". Nesse ponto, ela ainda apresenta uma defesa dos candidatos: "como é que um candidato vai gastar demais, vai comprar todos os eleitores, aí o que ele vai fazer no município? como é que ele vai fazer estrada, como ele vai cuidar da saúde, da educação". Nesse trecho, a colaboradora demostra que, caso o eleitorado do município negocie o voto em troca de recursos financeiros, além de perder o acesso aos serviços públicos, também prejudica o desenvolvimento do município, já que, se os candidatos gastaram recursos comprando votos no decorrer da campanha, não terão como investir nas políticas públicas ao longo da gestão: "como é que um candidato vai gastar aí 2

milhões numa política e o que é que ele pode fazer nos 4 anos, não tem como fazer. Não tem como fazer não!" (Margarida, 2025).

É incontestável que toda a população brasileira, incluindo os moradores de Alagoinha do Piauí, deveria ter seus direitos de acesso aos serviços básicos assegurados. Porém, é notório a existência de preceitos que ultrapassam essas regras comuns. Essa parece ser uma cultura política desse local, interiorizada individualmente e partilhada coletivamente, mesmo entre grupos opostos em disputa nas eleições municipais.

Os gestores eleitos deveriam governar para todos os habitantes do município, mas, pelo que parece, como relatado por "José" (2021), "em Alagoinha é muito partidário, você foi de um partido e seu partido ganhou você vai ter atendimento vip. Você foi de outro partido, você vai ser desprezado e sabe lá Deus quando é que você vai ser atendido". Nesse caso, ele se refere ao sistema de saúde.

Os programas relacionados à saúde têm grande destaque no município de Alagoinha do Piauí. A eleição municipal de 2008 foi disputada entre dois médicos. Nos relatos orais analisadas até esse momento, uma das principais motivações de voto seria a expectativa de obter vantagens na área da saúde caso o candidato escolhido fosse eleito. Essa lógica, porém, revela certo paradoxo: se ambos possuem a mesma profissão, por que basear a escolha exclusivamente nos benefícios associados a ela? Nesse contexto, o que parece influenciar a decisão do eleitor é o critério de proximidade, como afirma o colaborador "José" (2021): "Mas aí ia pelo mais conhecido", isto é, aquele com quem se tem maior vínculo e afinidade.

Considerando que a área da saúde desempenha um papel central nas relações do campo político, isto é, entre políticos e eleitores em Alagoinha do Piauí, é possível supor que a troca de favores, especialmente no que diz respeito ao acesso a serviços médicos, configure uma prática presente nas dinâmicas eleitorais locais. Essa possível barganha por votos pode contribuir para mobilizar o interesse direto da população, incentivando sua participação no processo eleitoral do município. Em municípios de pequeno porte, como o caso em estudo, é essencial que você tenha uma pessoa com capital simbólico e social com quem contar, caso precise de alguma assistência envolvendo questões burocráticas, emergenciais ou até mesmo econômicas.

Conforme o relato de "Luiza" (2021), os benefícios na área da saúde não se estendem a toda a população do município. Pelas fontes analisadas, apenas aqueles que votaram no grupo vencedor poderiam desfrutar de certas "regalias". Já os eleitores cujo candidato saiu derrotado, citando o seu próprio exemplo, dificilmente conseguiam qualquer tipo assistência. Nesse sentido, a colaboradora afirma:

> Não. De jeito nenhum. A saúde era pra ser pra todo mundo. Não, tem deles que não é não. Na época de Doutor Pedro mesmo, não era não. De doutor Pedro pra nós não era não. Não sei pros outros. Porque pra nós tudo no mundo que nós íamos fazer, era particular. Assim, só se fosse lá dentro de Alagoinha, consultava, as vezes, com os doutor, mas pra ir pra Picos tudo no mundo de nós era particular. Que nós... eles não davam. Pra ir marcar um exame em Alagoinhas, na secretaria, eles nunca marcou. Eu faço... um tempo eu fui deixar uma requisição minha lá, eles nunca marcaram meu exame (Luiza, 2021).

Devido à ausência de estrutura, por ser um município de pequeno porte, a maior parte dos atendimentos médicos é realizada na cidade de Picos-PI, a cerca de 76 km de distância. Por esse motivo, é mencionado a falta de atendimento gratuito, já que muitos serviços não estão disponíveis em Alagoinha do Piauí e acabam sendo acessados por meio da rede privada. Nesse contexto, a troca de favores torna-se um elemento significativo para o desfecho das eleições. A circunstância descrita acima evidencia pontos de vista antagônicos. Quando ocorre a mudança do grupo político no poder, as experiências e percepções dos eleitores se invertem.

No trecho da entrevista citado anteriormente, é descrita uma situação vivenciada após a vitória do candidato adversário ao grupo político acompanhado por "Luiza" (2021), provavelmente referente ao mandato posterior à eleição suplementar de 2011. Entretanto, em 2008 quando Clodoaldo Rocha (PT) venceu, ela pôde usufruir das benesses destinadas aos aliados do prefeito então eleito. Como a própria "Luiza" (2021) afirma, após a vitória de Clodoaldo Rocha (PT), "quando nós precisávamos de uma consulta, de um exame, aí nós fazíamos de graça lá em Picos".

Enquanto a família de "Luiza" (2021) estava sendo favorecida, aqueles que votaram em Pedro Otacílio (PSB) possivelmente estavam experenciando o mesmo que ela sofreu após a eleição suplementar de 2011, tendo que realizar os procedimentos de saúde na rede privada. "José" (2021) não fala de questões relacionadas a serviço de saúde, mas cita que durante os três anos da gestão de Clodoaldo Rocha (PT), a prefeitura não realizou reparos no trecho de estrada de chão que dá acesso a sua residência, comprometendo o deslocamento dos moradores daquela área.

> Já isso de estrada eles fazem um pouco de política. Quando não é na linha, vamos dizer assim a estrada que não é a principal. Como é que chama? Aqueles ganchinhos que eles puxa (sic) pra um lugar, tipo entrando lá pra minha casa. (...) tanto é, que na época que ele ganhou, lá onde eu moro, tu sabes. Passou os três anos sem ter sido feito nenhuma vez, por conta que todos ali era do outro lado (José, 2021).

Nas localidades rurais, onde os entrevistados residiam quando foram entrevistados, o acesso às residências depende da abertura de estradas de chão. Durante o período chuvoso, essas

vias são danificadas pela ação da água, formam-se crateras, a areia se acumula no centro da estrada e a passagem de veículos torna-se bastante difícil, exigindo manutenção realizada com maquinário da prefeitura. Essa manutenção, porém, segundo "José" (2021), não ocorre quando a estrada dá acesso à casa de eleitores que não votaram no candidato eleito.

Nesse contexto, observa-se um interesse particular nas disputas eleitorais. A troca de favores, assim como a compra de votos, parece uma disposição comum entre os habitantes do município. Mesmo tendo consciência que os serviços de saúde deveriam ser para todos, "Luiza" (2021) intervém especificamente a favor dos seus, sem demostrar maior preocupação com o coletivo. Quando perguntado se era beneficiado de alguma forma ao acompanhar determinado grupo político, "Raimundo" (2019) respondeu:

> Não! As vezes tem benefício, as vezes a pessoa arruma uma cisterna, pessoa arruma uma carrada d'agua, pessoa é ajudado com qualquer outra coisa. Faz uma estrada, pra casa da pessoa, assim é os benefícios de Alagoinhas. É uma viajem de um carro, são os benefícios que a política traz de Alagoinha, que faz a pessoa votar no partido (Raimundo, 2019).

Diante do relato acima, verifica-se, mais uma vez, o interesse individual do eleitor no momento de escolher em qual candidato votar. Embora ele afirme, em outro trecho da entrevista, que seu voto está relacionado a uma tradição familiar, admite que usufruir de certas benesses influencia diretamente sua decisão sobre qual grupo político acompanhar. Como é perceptível, esses favores podem envolver tanto situações que exigem a intervenção de políticos, uma palavra decisória, como em casos de questões envolvendo problemas de saúde, quanto pequenas necessidades do cotidiano.

Nesse mesmo sentido, o relato de "Joaquim" (2019) evidencia que o motivo pelo qual acompanha o partido de Clodoaldo Rocha (PT) é por sentir que deve favores. Segundo ele, Clodoaldo Rocha (PT) teria realizado uma cirurgia em sua esposa, enquanto a esposa do próprio Clodoaldo Rocha (PT) realizou uma cirurgia em "Joaquim", provavelmente em troca de apoio político. Na teoria, esses atendimentos deveriam ser oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sem qualquer expectativa de compensação. Contudo, observa-se um sistema de trocas na qual, os benefícios concedidos são lembrado no momento da eleição. Como ele mesmo relata:

> É porque as vez (sic) a gente deve favor a ele [Clodoaldo], foi quem já fez, já fez cirurgia em... [sua esposa], em mim, a mulher dele. Quase não gastei, quase nada, que... ali se fosse fazer particular era um preço que era caro! Graças a Deus ele fez, sem a gente gastar quase nada (Joaquim, 2019).

A troca de favores evidenciada nesse trecho do relato de “Joaquim” (2019) parece configurar uma espécie de contrato de contrato tácito entre quem oferece o benefício e quem o recebe. Quando os serviços médicos do candidato Clodoaldo Rocha (PT) são disponibilizados de forma tão “genuína”, espera-se, de acordo com essa lógica, que haja algum tipo de retribuição por parte do beneficiário, nesse caso, manifestada por meio do voto.

As discussões deste estudo acerca das trocas de favores remetem ao que expõe Ângela de Castro Gomes (2015) sobre o Estado Novo. Naquele contexto, o presidente Getúlio Vargas agia com “generosidade”, realizando doações e criando leis trabalhistas que beneficiavam os trabalhadores. No entanto, tudo o que é recebido como dádiva tende a gerar a obrigação de retribuição. Ao receber um benefício, estabelece-se um vínculo com o doador, criando um sentimento de dívida que pode ser pago por meio de algum tipo de pagamento. Como observa Gomes (2005, p. 228):

> Essa questão é fundamental, pois a outorga, quando pressupõe o dar e o receber, pressupõe também o termo que fecha e dá o real sentido ao círculo: o retribuir. Quem dá cria sempre uma relação de ascendência sobre o beneficiário, não só porque dá, mas principalmente porque espera o retorno. Esta expectativa não se esgota em uma possibilidade; ela é um sagrado dever. Quem recebe cria certo tipo de vínculo, de compromisso, que desemboca naturalmente no ato de retribuir. A não retribuição significa romper com a fonte de doação de forma inquestionável.

No caso do governo de Getúlio Vargas, a “generosidade” do estadista poderia ser uma estratégia para manter a população ao seu lado. Ele ofertava alguns benefícios e, de quebra, era apoiado pelos populares, que os viam como uma figura generosa e boa, alcançando assim o seu objetivo de se manter no poder. No caso em estudo, tratando-se do campo político de Alagoinha do Piauí, esses benefícios cedidos provavelmente tinham objetivos semelhantes. Gera-se uma espécie de contrato invisível: os políticos dão aos eleitores aquilo de que estão precisando em determinado momento e, como recompensa, são agraciados pelo voto. Isso, muitas vezes, ocorre sem que seja acordado de forma verbal. O compromisso é estabelecido, e a melhor forma de retribuir é através do voto, como destaca Gomes (2005, p. 228):

> A força da coisa dada está em produzir em quem recebe a consciência de uma obrigação de retribuir como um dever político de natureza ética. Trata-se evidentemente de uma relação contratual, mas que ao se fazer sob a forma de troca de presentes, ganha um sentido distinto que é preciso destacar.

Na eleição de 2008, disputada por dois médicos, percebe-se que a população desenvolveu uma estima pelos candidatos à chefia do Executivo Municipal, relacionada ao papel que desempenhavam em suas profissões e as vantagens que poderiam oferecer na área da

saúde. Como ressalta “José” (2021): “por conta de troca de favores em relação a adoecer eu vou ter um médico”. Esse fator pode ter sido uma das motivações para a escolha de voto de muitos eleitores, contribuindo para uma disputa particularmente acirrada.

O acesso ao SUS já é bastante burocrático e, no caso da cidade em estudo, os relatos sugerem que até mesmo os serviços mais básicos podem ser objeto de negociação. Nesse cenário, estabelecer uma aliança com alguém capaz de realizar procedimentos gratuitamente ou facilitar o acesso, diminuindo o tempo de espera por uma cirurgia ou acelerando um processo de internação, “apenas em troca de votos” torna-se bastante tentador.

Se, como discutem João Wachelke e Alyssa Magalhães Prado (2017), o Brasil herdou uma “herança maldita portuguesa” que moldou a cultura nacional, a classe política teria aprendido a agir prioritariamente em benefício próprio. Essa prática corrupta pode se manifestar desde o chamado *jeitinho brasileiro*, descrito pelos autores como um meio utilizado por brasileiros que enfrentam dificuldades para lidar com as regras comuns da sociedade e recorrem as relações interpessoais para contorná-las, até o uso indevido de recursos públicos pelos servidores em benefício próprio.

Em Alagoinha do Piauí, os relatos dos colaboradores citados anteriormente sugerem que o eleitorado utiliza o voto como moeda de troca para ser atendido mais rapidamente em um hospital público ou conseguir vaga para a realização de procedimentos cirúrgico no SUS. Isso porque, sem ter contato com pessoas influentes, seria necessário aguardar uma vaga por bastante tempo ou recorrer ao sistema privado. Muitas dessas pessoas não têm recursos financeiros suficientes para arcar com os altos custos dos tratamentos de saúde e, mesmo entre aqueles que possuem recursos, alguns procedimentos são disponibilizado somente pelo SUS, no Hospital Regional Justino Luz, localizado na cidade de Picos.

Conseguir uma vaga no Hospital Regional de Picos, sem ter contatos que intervenham a seu favor e acelerem as questões burocráticas, pode ser um processo difícil e lento, seja para a realização de uma cirurgia ou mesmo para conseguir um leito de internação. Devido à alta demanda, é comum que pacientes permaneçam nos corredores da emergência por longos períodos. Contudo, se o paciente tem contato com pessoas influentes, como é o caso de Pedro Otacílio (PSB) e Clodoaldo Moura (PT), ambos médicos picoenses, a espera por atendimento pode ser significativamente reduzida.

Ainda que não seja possível afirmar que o *habitus* em negociar o voto esteja presente na dinâmica eleitoral de Alagoinha do Piauí, percebemos indícios de uma cultura política que se estrutura alinhada ao clientelismo, que, conforme Carvalho (1996), perpassa toda a história política do Brasil, mas pode mudar de parceiros, diminuir ou aumentar ao longo do tempo,

expandindo-se com o fim do coronelismo. No caso do estado Piauí, Farias (2024) argumenta que o clientelismo se ampliou a partir da década de 1970, sendo perceptíveis mudanças no comportamento eleitoral da população rural, que passou a ter mais sufrágio na escolha dos candidatos e a utilizar o voto como meio para adquirir benefícios imediatos.

Nesse sentido, entendemos que, caso o eleitorado de Alagoinha do Piauí barganhe o voto, seja em troca de dinheiro ou favores, e perceba esse *habitus* de maneira naturalizada, como parte do cotidiano, a ação se configura, conforme Farias (2024), muito mais como uma "prática defensiva", do que como um "conformismo" resultante da ignorância. Isso porque, ao longo do tempo, as classes dominantes construíram estrategicamente mecanismos de manipulação do voto, difundindo a ideia de que a maioria dos políticos é "desonesta" e atua apenas em defesa dos interesses "da panela deles". Assim, não valeria a pena votar sem receber algum benefício imediato, e os eleitores não enxergam vantagens concretas para romper com esses esquemas de manipulação, e acabam optando por "jogar o jogo" dentro das regras impostas.

4 GESTÃO MUNICIPAL DE CLODOALDO DE MOURA ROCHA: DA POSSE A CASSAÇÃO

Neste capítulo, analisamos elementos centrais da gestão de Clodoaldo de Moura Rocha (PT) e Francisco João de Carvalho (PMDB), eleitos prefeito e vice-prefeito de Alagoinha do Piauí no pleito de 2008, que representou o retorno do "lado do PT" à administração municipal, após um intervalo de oito anos fora do poder. A vitória de Clodoaldo Rocha (PT), entretanto, não foi isenta de tensões e disputas no campo judicial, o processo eleitoral desenvolveu-se em um contexto de polarização política, que culminou na apresentação de um pedido de impugnação de mandato eletivo, protocolado por seu principal adversário, Pedro Otacílio (PSB). Esse processo jurídico resultou, posteriormente, na cassação do mandato eletivo e inaugurou um novo ciclo político no município.

Para compreender melhor o episódio de cassação, estabelecemos um diálogo com o campo do Direito, aproximação necessária para o entendimento do processo em sua complexidade. Essa articulação interdisciplinar é possível graças à pluridisciplinaridade que passou a caracterizar a história política em seu movimento de renovação. Conforme destaca Rémond (2003), essa mudança de perspectiva ampliou o escopo da disciplina, permitindo a incorporação de uma variedade maior de objetos e temas de pesquisa, em constante interlocução com outras áreas do conhecimento e com o uso de métodos e técnicas diversificadas.

Dessa forma, buscamos examinar não apenas as características da gestão interrompida de Clodoaldo Rocha (PT), mas também os impactos nos campos político e social decorrentes de sua cassação. Além disso, refletimos como essas mudanças reverberaram no resultado da eleição suplementar de 2011, nas alianças partidárias, no capital simbólico e político dos grupos locais, no *habitus* do eleitorado e na reconfiguração do campo político de Alagoinha do Piauí.

4.1 A gestão do prefeito Clodoaldo Rocha

No ano de 2008 ocorreram as eleições para o Poder Executivo e Legislativo Municipal, em todo território brasileiro. Assim, a disputa eleitoral nos municípios do Piauí configurou um dos principais acontecimentos do estado, naquele ano. Alagoinha do Piauí protagonizou uma campanha eleitoral agitada, cuja relações de poder transcorreram o processo eleitoral, ocasionando na cassação da chapa eleita para o Executivo. Na referida eleição, os candidatos que saíram vencedores, para prefeito e vice-prefeito, foram respectivamente, Clodoaldo Rocha (PT), e Francisco João de Carvalho, conhecido como Nini (PMDB).

A vitória nas urnas, que representou a volta do "lado do PT" a administração municipal, materializou-se com a cerimônia de posse dos eleitos, realizada no dia 1º de janeiro de 2009, na cidade de Alagoinha do Piauí. A seguir, podemos observar um dos registros desse momento simbólico, em que se apresenta o prefeito e vice-prefeito durante o ato solene de juramento

Figura 13 – Clodoaldo e Nini em Cerimônia de Posse (2009)



Fonte: Arquivo pessoal de Clecionarton Teixeira.

Em primeiro plano, a imagem acima nos apresenta dois homens em traje formal, do lado esquerdo (na perspectiva do observador) está Clodoaldo Rocha (PT), de terno cinza. Ao seu lado, com terno escuro, se encontra João Francisco, o Nini (PMDB). Ambos estão com o braço direito estendido, palma voltada para baixo. Clodoaldo Rocha (PT) olha na direção da câmera, o que pode indicar que posa para foto, já Nini (PMDB) exibe postura ereta e olhar fixo à frente, indicando foco em relação ao caráter cerimonial do evento, a expressão facial dos dois é séria e respeitosa, condizente com o momento.

A posição do braço indica um gesto de juramento, recorrente em cerimônias públicas brasileiras. Essa postura tem origem em tradições cívicas e simbólicas de juramento, cuja função é reforçar a seriedade do momento e expressar publicamente o compromisso dos eleitos com o cargo. Fazendo um analise pela ótica de Panofsky (2007), esse gesto pode ser visto através dos três níveis: a descrição pré-iconográfica (o gesto em si); a análise iconográfica (o gesto como símbolo de juramento ou promessa pública); e a interpretação iconológica (o gesto como construção de legitimidade política e compromisso moral).

Conforme Panofsky (2007, p. 47) “iconografia é o ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição à sua forma”, portanto, busca descrever e classificar as imagens. Já a iconologia é uma iconografia que se torna interpretativa, “e assim como a exata identificação dos motivos é o requisito básico de uma correta análise iconográfica, também a exata análise das imagens, estórias e alegorias é o requisito essencial para uma correta interpretação iconológica” (Panofsky, 2007, p. 54).

Sob a lente da teoria dramatúrgica de Goffman (2002), a posse pública pode ser lida como um típico “palco frontal”, onde os agentes políticos performam papéis sociais diante da audiência, composta, na imagem, por populares e simpatizantes ao fundo. A formalidade dos ternos, a seriedade das expressões faciais e a repetição sincronizada dos gestos compõem o cenário de uma performance oficial cujo objetivo pode ser não apenas confirmar o poder legalmente adquirido, mas também transmiti-lo como legítimo e moralmente autorizado.

A postura dos sujeitos comunica simultaneamente autoridade, compromisso e respeito. Em contextos políticos locais, especialmente em municípios do interior nordestino, como Alagoinha do Piauí, esses rituais têm um caráter ainda mais próximo da comunidade, funcionando como marca de pertencimento e reafirmação do capital simbólico e social. Conforme Roberto DaMatta (1997) analisou sobre os rituais brasileiros, há aí uma intersecção entre o institucional e o pessoal, entre o público e o privado, entre a formalidade do cargo e a familiaridade do cidadão local.

Além do que é possível observar em primeiro plano, um aspecto significativo da imagem é o que ocorre no plano de fundo: dezenas de cidadãos, visivelmente atentos, observam o ritual através de uma divisória de vidro. Esse detalhe é revelador e podemos analisar sob a ótica dramatúrgica de Goffman (2002). A separação física entre os eleitos (no "palco frontal") e os observadores (no "backstage" ou bastidor) reforça a construção de papéis distintos: atores principais de um rito solene versus testemunhas da cena, cuja função parece ser reforçar a legitimidade por meio da presença silenciosa e respeitosa.

O vidro, por sua vez, assume papel simbólico ambíguo: ele permite a visibilidade, mas impõe distância. Trata-se de uma transparência seletiva. A população está lá, é parte do momento, mas sem acesso direto ao espaço do poder. Isso evidencia um elemento importante da política institucional brasileira: a formal inclusão do povo, mas sua distância efetiva dos centros decisórios. Como pontua Pierre Bourdieu (1989), os rituais oficiais produzem e reproduzem hierarquias simbólicas e, nesse caso, a arquitetura do espaço reforça a separação entre representantes e representados.

O vidro pode ainda ser interpretado como metáfora de um "campo político" parcialmente aberto. Ele oferece visibilidade e alguma forma de controle social (o povo vê, fotografa, presencia), mas mantém a estrutura de poder como algo diferenciado, reservado a poucos. A imagem também revela como mesmo em eventos públicos e locais, como uma posse em um pequeno município nordestino, as camadas do poder simbólico se manifestam claramente por meio de elementos materiais, espaciais e performáticos.

Em outra imagem, disposta a seguir, datada do mesmo dia, essa separação entre a população e os empossados já não existe mais, e essa captura pode nos oferecer muito mais do que um simples registro documental. Ela revela um certo *habitus*, em suas camadas visuais e nos gestos aparentemente espontâneos, uma narrativa política local marcada pela informalidade, intimidade social e afirmação simbólica do poder recém-adquirido. O que se vê é um momento de celebração pública, mas que, ao mesmo tempo, transmite sinais visuais sobre a configuração das relações de poder, reconhecimento social e o peso das expectativas coletivas.

Como podemos observar na imagem a seguir, após a realização do juramento e rito cerimonial de posse, os eleitos se juntam ao público presente. A ausência de palanque, cordões de isolamento ou aparato institucional visível reforça o caráter acessível e popular do evento. Se antes tínhamos um vidro, separando os atores principais das testemunhas de cena, em um ato formal, nessa imagem estão juntos em celebração. Esse tipo de envolvimento direto, evidencia uma prática política marcada pela presença física e pelo contato pessoal, algo característico de municípios de menor porte no Brasil, onde a relação entre representantes e

representados é mais direta e personalizada. Trata-se não apenas de um ato formal de transmissão de cargo, mas de um momento de reconhecimento público da autoridade recém-eleita.

Figura 14 – Prefeito e vice-prefeito em Solenidade de Posse (2009)



Fonte: Arquivo pessoal de Clecionarton Teixeira.

Ao centro da imagem, Clodoaldo Rocha (PT) e seu vice, Nini (PMDB), aparecem com os braços erguidos, não nos parece um gesto coreografado ou formalizado, mas sim uma ação espontânea que traduz entusiasmo e recepção do apoio popular, um gesto de vitória, partilhado e reforçado pela presença física dos corpos próximos. Ambos trajam ternos, o que sinaliza a formalidade exigida pela ocasião, em contraste com a vestimenta mais informal da população ao redor.

O prefeito e o vice mantêm-se lado a lado, sem hierarquia visual explícita, o que sugere um pacto de colaboração, ou ao menos o desejo de projetar essa imagem. A leve inclinação de seus rostos para a multidão pode indica tanto atenção como receptividade. As expressões faciais dos dois políticos são serenas, porém atentas. Ambos sorriem levemente, com um olhar que alterna entre o público presente e a concentração no momento solene. Seus rostos não expressam teatralidade nem distanciamento; ao contrário, demonstram uma postura receptiva e firme, sugerindo controle da situação e valorização do momento.

Ao redor, uma multidão se aglomera de forma espontânea, o que demonstra entusiasmo. Pessoas se aproximam, tocam os eleitos ou buscam chamar sua atenção, em um momento de interação e satisfação. Alguns rostos visivelmente sorridentes revelam o tom festivo do evento.

O uso de sombrinhas por parte do público e a iluminação natural indicam que a cerimônia ocorreu sob forte sol, o que reforça seu caráter informal e aberto. A composição da imagem destaca os empossados como figuras centrais, organizando simbolicamente a cena.

Sob o prisma de Bourdieu (2004), esse tipo de cena pode revelar a operação do capital simbólico: o político, ao se mostrar publicamente em um rito de consagração, reforça sua legitimidade diante da coletividade. Conforme Bourdieu (2004) o capital simbólico é um tipo de capital baseado no saber e no reconhecimento social. A noção de estratégia, nesse contexto, refere-se a uma orientação prática que não é fruto de um cálculo racional consciente, nem de um simples reflexo mecânico, mas sim resulta de um senso de honra**,** ou seja, de um entendimento incorporado das regras e valores próprios ao "jogo da honra".

Em outra imagem, datada do mesmo dia, vemos a continuação desse ato público. Ao centro da composição está Clodoaldo Rocha (PT), então prefeito empossado, que já não se encontra mais com o paletó, retirado possivelmente devido ao calor e para se locomover com mais conforto. Seu semblante é sereno e levemente sorridente, sugerindo uma tentativa de acolhimento e simpatia diante dos cidadãos que o cercam, como podemos observar a seguir:

Figura 15 – Prefeito de Alagoinha do Piauí cumprimenta eleitores (2009)



Fonte: Arquivo pessoal de Clecionarton Teixeira.

Uma jovem à frente do prefeito o aborda com entusiasmo visível, tocando seu braço e sorrindo, demonstrando uma relação de admiração ou confiança. À esquerda do prefeito, um homem mais velho, com camisa azul e chapéu típico de vaqueiro, observa a cena com atenção. Sua vestimenta remete a figura do sertanejo tradicional, evocando o componente rural e

culturalmente enraizado da população de Alagoinha do Piauí. Isso porque, segundo José Clecionarton Teixeira (2023, p. 35) a maioria da população é composta por trabalhadores rurais, que produzem feijão, milho, mandioca, "sendo a produção de caju a principal atividade mais rentável desenvolvida no município", chegando ao 8º lugar do ranking do estado do Piauí em 2011 (IBGE, 2012). De acordo com a série histórica do IBGE (2011, 2010), nos anos de 2009 e 2010, o município registrou a maior produção na cultura da castanha de caju, alcançando mais de 2.800 (dois mil e oitocentos) toneladas (t). O valor total gerado pela atividade, em cada um dos anos, foi estimado em R$ 2.288.000,00 (dois milhões, duzentos e oitenta e oito mil reais).

Ao fundo da imagem, nota-se uma multidão heterogênea, composta por homens e mulheres de diferentes idades e possivelmente classes sociais variadas e uma diversidade de expressões: pessoas conversando, sorrindo, ou apenas observando. A presença de muitos bonés vermelhos iguais podem indicar a organização de militância política local do grupo partidário PT, já que este era o partido que o empossado era filiado.

Elementos como o guarda-sol e chapéus evidenciam improvisos para proteção contra a luz solar e o calor, alguns participantes utilizam a sombra de um "orelhão"[23] na tentativa de se proteger, reforçando a autenticidade da solenidade e localização regional. A cena revela, como propunha Burke (2004), não apenas o registro de um evento, mas a construção de uma imagem pública: o prefeito ao centro, em contato direto com a população, rodeado por uma multidão que parece legitimar seu mandato por meio da presença.

A fotografia cumpre, portanto, dupla função: enquanto documento, ela fixa um momento histórico de transição política no município; enquanto monumento, ela constrói visualmente uma narrativa de liderança próxima, popular e legitimada socialmente. A multidão não é mero plano de fundo, é parte ativa do rito democrático, reforçando os laços entre representação política e participação popular. Neste caso, a imagem eterniza não apenas a posse de Clodoaldo Rocha (PT), mas uma cena emblemática da política municipal brasileira, calorosa, participativa e profundamente marcada pelo valor simbólico da proximidade entre governantes e governados.

Após as festividades da posse, representadas pelas imagens anteriores teve início a gestão de Clodoaldo Rocha (PT) e Nini (PMDB), que tem à sua frente o desafio de atender as expectativas que podem terem sido criadas pelos moradores do município, já que se trata de uma mudança de grupo político. Em 2009, o Brasil vivenciava os últimos anos do segundo mandato do presidente petista Luiz Inácio Lula da Silva, que, segundo Sérgio Fausto (2019),

[23] Telefone de uso público (TUP), instalado em ruas e praças, que permitem a realização de ligações utilizando cartões telefônicos ou moedas.

enfrentou crises políticas e econômicas. Apesar dos resultados positivos, principalmente no campo das políticas socias, o governo precisava lidar com os reflexos do escândalo do mensalão, que ainda seguia seu curso, com a pressão dos opositores, e, também, como ressaltado por Alonso (2023), de setores da própria esquerda, como a esquerda neossocialista não petista. Soma-se a isso os efeitos da quebra do banco "Lehman Brothers", em setembro de 2008, que, conforme Sérgio Fausto (2019, p. 531), se espalharam pelo mundo financeiro global, como ele descreve a seguir:

> De uma hora pra outra, os fluxos financeiros se retraíram abruptamente, a ponto de o Brasil não conseguir crédito sequer para o financiamento do comércio exterior. O problema era geral e o mundo vislumbrou de perto a possibilidade de uma depressão econômica como não se via desde os anos 1930.

Diante desse cenário, o governo seguiu efetuando medidas para impedir a recessão. Segundo Sérgio Fausto (2019, p. 532): "usou reservas internacionais para financiar o comércio exterior, expandiu a liquidez do sistema financeiro, [...] aumentou o gasto público e concedeu incentivos fiscais a alguns setores, como de automóveis". Essas ações produziram os resultados esperados: a economia começou a apresentar sinais de recuperação no segundo trimestre de 2009, embora, naquele ano, o país não tenha registrado crescimento.

Enquanto lidava com a crise, conforme Fausto (2019, p. 535), o governo continuava investindo em programas, como é o caso do "Minha Casa, Minha Vida", "lançado em 2009, com a meta ambiciosa de financiar a compra ou construção de 1 milhão de unidades habitacionais até o final do ano seguinte. Em 2010, o país registrou um crescimento superior a 7%, com a geração de 3 milhões de empregos formais, mas, "a inflação, porém, acelerou-se, fechando o ano próxima a 6%, com tendência de alta" (Fausto, 2019, p. 533).

Mesmo diante desses desafios, segundo Patto Sá Motta (2018) o governo conseguiu lidar bem com a crise econômica mundial de 2008 e os resultados das políticas sociais distributivas tiveram mais destaque nesse segundo mandato, considerado pelo autor como "a fase áurea de Lula, quando ele atuou com mais segurança e desenvoltura e obteve notável reconhecimento" (Motta, 2018).

Quando direcionamos nossos olhares mais especificamente para o estado do Piauí, o governador em exercício era Wellington Dias (PT), reeleito em 2006, seguindo a configuração das eleições presidenciais que reelegeu Lula. Nesse período, apesar da instabilidade política causada pelo mensalão, que, segundo Patto Sá Motta (2018), levou Lula a perder votos em áreas mais urbanizadas, tenha criado um ambiente de tensão, sua popularidade se expandiu de forma

significativa na região Nordeste. Como resultado do sucesso econômico do governo e da implementação de políticas sociais distributivas, Lula conseguiu venceu as eleições de 2006.

Essa boa fase do PT na região Nordeste pode ter influenciou a vitória de um governador também petista no Piauí, e o apoio de Wellington Dias (PT) à campanha de Clodoaldo Rocha (PT), como vimos no capítulo anterior, também pode ter contribuído para a volta do "lado do PT" ao poder em Alagoinha do Piauí. Mas queremos entender de que maneira essa tríade pode ter beneficiado, ou não, o município em estudo.

A crise financeira, citada anteriormente, que o Governo Federal precisou enfrentar para superar e manter o país em crescimento, parece ter atingido os municípios com intensidade. Em matéria do jornal *O Dia,* a repórter Mayara Bastos noticia que os municípios do Piauí perderam, em 2009, 34 milhões de reais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), conforme destacado a seguir:

> Os municípios piauienses deixaram de receber de janeiro a setembro deste ano pelo menos R$ 345 milhões em repasses da União. É o que aponta levantamento divulgado ontem pela Associação Piauiense dos Municípios (APPM) no Dia Nacional em Defesa dos Municípios que ocorreu simultaneamente em todo o país. Na sede da entidade em Teresina, alguns prefeitos participaram de uma reunião com o deputado federal Júlio César (DEM) e Francisco Macedo, presidente da APPM.
> O volume de recursos transferidos por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), calculado nesse período em R$ 870.325.732 milhões, teve redução de 3,8% em relação à quantia do ano passado, quando foram transferidos R$ 904.897.691 milhões. No acumulado de outubro, a redução chega a 8% (Bastos, 2009, p. 02).

Essa diminuição no repasse às prefeituras teria afetado, segundo fala do presidente da Associação Piauiense de Municípios (APPM), Francisco Macedo, diretamente os investimentos na área da saúde e educação, tendo como principal consequência o atraso no pagamento de servidores e fornecedores: "é uma redução muito alta que afeta diretamente os investimentos em áreas como educação e saúde, e que desde o início do ano os prefeitos estão sem poder fazer nada" (Bastos, 2009, p. 02)

Diante do exposto, a crise que atingiu o país parece ter reverberado na população de municípios do Piauí, tanto funcionários públicos e prestadores de serviços da prefeitura, como aqueles que necessitam dos serviços públicos. As prefeituras atribuem essas perdas, segundo Bastos (2009, p. 02), "à queda de arrecadação da União desde o agravamento da crise financeira mundial, com as medidas adotadas pelo Governo Federal para enfrentar os efeitos da crise". Ações que conforme Fausto (2019) e Motta (2018) obtiveram resultados positivos.

Nesse sentido, a qualidade da saúde e da educação de Alagoinha do Piauí pode ter sido prejudicada, refletindo também em outros setores, dificultando um bom desempenho da gestão

vigente. Mas não podemos responsabilizar uma diminuição de repasse da União, pelo êxito ou fracasso de toda uma administração municipal, sendo que outras medidas podem ser tomadas para lidar com esses desafios. Ao analisar a gestão de Clodoaldo Rocha (PT) percebemos de que maneira o prefeito pode ter trabalhado para melhorar o funcionamento do município e a qualidade de vida dos moradores.

Em entrevista à Jeandra Portela, no jornal Notícias de Picos da TV Cidade Verde, Clodoaldo Rocha (PT) rememora sua primeira gestão e a classifica de maneira positiva, destacando as melhorias na área da saúde, abastecimento de água e desenvolvimento da cajucultura. Em suas palavras:

> Eu costumo dizer que uma prefeitura você tem que trabalhar em cima de orçamento, mas quem é da área da saúde é difícil, a gente sempre termina **trabalhando mais em cima da saúde**. Alagoinha, como todo local, tem esse problema de saúde e lá nós tínhamos um grande problema com água no maior povoado que era da Serra Velha, **a gente conseguiu levar água via Sisar** [Sistema Integrado de Saneamento Rural] pra o município, **mas a grande benfeitoria que a gente fez mesmo foi na saúde**, porque é uma coisa que a gente entende. **Alagoinha hoje ela tem uma economia baseada na cajucultura**, com a ajuda do então governador Welligton Dias nós conseguimos implementar lá um **grande plantio da cajucultura** e hoje a economia de lá é baseada nisso.
> Na época eu brigava muito com o então Secretário de Saúde, Assis Carvalho, porque eu pedia condições pra que eu pudesse levar cirurgia para um município pequeno e ele me falava que não era viável e hoje você ver Marcolândia uma cidade, maior que Alagoinha, mas não tão grande, fazendo muitas cirurgias em um hospital beneficente que funciona com convênio com os municípios e os deputados federais enviando emendas. Então eu tinha essa ideia, levei na época pra o então secretário de saúde e ele achava que não era viável [grifo nosso] (Clodoaldo Rocha, 2024).

No trecho da entrevista citado acima, Clodoaldo Rocha (PT), ao ser indagado pela jornalista acerca das benfeitorias que havia feito no município durante sua administração (2009-2011), menciona as restrições que um prefeito pode enfrentar ao trabalhar com base em um orçamento previamente destinado a cada área. Ainda assim, reforça que priorizou a saúde, principalmente devido a sua profissão. Como foi possível observar no capítulo anterior, as questões mais abordadas pelos nossos colaboradores como principal foco de negociação entre candidatos e eleitores estavam justamente relacionadas à área da saúde. Entretanto, mesmo afirmando que a maior benfeitoria da sua gestão ocorreu nesse âmbito, Clodoaldo Rocha (PT) não chegou a detalhar como se deram esses avanços na prática, apenas mencionou os esforços junto ao secretário de Saúde do Estado, Assis Carvalho, para conseguir meios de realizar cirurgias no município, iniciativa que, segundo ele, não obteve êxito.

Vale ressaltar que a entrevista de Clodoaldo Rocha (PT) foi concedida no período de campanha da eleição municipal de 2024, na qual laçou, pela segunda vez, sua candidatura à

prefeitura de Alagoinha do Piauí, saindo derrotado para seu concorrente de 2008, Pedro Otacílio. Portanto, sua arguição no decorrer da entrevista seria no sentido de mostrar seu trabalho na gestão anterior, na tentativa de alcançar novamente a vitória.

Quanto as intencionalidades do veículo midiático, o quadro de entrevistas "Eleições 2024" do jornal *Notícias de Picos*, aparentemente tinha como propósito divulgar os candidatos e seus planos de gestão, já que em nenhum momento foi citado o episódio da cassação. Vale lembrar que Pedro Otacilio e outros candidatos da região de Picos também foram entrevistados. A ausência dessa menção também pode ter sido intencional, no sentido de favorecer, ou, ao menos, não prejudicar Clodoaldo Rocha (PT) na corrida eleitoral, considerando que, como defende Barros (2023), o jornalismo não é neutro, ele constrói narrativas, seleciona o que deve ser publicado e enquadra e interpreta os fatos com base em interesses sociais, políticos e econômicos.

Outro benefício que a gestão municipal liderada por Clodoaldo Rocha (PT) teria conseguido para Alagoinha do Piauí, mencionado por ele na entrevista, foi o abastecimento de água do Povoado Serra Velha, que, segundo afirma, sofria com a falta desse recurso essencial para a vida. Em matéria publicada no portal *180graus*, é noticiado que o então governador Wellington Dias (PT) e os deputados estaduais Assis Carvalho (PT) e Kleber Eulálio (PMDB) estiveram no município, no dia 23 de junho de 2009, para inaugurar e visitar obras:

> W. Dias, Prefeito Clodoaldo Rocha e Dep. Estaduais Assis Carvalho e Kleber Eulálio inauguram nesta terça-feira (23) os 19 km de asfaltamento da PI -455, que liga a sede do município a BR-316. No trecho foram investidos R$ 2,6 milhões, sendo batizada como Rodovia "Sebastião Francisco da Rocha", em homenagem a um personagem importante do município. **Governador, prefeito e comitiva visitaram o sistema de abastecimento d'água e 141 unidades sanitárias construídas no Povoado Serra Velha, beneficiando quase 300 famílias**. Os gestores inauguraram a Eletrificação Rural das localidades: Piranhas, Barra do Olho D'água, Baixa e São João e visitaram a estação digital montada, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, que funciona com dez computadores e custou R$25 mil [grifo nosso] (W. Dias [...], 2009).

O trecho da matéria, menciona que o governador juntamente com o prefeito e a comitiva, visitaram o abastecimento d'água e unidades sanitárias construídas no povoado, o que reforça que essa foi uma benfeitoria realizada na gestão de Clodoaldo Moura (PT). No mesmo dia, o governador inaugurou a pavimentação asfáltica que liga a sede do município à BR-316, a eletrificação de localidades rurais e visitou uma estação de computadores voltada para a melhoria da educação, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação.

As informações publicadas pelo portal de notícias *180graus* têm um tom de divulgação da agenda do governador, ou de sua passagem por Alagoinha do Piauí. O portal não aprofunda

os conteúdos levantados, mas nos fornece dados sobre as ações governamentais realizadas no município no início do mandato do prefeito Clodoaldo Rocha (PT). Isso nos permite perceber seu alinhamento com o governador do estado e as medidas inicias da sua gestão, confirmando algumas informações apresentadas por ele na entrevista ao jornal *Notícias de Picos*, mencionada anteriormente.

A importância do apoio do governador do estado para a sua gestão foi destacada no decorrer da fala de Clodoaldo Rocha (PT). O então prefeito também apontou outra conquista de sua administração, a angariação de mudas de caju para serem distribuídas aos moradores do campo, via Sindicato do Trabalhadores Rurais, para que aqueles que realizassem o cadastro pudessem receber as mudas e desenvolver o plantio, que poderia posteriormente ser convertido em renda. Sobre essa iniciativa, ele afirma:

> Tivemos sorte na minha época do apoio que nós recebemos do então governador Wellington Dias. A gente recebeu na época muitas mudas de caju e a gente já tinha uma programação via sindicato de agricultores que já tinham feito o cadastro, para irem recebendo aquelas respectivas mudas. Porque se você não fizer esse tipo de organização, se a muda vem e cai na mão errada pode até ser vendida, de forma errada, aquilo é pra o agricultor é pra ele desenvolver, fazer uma renda dentro da sua casa. (Clodoaldo Rocha, 2024).

Percebemos, pelo relato acima, que Clodoaldo Rocha (PT) ressaltou a organização na distribuição das mudas de caju, expressando receio de que elas pudessem ser desviadas para fim de mercado. Contudo, essa disposição não garante que as plantas fossem efetivamente direcionadas para as pessoas do campo que careciam dessa atividade econômica, esse nem aparenta ser o objetivo do projeto. O foco, ao que tudo indica, estava no desenvolvimento da cajucultura como estratégia de impulsionar a economia do município.

Segundo dados do IBGE (2010) relativos à produção agrícola municipal, Alagoinha do Piauí alcançou, em 2009 e 2010, a maior produção de castanha de caju da sua série histórica, quando produziu 2.860 toneladas (t) por ano, cultivadas em uma área 7.150 hectares (ha), com rendimento médio de 400 quilos por hectare de terra, acumulado um valor bruto de 2.288.000, 00 (Dois milhões, duzentos e oitenta e oito mil reais). Contudo, em 2011, a produção caiu para 1.490 (t), mesmo com aumento da área destinada à colheita, que passou para 7.450 (ha). Ainda assim, o município ocupou, naquele ano, o 8° lugar em quantidade produzida e o 3° em área colhida no estado do Piauí, posição que iniciaria uma queda brusca no *ranking* a partir de 2013.

Esses resultados podem ser influenciados por mudanças climáticas, como a presença de chuva regular ou a ocorrência de estiagens em determinado ano, já que a produção agrícola depende diretamente desses fatores para alcançar ou não um bom desempenho. No entanto, o

aumento na área destinada à colheita entre 2010 e 2011 pode estar relacionado à distribuição de mudas de caju citadas na entrevista de Clodoaldo Rocha (PT) em sua entrevista jornal *Notícias de Picos* (2024).

Além do abastecimento de água para a localidade Serra Velha e o desenvolvimento da cajucultura, Clodoaldo Rocha (PT) também afirma que durante sua gestão conseguiu aumentar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), para que por meio desse aumento conseguissem melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDB). Em suas palavras:

> A questão da educação quando eu fui prefeito nós conseguimos aumentar o nosso número no IDEB, porque a única forma da gente aumentar o IDH, aqui no Piauí, assim, a mais fácil, é aumentando a nota no Ideb, porque pra aumentar a renda é mais difícil, pra aumentar a expectativa de vida é mais difícil, então a gente fez um trabalho na época e conseguimos aumentar bastante a nota do IDEB (Clodoaldo Rocha, 2024)

Ao analisarmos os dados do IBGE (2023) sobre Alagoinha do Piauí, observamos que em relação ao Ensino Fundamental Anos Finais o índice foi de 3.4 em 2009 para 4.0 pontos em 2011 em sua série histórica, escalando mais de 40 posições no *ranking* dos municípios do estado. Em 2009 ocupava a 101° posição e subiu para 59° em 2011, despencando para 163° posição em 2013, já sob a gestão de Pedro Otacilio (PSB). Quanto aos Anos Finais o IBGE não apresentou os dados de 2009 e 2011. O aumento nos indicadores do IDEB podem ter influenciado na elevação do IDH, já que o município ocupava a 133° em 2000 e passou a ocupar a 193° em 2010 no *ranking* do estado, os valores foram de 0,368 para 0,531 em dez anos. Além da educação, a renda e a longevidade também são levados em consideração para medir o IDH.

Ao ser indagada acerca de como avalia a gestão de Clodoaldo Rocha (PT), a colaboradora “Maria” (2024) responde: “Então, assim, esse negócio de escola era muito bom”. No entanto, ela ressalta que, em outras áreas, como o caso da saúde, nenhuma iniciativa relevante foi adotada pela administração. Em suas palavras: “Assim, em Alagoinhas eles nunca fizeram nada, mas sempre meu doutor eu fiquei com doutor Pedro, ele me consultando e tudo e tal. Por isso aí eu tinha meu médico certo. Mas esse negócio de saúde em Alagoinhas eles não fizeram nada”.

A percepção da colaboradora sobre a ausência de ações concretas na área da saúde pública municipal pode estar relacionada ao fato de ela não ter recorrido aos serviços do sistema público local. Conforme relata, sempre que necessitava de atendimento médico era assistida diretamente por Pedro Otacílio (PSB), que, além de ter sido candidato a prefeito em 2008, também exerce a profissão de médico. Já “Raimunda” (2024) relata ter poucas lembranças daquele período: “Eu tenho pouca recordação, porque era uma coisa que era mais, não tinha

acesso à internet, as informações, aí a gente sabia poucas coisas. Como eu moro em um lugar mais afastado. Os comentários era vareado".

A declaração de Raimunda (2024), de que não tinha acesso a informações sobre o funcionamento da gestão municipal, por morar distante do centro urbano e sem conexão com a internet, pode ser interpretada sob duas perspectivas. Por um lado, pode indicar um processo seletivo de memórias, no qual apenas aquelas consideradas significativas por ela foram acionadas para responder aos questionamentos. Por outro, esse isolamento pode refletir um distanciamento intencional em relação à gestão municipal vigente à época, motivado pelo fato de o prefeito em exercício não ser aquele em quem ela havia depositado seu voto. Essa seletividade da memória remete às reflexões de Paul Ricoeur (2007), para quem a memória não é apenas um repositório de fatos passados, mas um campo de disputas e reconstruções, sujeito a filtros afetivos, políticos e sociais. Assim, o que é lembrado, e o que é silenciado, está intrinsecamente ligado às posições ocupadas pelos sujeitos nos processos históricos.

Nessa mesma perspectiva, "Margarida" (2025) relata que, após a vitória de Clodoaldo Rocha (PT), esteve morando por um tempo em outra cidade, o que a impede de lembrar com precisão como se deu sua gestão. Além disso, posteriormente, na entrevista, faz questão de destacar as benfeitorias realizadas por Pedro Otacílio (PSB) durante seu mandato como prefeito, entre 2011 e 2016. A forma como organiza e valoriza suas lembranças nos remete a Alberti (2008, p. 171) quando ela diz que: "ao contar suas experiências, o entrevistado transforma o que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido". Em suas palavras:

> Mulher, pra falar sério, quando ele ganhou foi o tempo que até eu, eu fui, saí daqui, fui passar uns tempos em Marcolândia. Mas assim, é aquela coisa, você sabe que é você, é eu, é qualquer um, quando o partido da gente ganha é bom, que a gente caça meio de uma coisinha, um empreguinho, uma coisa, né. Aí sendo contra, fica mais difícil. Agora mesmo tá bom pra mim, que eu tenho meu empreguinho.
> Eu não lembro, mulher! Não lembro não, que eu passei uns tempos em Marcolândia, nesse tempo eu não lembro não, mas muda. É como eu quero te falar, muda mesmo, quando o partido da gente ganha é outra coisa.
> Eu achei que ele [Pedro Otacilio] fez muita coisa pela Alagoinha e pelo povo de Alagoinha. No mandato dele, nos 4 anos. Hoje tem posto de saúde no Amarelo, Serra Azul, São João, Serra velha, Barra do Olho D'água, foi tudo naquele mandato dele. Mas foi muito bom, ele fez muita coisa (Margarida, 2025).

O relato de Margarida (2025) demonstra ainda a percepção de que o morador só é beneficiado durante a gestão se tiver votado no candidato eleito, principalmente no que diz respeito a benefícios individuais, como a obtenção de um emprego. Essa perspectiva coincide com o que relata "Antônio" (2021) sobre ter sido prejudicado com a cassação, já que, durante

o mandato de Clodoaldo Rocha (PT), recebia uma quantia em dinheiro e, com a volta do outro grupo ao poder, deixou de ser beneficiado. Segundo suas próprias palavras:

> Nós todo mês tinha o dinheiro da feira aí quando perdeu, perdeu tudo. Perdeu ele e perdeu nós, cadê o dinheiro de fazer a feira! Aí não tinha pra onde correr, fiquemos aqui, apelando pra ver se chegava outro. Aí veio cinco ano de sofrimento, porque foi um que eles cassaram e quatro que Dr. Pedro comandou (Antônio, 2021).

O processo de cassação também pode ter influenciado na administração de Clodoaldo Rocha (PT), e não estamos nos referindo a perda do mandato em si, mas as disputas que ocorreram durante os três anos que a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) ficou aguardando julgamento pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE). Ao ser questionado se a cassação influenciou no resultado da eleição suplementar "José" (2021) declara:

> Sim, porque de certa forma foi uma das piores gestões que ocorreu em Alagoinha foi nessa época de doutor Clodoaldo. A única benfeitoria que ele fez, foi uma passagem molhada. Porque desde o início já começaram o processo de cassação, aí ele... pelo que falavam, ele começou a gastar muito pra não deixar ser tirado (José, 2021).

Os rumores acerca do prefeito não ter realizado benfeitorias relevantes, por estar utilizando os recursos financeiros que deveriam ser direcionados aos serviços públicos do município, também aparece no relato de "Antônio" (2021): "eles ficaram com ele na justiça os três ano que ele passou, aí como é que ele ia conseguir fazer nada. É igualmente se eu tô aqui em casa, aí eu tenho um dinheiro, eu adoeço, eu vou gastar aquele dinheiro com minha doença pra eu ficar bom, igualmente ele".

Da mesma forma, "José" (2021) relata que, por sua família não ter votado em Clodoaldo Rocha (PT), a estrada de terra que dar acesso a sua residência passou toda a gestão sem manutenção: "Foi essa época aí que lá em casa passou três ano sem ter sido feito a estrada, porque nós era do partido adversário" (José, 2021). O relato reforça a tese de que determinadas benfeitorias só beneficiariam os eleitores do candidato eleito.

Tendo em vista o que foi analisado, percebemos que a gestão de Clodoaldo Rocha (PT) foi marcada por desafios econômicos e políticos e, apesar das benfeitorias realizadas, muitas delas beneficiando somente uma parcela da população, seja por interesses eleitorais, seja por ficarem restritas a determinadas localidades ou à sede do município, o mandato do prefeito petista, cuja vitória nas eleições de 2008 marcou o retorno do "lado do PT" ao comando do município após oito anos, foi interrompido por uma decisão de impugnação, motivada por

acusações de captação ilícita de sufrágio e abuso de poder econômico, tema que será aprofundado nos tópicos seguintes.

4.2 Cassação de mandato: marcos legais, normativos e rito

A Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF/88) define que os prefeitos são responsabilizados pela prática de conduta ilícita a partir do tipo de infração que cometem, divididas em três esferas: civil, política e penal. Quando se trata de uma infração de aspecto civil são julgados pela Justiça Comum. Se enquadram na esfera civil, infrações contra as finanças públicas e atos de improbidade administrativa, não são classificadas como crimes e podem ou não acarretar em perda de mandato, sendo punidas geralmente com multas e outras restrições de direito (Pessoa, 2018).

Segundo Bruno Martins Pessoa (2018), na esfera puramente política a infração é julgada pela Câmara Municipal, são condutas político-administrativa conhecidas como *crime de responsabilidade*. O prefeito condenado por esse tipo de infração recebe somente sanções político-administrativas, como a perda do mandato e inabilitação para exercer função pública. Nesse caso, a denúncia poderá ser feita por qualquer eleitor que tiver provas da acusação. A acusação será dirigida ao presidente da Câmara, caso não seja ele o denunciante, se for passa o cargo para o vice-presidente. Em seguida é instaurada uma Comissão Processante (CP), após a fase de instrução, se a denúncia não for arquivada o prefeito é notificado para que possa apresentar suas alegações. O processo terá que iniciar em 5 dias após a instauração da CP, que opinará pela procedência ou improcedência da denúncia e solicitará ao presidente da Câmara a convocação de sessão de julgamento para deliberação em Plenário. Para que o prefeito seja cassado é necessário que 2/3 do total de vereadores votem favoráveis pela condenação em ao menos uma infração político-administrativa.

As infrações de aspecto penal são julgados pela Justiça Eleitoral. Podem ser denunciadas pelo Ministério Público, qualquer partido, coligação ou candidato. sob acusação de o mandato ter sido obtido com a prática de abuso de poder econômico, fraude ou corrupção no decorrer das eleições. Se comprovada a conduta ilícita a perda do mandato pode ocorrer logo após a eleição e a diplomação do candidato eleito como chefe do Executivo Municipal. Como se trata de uma infração eleitoral o processamento não tem nenhuma interferência do Legislativo Municipal, sendo competência exclusiva da Justiça Eleitoral, regulada pelo art. 14, § 10 e 11 da CF/88 e pela Lei Complementar nº 64/90 (Pessoa, 2018).

A CF/88 estabelece que o poder se encontra nas mãos do povo, que elege seus representantes de forma direta por meio das eleições. Essa soberania popular é exercida, conforme consta no art. 14, a saber:

> [...] pelo sufrágio universal e pelo voto direto secreto e direto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:
> I - plebiscito;
> II - referendo;
> III - iniciativa popular (Brasil, 1988, art. 14).

Portanto, meios que obstruam a garantia desse direito, como a captação ilícita de sufrágio, infração que se enquadra em corrupção eleitoral, devem ser penalizadas. Isso porque, segundo Fernanda Danielle Cavalcante Nogueira e José Herval Sampaio Junior (2015), o voto é um dos mecanismos mais importantes da expressão política do cidadão, nesse sentido a legislação eleitoral busca garantir que este seja exercido dentro dos parâmetros da lei.

Conforme a CF/88, o voto se torna o principal meio para garantir o direito de sufrágio[24]. "Voto não se confunde, portanto, com o sufrágio. Voto é o exercício do direito de sufrágio" (Nogueira; Sampaio Junior, 2015, p. 285). Assim como disposto no art. 234 do Código Eleitoral, "ninguém poderá impedir ou embaraçar o exercício do sufrágio".

Como captação ilícita de sufrágio entende-se, conforme a Lei nº 9.504/1997, art. 41-A, "ressalvando o disposto no art. 26 e seus incisos":

> [...] o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinqüenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Brasil, 1990).

Nesse sentido, se for comprovada a prática de algum dos atos ilícitos citados anteriormente, no decorrer do processo eleitoral, não sendo necessário que a compra de voto ocorra de fato, o candidato eleito estará sujeito a ter o seu mandato cassado. Destaca-se que, independentemente do resultado, ou seja, se o eleitor aceitou ou não a oferta, e se a proposta teve ou não a participação direta do candidato, o que é levado em consideração é a intenção de obtenção de vantagem e a interferência na liberdade de escolha do eleitor.

Segundo a Lei nº 9.504/1997, art. 41-A § 1º: "Para a caracterização da conduta ilícita, é desnecessário o pedido explícito de votos, bastando a evidência do dolo, consistente no especial

[24] "O sufrágio é o poder que dispõe o povo de participar da vida política do Estado" (Nogueira; Sampaio Junior, 2015, p. 281).

fim de agir" (Brasil, 1997). Para que o candidato seja responsabilizado basta que a conduta ilícita seja praticada com a sua anuência ou ciência.

Segundo Nogueira e Sampaio Junior (2015) o art. 41-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) passou também a considerar violência e grave ameaça ao eleitor a captação ilícita de sufrágio, em especial, se a conduta objetivar a garantia do voto. Na esfera criminal, essas condutas ilícitas nomeadas de "captação ilícita de sufrágio", como doar, oferecer, prometer ou entregar bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, desde o registro da candidatura ao dia da eleição, se enquadram no crime de corrupção eleitoral disposto no art. 299 do Código Eleitoral, nas modalidades ativa e passiva: "Ativamente, qualquer pessoa poderá ser sujeito do crime. Já a modalidade passiva, é exclusiva do eleitor" (Nogueira; Sampaio Junior, 2015, p. 286). Assim segue o texto da lei:

> Resolução nº 23.735, de 27 de fevereiro de 2024
> Art. 9º A prática de captação ilícita de sufrágio pode configurar corrupção para fins do § 10 do art. 14 da Constituição Federal, nos casos em que demonstrada a capacidade de a conduta comprometer a legitimidade e a normalidade das eleições (Brasil, 2024, art. 9).

Tanto o candidato como o eleitor pode responder pelo crime de corrupção eleitoral. O candidato que praticou o ilícito, conforme o art. 14 §10 da CF/88, poderá ter o mandato eletivo impugnado: "ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude". O eleitor poderá responder pelo crime com pena de reclusão de até quatro anos e pagamento de 5 a 15 dias multa por "dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita" (Brasil, 1965, art. 299).

Sendo observada a prática do ilícito com o consentimento ou conhecimento dos candidatos beneficiados como ocorre o processo de aplicações das sanções legais? Primeiro é preciso que saibamos que as sanções são aplicadas conforme o tipo de ação ajuizada. Caso o requerimento seja de uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE), a comprovação do ilícito acarreta conforme aponta o Código Eleitoral:

> Resolução nº 23.735, de 27 de fevereiro de 2024
> Art. 10.
> I -
> a) a cassação do registro ou do diploma da candidata ou do candidato diretamente beneficiada(o) pela interferência do poder econômico ou pelo desvio ou abuso do poder político ou dos meios de comunicação, com a consequente anulação dos votos obtidos (Código Eleitoral, art. 222; Lei Complementar nº 64/1990, art. 22, inciso XIV);

> b) a inelegibilidade por 8 (oito) anos, a contar da data do primeiro turno da eleição em que se tenha comprovado o abuso, das pessoas que tenham contribuído para sua prática e que tenham figurado no polo passivo (Lei Complementar nº 64/1990, art. 22, inciso XIV; Supremo Tribunal Federal, ADI nº 7.197/DF, DJe 7/12/2023);
> c) a comunicação ao Ministério Público Eleitoral (Lei Complementar nº 64/1990, art. 22, inciso XIV); e
> d) a determinação de providência que a espécie imponha, inclusive para a recomposição do erário se comprovado desvio de finalidade na utilização dos recursos públicos (Lei Complementar nº 64/1990, art. 22, inciso XIV; Tribunal, Superior Eleitoral, AIJE nº 0600814-85/DF, DJe 1º/8/2023) (Brasil, 2024)

No caso de a ação ajuizada ser Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME), conforme a Resolução nº 23.735, de 27 de fevereiro de 2024, art. 10, "II- (...) a procedência do pedido acarreta a cassação do mandato, com a consequente anulação dos votos obtidos (Código Eleitoral, art. 222; Constituição Federal, art. 14, § 10)". Sendo que, quando se trata das eleições municipais, compete aos juízos eleitorais apurar os ilícitos, tanto na AIJE quanto na AIME, conforme art. 3º-A § III da Resolução nº 23.735, de 27 de fevereiro de 2024, do Código Eleitoral.

Contudo, é com base em uma AIME que daremos procedência neste trabalho. Trata-se da AIME que resultou na cassação do Chefe do Executivo de Alagoinha do Piauí, eleito na eleição de 2008 sob acusação de captação ilícita de sufrágio e abuso de poder econômico, como veremos no tópico seguinte.

4.3 A cassação de Clodoaldo Rocha: contexto, causas e desdobramentos

Publicação da seção de política do jornal *O Dia* (2009) destaca que a corrupção eleitoral é comum em todas as regiões do país, na matéria do dia 08 de maio de 2009, a jornalista Mayara Bastos, com base em nota divulgada pelo representante da Associação Brasileira de Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais (APRAMPPE), Marlon Dias, e de acordo com o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), apura-se que essa prática, apesar de enraizada na política brasileira, vem sendo combatida de maneira mais efetiva.

> O levantamento mostra que nas eleições de 2000, apenas 40 prefeitos e 15 vereadores eleitos foram posteriormente cassados. Em 2004, o número saltou para 71 prefeitos e 73 vereadores. De acordo com o MCCE, até agora já foram cassados 238 prefeitos e 119 vereadores, eleitos em 2008 (Bastos, 2009, p. 03).

Essa informação sinaliza que o aumento nos números de cassações pode não ser reflexo do aumento da corrupção, mas devido a intensificação do combate a essas práticas pelo judiciário brasileiro. Em trecho citado pela jornalista, Marlon Reis (2009, p. 03) ressalta que:

“a corrupção eleitoral não manifesta sua força apenas em regiões menos desenvolvidas. Tem mais a ver com uma cultura patrimonialista do que com a distribuição de renda”, enfatizando que o que mudou foi que “até o ano de 2000, a Justiça eleitoral não atuava tanto na questão”.

Com base nesses apontamentos, podemos refletir acerca da cassação de Clodoaldo Rocha (PT), contextualizando-o no âmbito nacional. Se práticas eleitorais ilícitas ocorrem em todo território brasileiro, o caso de Alagoinha do Piauí não constitui um ato isolado, e a negociação do voto não estaria vinculada especificamente às condições sociais da população do município, à sua localização ou a sua extensão territorial.

Além disso, poderíamos levantar o questionamento: por que somente a partir de 2000 o judiciário tenha se voltado de maneira mais efetiva para esse tipo de crime? Teria relação com o contexto político brasileiro, já que, a partir de 2003 quem estava à frente do país era um governo liderado pelo PT, alinhado à esquerda? Essa “repressão mais efetiva”, como citado pelo representante da APRAMPPE, seria uma forma de tentar conter a expansão do partido, ou ocorreu porque o próprio partido ofertou meios para que as investigações fossem conduzidas de maneira mais efetiva? O fato é que, no Piauí, muitos políticos eleitos em 2008 tiveram seus mandatos cassados por diversos crimes previstos na legislação eleitoral, sendo alguns deles enquadrados como captação ilícita de sufrágio ou outras infrações de natureza penal, e julgados pela Justiça Eleitoral.

Após o resultado das eleições municipais de 2008, no Piauí foram registrados números elevados de cassações de prefeitos eleitos, que o jornal *O Dia* considerou um dos maiores da história do Brasil e da Justiça Eleitoral do Piauí. Em publicação de 21 de fevereiro de 2011 *O Dia* põe em destaque a seguinte manchete de capa: *TRE julga dois prefeitos hoje e tem mais de 90 na mira*. Na data citada, um dos prefeitos julgados foi Manoel Emídio, do município de Marcos Parente, que, juntamente com a “vice-prefeita Maria de Fátima Carnib de Castro Santos são acusados de captação ilícita de sufrágio, abuso de poder econômico e político” (Martins, 2011, p. 02). Ação, que, assim como em Alagoinha do Piauí, também foi movida pelo candidato que ficou em segundo lugar na disputa eleitoral.

O que nos chama mais atenção na manchete é o trecho: “*e tem mais 90 na mira*”. O resumo que acompanha o título ressalta que, desde a eleição de 2008, mais de 40 prefeitos foram cassados pela Justiça Eleitoral. Essas informações revelam um fenômeno de cassação em massa, cujos alvos eram os prefeitos eleitos nas eleições de 2008, números que levantam questionamentos acerca do que poderia estar acontecendo no estado.

Desde 2009, com a posse dos eleitos nas eleições municipais do ano anterior, teva início a uma série de denúncias sobre a prática de crimes eleitorais por candidatos eleitos ao cargo de

chefe do Executivo Municipal, *O Dia* repercute essas movimentações. Em publicação de 12 de março 2009, o repórter João Henrique Bezerra ressalta que 54 políticos estavam na mira da Justiça Eleitoral, acusados de crime eleitoral, sendo a maioria por compra de votos, cujas denúncias partiram de adversários políticos. Pela data da matéria e com base no que determina a CF/88, art. 14, §10 que prevê o prazo de 15 (quinze) dias para a interposição da AIME, contados da cerimônia solene de diplomação, torna-se perceptível que as ações movidas contra gestores municipais foram preparadas com antecedência, antes mesmo do resultado das eleições, configurando uma disputa de poder bem articulada.

Algumas dessas ações resultaram em cassação, outras não, e ao longo dos meses seguintes surgiram também novas denúncias, resultando em mais de 40 prefeitos cassados até fevereiro de 2011, como podemos observar no trecho a seguir:

> O Piauí tem até agora mais de 40 prefeitos eleitos em 2008 com mandatos cassados. **O número é um dos maiores do país e da história da Justiça Eleitoral piauiense**. Apesar do número significativo, apenas em 14 deles os prefeitos foram realmente afastados. Os demais mantém se no cargo por força de liminar. O número pode ser ampliado nos próximos dias. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) ainda tem pelo menos 93 gestores "na mira" das cassações [grifo nosso] (Martins, 2011, p. 03).

Muitos desses prefeitos conseguiram voltar ao cargo por meio de liminares após a cassação em primeira instância e, posteriormente, foram absolvidos pelo TRE/PI. Em pesquisa divulgada em 13 de fevereiro de 2012 pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) o Piauí aparece, juntamente com o estado de Minas Gerais, em primeiro lugar no número de prefeitos eleitos em 2008, que tiveram seus mandatos cassados, 29 prefeitos perderam o mandato nesses estados. No campo político brasileiro, 210 prefeitos foram cassados, sendo 22,8% por infração à legislação eleitoral, tendo a tentativa de compra de voto como a prática mais corriqueira, seguida do uso de materiais e serviços custeados pelo governo durante a campanha. Segundo dados apresentados pela CNM, no Piauí, 10 prefeitos foram cassados por Ato de Improbidade Administrativa, 1 por crime comum, 6 por Infração a Legislação Eleitoral, 6 por Infração Político Administrativa e, em outros 6 casos, não há informação sabre o motivo da cassação.

Dos 29 prefeitos cassados no estado, analisamos especificamente 6 cassações por Infração à Legislação Eleitoral. São eles o prefeito de Fronteiras, José de Freitas, Santa Cruz do Piauí, Francinópolis, Nossa Senhora dos Remédios, Pimenteiras, São Pedro do Piauí, Caracol e, por fim, Alagoinha do Piauí. Um dos casos é o que segue:

> Tribunal Superior Eleitoral cassou, em sessão que se estendeu até o início da noite desta terça-feira,06, por unanimidade, o prefeito de Caracol, a 600 km de Teresina, Isael Macedo Neto (PTB). A condenação foi motivada por crimes eleitorais cometidos por Isael Macedo no pleito de 2008. O TSE negou recursos impetrados pela assessoria jurídica do prefeito cassado. Nova eleição será marcada no município. O presidente da Câmara de Vereadores, Ligiê Carvalho Júnior (PSB), assume interinamente a prefeitura do município. 49 prefeitos piauienses já foram cassados no Piauí em processos relacionados às eleições municipais de 2008 (TSE [...], 2011).

Nem todas as cassações se deram por captação ilícita de sufrágio, o que não interfere na problemática em torno do alto número de mandatos cassados, e de vários outros ainda aguardando julgamento. Mesmo que muitos prefeitos tenham conseguido liminar para se manter no cargo, a quantidade de ações acatadas pela Justiça Eleitoral nos leva a questionar o por que esse número expressivo ocorreu no Piauí e, especificamente nas eleições de 2008.

Em se tratando das ações movidas, principalmente aquelas cujo requerente é o candidato derrotado, entendemos que elas possuem relação com a disputa de poder no campo político que estão inserido. Não conformados com a derrota, e provavelmente já se articulando antes mesmo do resultado nas urnas, recorrem a artifícios legais para retirar o adversário do poder e a ele ascender.

Para que a cassação seja efetivada, é necessária a comprovação das infrações, o que nos leva a considerar que elas tenha, de fato, ocorrido. Além disso, mesmo que todas as ações movidas não tenham resultado em cassação, esse alto volume de denúncias, que, em alguma medida, ocorre devido as disputas para conservar ou transformar a posição dos sujeitos envolvidos no espaço social em que vivem e atuam, resultou nesse fenômeno nada positivo para o Piauí.

Ao longo da matéria de fevereiro de 2011, *O Dia* apresenta várias cidades que já haviam realizado eleições suplementares, como é o caso de Pimenteiras, Francinópolis, Barras – primeira a realizar a escolha de novos gestores, ainda em 2010 – Oeiras, Dom Expedito Lopes, entre outras, reiterando que:

> a “onda de cassações” ainda não tem data para terminar. O presidente do TRE em 2011, desembargador Raimundo Eufrásio, frisou que o Tribunal está apenas “cumprindo seu papel”, fazendo com que o processo de escolha se dê com lisura e respeitando a vontade popular (Martins, 2011, p. 03).

As decisões de cassação vieram acompanhadas de eleições suplementares em grande parte dos municípios, o que permitiu aos candidatos derrotados em 2008 terem uma nova chance de se eleger. Não podemos ignorar esse fato e tratá-los como uma coincidência, isso

porque é possível perceber estratégias muito bem elaboradas nessas AIMEs para que os derrotados nas eleições de 2008 consigam ascender ao poder, vencendo as novas eleições.

É nesse contexto que se insere o caso de Alagoinha do Piauí. Após a Solenidade de Posse e as medidas iniciais adotadas pela gestão que foi eleita para o mandato 2009 a 2012, assistimos à desestruturação do efetivo exercício político do Executivo Municipal, em razão da aparição de fatores que comprometeram a incumbência dos gestores eleitos. Em 2008, como vimos, Clodoaldo Rocha (PT) foi eleito prefeito do município de Alagoinha do Piauí, tendo como vice-prefeito Francisco João (PT), o Nini. No entanto, sua eleição foi contestada por Pedro Otacílio de Sousa Moura, candidato derrotado no mesmo pleito, que, representado por seus advogados, ajuizou uma AIME. A petição foi fundamentada em acusações de captação ilícita de sufrágio**,** mais conhecida como compra de votos**,** nos termos do artigo 41-A da Lei nº 9.504/97**,** que trata das normas das eleições, alegando que Clodoaldo Rocha (PT) e seu grupo teriam oferecido dinheiro em troca de votos e, também, para que eleitores se abstivessem de votar em outros candidatos (Piauí, 2010).

Como os possíveis atos ilícitos cometidos se enquadrariam em infração eleitoral o processo de impugnação ocorreu na Justiça Eleitoral. Isso porque assim como declara Bruno Martins (2018), a CF/88 ao dividir as competências para julgar os chefes do Executivo com base na infração cometida, estabeleceu que competirá ao Poder Judiciário julgar as infrações de natureza penal e civil, como vimos no tópico anterior. Quando se trata das eleições municipais a competência originaria para a apuração dos ilícitos na AIME será dos juízos eleitorais.

A sentença da Juíza Eleitoral da 29ª Zona Eleitoral do Piauí, Nilcimar Rodrigues de Araújo Carvalho, julgou parcialmente procedente a AIME, cassando os mandatos de Clodoaldo Rocha (PT) e do vice-prefeito Francisco João de Carvalho (PT). Conforme descrito no Acordão Nº 5227419 (2010) a decisão da magistrada foi baseada em cinco depoimentos testemunhais, considerados consistentes, que relataram a oferta de dinheiro em troca de votos ou em troca de abstenção, com intermediação de cabos eleitorais, incluindo um senhor identificado como Valdemar, apontado como ligado politicamente ao prefeito eleito. O mesmo homem também foi citado pelo colaborador Raimundo (2019) como possível cabo eleitoral do grupo de Clodoaldo Rocha (PT): “Valdemar, que é o ‘pula pau’ que nós chama, correu na casa de Clodoaldo [e falou]: nós perdemos a política para Pedro Otacílio, pode se virar. Aí foi quando Clodoaldo endoidou e tacarão no meio do mundo com dinheiro”. Não temos como afirmar que ocorreu, de fato, essa compra de votos e se o senhor citado como Valdemar esteve envolvido, mas a Ação Cautelar (2010) cita o seguinte trecho da decisão da Juíza Nilcimar Carvalho, ao cassar Clodoaldo Rocha (PT) e Nini (PMDB) em primeira instância:

> Entendo que existem provas suficientes da prática de captação ilícita de sufrágio. Com efeito, há nos autos cinco depoimentos de testemunhas que confirmam que os impugnados, Prefeito e Vice-Prefeito direta e indiretamente, no pleito eleitoral de 2008, realizaram compra de voto através de oferta de dinheiro para votar ou se abster de votar, conforme trechos citados acima.
> [...]
> Ao primeiro impugnado CLODOALDO DE MOURA ROCHA, por tudo que acima foi relatado e demonstrado, tenho como reconhecido a conduta ilícita tipificada no Artigo 41-A da Lei n° 9.504/97. **Ora ofertando, ora prometendo vantagens econômicas aos eleitores para que votassem nele ou se abstivessem de votar no candidato opositor, intermediado na maioria das vezes por uma pessoa a qual/ mantinha ligações políticas com o impugnado, como o Sr. Valdemar. A prova testemunhal** produzida sob o crivo do contraditório, acima já mencionada, evidenciou de maneira inconteste e conclusiva que, o requerido, **ora pessoalmente, ora por intermédio de cabo eleitoral, cooptou ilicitamente votos de eleitores em troca de dinheiro, como também em troca de abstenção**, violando na norma contida no artigo 41-A da Lei das Eleições. O artigo 41-A da Lei n" 9.504/97 retrata uma ação de mera conduta, sem nenhuma necessidade de prova de potencialidade lesiva, pois basta o fim de obter o voto [grifo nosso] (Piauí, 2010, p. 04).

O trecho acima, em grifo, menciona que com base em prova testemunhal teria sido comprovado a oferta ou promessa de vantagens econômicas por parte dos candidatos ou intermediários, em troca de voto ou abstenção de voto no candidato opositor. Poderia existir a possibilidade dessas testemunhas terem sido forjadas pelos adversários dos eleitos, no sentido de prestarem falso testemunho, crime previsto no artigo 342 do Decreto-lei 2.848/ Código Penal (1940), mas não teríamos como comprovar tal conduta.

Diante das provas arroladas no processo[25], que segundo a Juíza Eleitoral foi produzida sob o crivo do contraditório, a magistrada entendeu que os depoimentos demonstravam de forma incontestável e conclusiva que Clodoaldo Rocha (PT), diretamente ou por terceiros, havia cooptado eleitores de forma ilícita, violando a liberdade do voto e configurando a conduta prevista no artigo 41-A da Lei das Eleições. Dessa forma, decretou a perda dos mandatos eletivos do prefeito e vice-prefeito, determinando o afastamento imediato dos dois, com posse do presidente da Câmara Municipal até novas eleições. O afastamento também do vice-prefeito, Nini (PMDB), se deu porque a porcentagem de votos, da chapa eleita, foi superior a 51%. No relatório anexado ao Acordão Nº 5227419, publicado no *Diário de Justiça Eletrônico do TRE-PI,* com a decisão sobre o pedindo de suspenção da sentença ajuizada Clodoaldo Rocha (PT), é exposto:

[25] Não conseguimos acesso aos autos do processo para possível analise dessas provas testemunhais, embora tenhamos realizado busca no Jus Brasil, o processo correu em segredo de justiça e após sua conclusão não foi disponibilizado para acesso público.

> Na mencionada decisão (fls. 13/40), a MMª. Juíza da 29ª Zona Eleitoral rejeitou as preliminares arguidas e, no mérito, entendeu haver prova inconteste e conclusiva de que o requerido, ora pessoalmente, ora por intermédio de cabo eleitoral, cooptou ilicitamente votos de eleitores em troca de dinheiro, como também em troca de abstenção, violando norma contida no art. 41-A da Lei das Eleições. Dessa forma, decretou a perda dos mandatos eletivos dos impugnados Clodoaldo de Moura Rocha e Francisco Joao de Carvalho, respectivamente, prefeito e vice-prefeito, determinando o afastamento imediato do requerente do cargo de Prefeito e a posse do Presidente da Câmara Municipal até a realização de novas eleições (Piauí, 2010, p. 04).

Alguns portais noticiaram a cassação. O *GP1,* em texto breve, publicado dia 23 de dezembro de 2009, destaca que a justiça cassou o mandato do prefeito e do vice de Alagoinha do Piauí, afirmando que "a cassação foi motivada por captação ilícita de sufrágio (compra de votos)". Com base na Lei das Eleições, o Tribunal Superior Eleitoral, em seu Glossário Eleitoral, define captação ilícita de sufrágio como "o ato de o candidato oferecer vantagens ao eleitor com fim de obter-lhe o voto".

O portal *Cidadeverde.com,* ao noticiar o caso, não declara com veemência a causa da decisão, apresentando-a apenas como possibilidade: "a cassação teria sido motivada por captação ilícita de sufrágio (compra de votos)" (Lima, 2009). O jornalista Fábio Lima (2009) ressalta ainda que o advogado de Clodoaldo Rocha (PT), Germano Tavares Pedrosa e Silva, declarou ter a pretensão de recorrer a decisão para que o prefeito retomasse o cargo até o julgamento do caso pelo TRE-PI. Segundo o jornalista, "ele não quis se antecipar sobre os pontos que serão contestados, mas garantiu que também pedirá o retorno de Clodoaldo ao cargo enquanto o caso não é julgado no Tribunal Regional Eleitoral" (Lima, 2009).

Isso porque, ao acatar a AIME, ajuizada por Pedro Otacílio (PSB) e cassar o mandato do prefeito e vice-prefeito, a juíza determinou que o presidente da Câmara fosse empossado como prefeito interino até a realização do novo pleito, que deveria ocorrer em 90 dias. Quem presidia a Câmara Municipal de Alagoinha do Piauí no momento da decisão era a vereadora Maria de Lourdes Silva, a Lurdinha (PTB). Ela havia sido eleita com 705 votos, que correspondeu a 13,38% dos votos válidos. resultado que lhe garantiu a presidência da Câmara por ter sido a vereadora mais votada nas eleições de 2008.

Entretanto, segundo o portal *O Tempo,* a vereadora Lurdinha (PTB) não conseguiu adentrar os muros da prefeitura, tendo que realizar os despachos da calçada porque o prefeito recém cassado, Clodoaldo Rocha (PT), evadiu da cidade portando as chaves do prédio da prefeitura. Em texto publicado no dia 28 dezembro de 2009 e atualizado em 26 abril 2013, *O Tempo* discorre:

> A prefeita interina de Alagoinha do Piauí, a presidente da Câmara Municipal, vereadora Maria de Lourdes Silva, a Lurdinha (PSB), está despachando numa mesa instalada na calçada em frente à prefeitura, porque o prefeito Clodoaldo de Moura Rocha (PT), que foi cassado acusado de abuso de poder econômico e compra de votos, fechou a prefeitura e fugiu com as chaves do prédio (Prefeita [...], 2009).

A justificativa apresentada por Clodoaldo Rocha (PT) ao portal *O tempo* para ter saído da cidade portando as chaves da prefeitura, é a de que ele não havia sido comunicado oficialmente da decisão, além do Acordão não ter sido publicado no *Diário Oficial de Justiça*, apenas tendo sido protocolado no Cartório Eleitoral. Por isso, tendo em vista que seus advogados já estavam recorrendo da decisão para que ele retomasse o cargo, Clodoaldo Rocha (PT) se recusou a entregar as chaves da sede do município para a prefeita interina, a vereadora Lurdinha (PTB). Assim segue o trecho da matéria:

> O prefeito cassado de Alagoinha Clodoaldo Rocha disse que não foi notificado da decisão, não houve publicação do acórdão e por isso não tinha passado o cargo para a presidente da Câmara. Além do mais, ele alegou que seus advogados estavam recorrendo da decisão que resultou em sua cassação e também do mandato do vice-prefeito, Francisco João de Carvalho (Prefeita [...], 2009).

Um dos advogados de Clodoaldo Rocha (PT), Germano Silva, argumentou ao Portal *Cidadeverde.com*, em matéria publicada no dia 29 de dezembro de 2009, que além da decisão ter sido protocolada no período de recesso natalino, quando, conforme portaria da Corregedoria-Geral do TER, os cartórios, nessa época do ano, devem funcionar apenas em regime de urgência, de 8 horas às 12 horas, a decisão foi protocolada somente às 15 horas. Ele acrescentou, ainda, que a juíza não teria realizado o exame de potencialidade, necessário para verificar a interferência no resultado das eleições, já que a AIME, conforme a Lei das Eleições, exige que sua fundamentação apresente tal requisito.

Como vimos anteriormente, a magistrada não teria percebido a necessidade de verificação da potencialidade lesiva. Isso porque, conforme descrito em sua decisão: "o artigo 41-A da Lei nº 9.504/97 retrata uma ação de mera conduta, sem nenhuma necessidade de prova de potencialidade lesiva, pois basta o fim de obter o voto" (Piauí, 2010). Ou seja, segundo ela, quando se trata de compra de votos, a prática por si só já é ilegal, não sendo preciso provar que causou danos ou influenciou o resultado da eleição. Contudo, Márcio Schiefler Fontes e Alexandre Melchior Rodrigues Filho (2011) verificam que o posicionamento de muitos autores e tribunais é quase unânime quanto à necessidade da análise de potencialidade lesiva das condutas ilícitas pelo magistrado que julga a AIME.

Nesse sentido, vale ressaltar que a AIME deve ser fundamentada em qualquer ação ilícita praticada por candidatos que se enquadre no texto da Constituição. As infrações relacionadas a abuso de poder econômico, corrupção ou fraude devem, de forma imprescindível, passar por um processo de verificação que comprove se essas práticas interferiram ou não no resultado das eleições. Segundo Fontes e Rodrigues Filho (2011, p. 05):

> De toda forma, não parece mesmo ser caminho adequado restringir a jurisdição eleitoral a, simplesmente, reconhecer determinada conduta genérica como atentatória às normas legais e, com isso, vincular a conclusão a uma reprimenda que, frequentemente, vem a ser nada menos que a cassação do mandato do candidato eleito.

Não conseguimos encontrar a decisão de cassação em primeira instância no *Diário de Justiça Eletrônico* do TRE-PI, nem em qualquer outro órgão oficial da Justiça Eleitoral disponibilizado de forma eletrônica, o que confirma a afirmação do requerido, Clodoaldo Rocha (PT), acerca da não publicação em diários oficiais. Mas, mesmo que não tenha sido publicado nos dias subsequentes, tendo em vista que, como apontaram os portais, a juíza inferiu a decisão em 23 de dezembro de 2009, no início do recesso de fim de ano, entendemos que não justificaria a fuga com as chaves da prefeitura. Essa "fuga pela tangente", se assim podemos chamar, pode não ter sido apenas um reflexo de negação da decisão, mais uma estratégia para impedir que o grupo opositor retomasse gradualmente o poder. Como Lurdinha fazia parte do grupo adversário, Clodoaldo Rocha (PT), não permitiu que tomassem o comando do município, impedindo que a prefeita interina adentrasse os muros da prefeitura, sede do Poder Executivo Municipal e, por isso, símbolo de poder.

Diante da decisão, o prefeito Clodoaldo Rocha (PT) ajuizou uma Ação Cautelar com pedido de liminar (Processo nº 52274-19.2009.6.18.0000), buscando a suspensão dos efeitos da sentença da AIME, enquanto tramitava o recurso apresentado ao TRE-PI. A defesa, composta pelos advogados Germano Tavares Pedrosa e Silva, Gianna Lúcia Carnib Barros e outros, sustentou que a decisão de primeiro grau precisava de provas robustas, já que se baseava apenas em depoimentos contraditórios, sem provas materiais ou elementos de corroboração. Além disso, argumentou que a sentença não analisou a potencialidade lesiva da conduta para influenciar o resultado do pleito, o que, segundo precedentes do TSE, é necessário para configurar a cassação do diploma. Esse ponto, é citado no relatório do Acordão Nº 5227419:

> Trata-se de Ação Cautelar, com pedido de liminar, ajuizada por CLODOALDO DE MOURA ROCHA, eleito para o cargo de prefeito do município de Alagoinha do Piauí/PI, no pleito de 2008, objetivando emprestar efeito suspensivo ao recurso interposto em face da sentença de parcial procedência do pedido, proferida em Ação de Impugnação de Mandato Eletivo ajuizada por Pedro Otacilio de Sousa Moura,

> candidato a prefeito, com fundamento em supostas condutas configuradoras de abuso do poder econômico e captação ilícita de sufrágio. Na mencionada decisão (fls. 13/40), a MM§. Juíza da 29§ Zona Eleitoral rejeitou as preliminares arguidas e, no mérito, entendeu haver prova inconteste e conclusiva de que o requerido, ora pessoalmente, ora por intermédio de cabo eleitoral, cooptou ilicitamente votos de eleitores em troca de dinheiro, como também em troca de abstenção, violando norma contida no art. 41-A da Lei das Eleições. Dessa forma, decretou a perda dos mandatos eletivos dos impugnados Clodoaldo de Moura Rocha e Francisco Joao de Carvalho, respectivamente, prefeito e vice-prefeito, determinando o afastamento imediato do requerente do cargo de Prefeito e a posse do Presidente da Câmara Municipal até a realização de novas eleições. O requerente sustenta o cabimento da presente ação cautelar para conferir efeito suspensivo ao recurso interposto, ao tempo em que assevera a presença dos requisitos necessários para o deferimento e confirmação da liminar pleiteada. Alega que a presença do *fumus boni juris* está na plausibilidade de vir a ser provido o recurso pelo Tribunal Regional Eleitoral e que o *periculum in mora* afigura-se pela necessidade de evitar a sucessiva alternância de poder e o seu efeito instabilizador da máquina administrativa, tendo em vista que o requerente foi afastado do cargo de prefeito, dando-se posse ao Presidente da Câmara Municipal até a convocação de novas eleições. Aduz que não houve a devida intimação da sentença proferida pela MM**. Juíza Eleitoral, uma vez que a decisão somente foi publicada em cartório, o que não se admitiria após o período eleitoral (Piauí, 2010, p. 04).

O trecho acima demonstra que a defesa Clodoaldo Rocha (PT), no pedido de suspenção da decisão da Juíza da 24º Zona Eleitoral, ressaltou o risco de instabilidade política e administrativa decorrente da alternância no comando do Executivo municipal, já que a sentença previa a posse imediata do presidente da Câmara Municipal e a realização de novas eleições. Foi apontado que a execução da sentença, sem efeito suspensivo ao recurso, causaria prejuízo irreversível ao prefeito eleito e à continuidade da gestão pública, configurando o *periculum in mora,* o risco de dano irreparável ou de difícil reparação. Já o *fumus boni iuris,* seria demonstrado pela possibilidade de reforma da sentença, diante da suposta fragilidade probatória e da jurisprudência aplicada (Piauí, 2010).

Quanto a nulidade dos votos obtidos pelos impugnados, a magistrada assegurou:

> Punindo-se a captação ilícita de sufrágio, objetiva-se proteger a liberdade do voto, a liberdade do eleitor, caracterizando-se mesmo quando o ato infrator seja desinfluente para o resultado das eleições, ou seja, não se exige potencialidade lesiva, Neste caso, a cassação do mandato poderia ocorrer mesmo quando não questionada a vitória eleitoral em si, desde que um único eleitor seja, comprovadamente, objeto da conduta prevista no art. 41-A da lei n° 9,504/97 ou no inciso I, do art. 73, da mesma Lei, como ocorreu no caso em análise (Piauí, 2010, p. 04).

O requerido, Pedro Otacílio, contestou a ação movida por Clodoaldo Rocha (PT), alegando, preliminarmente, ausência de litisconsórcio ativo necessário, por não incluir o vice-prefeito como autor da ação, além de inépcia da petição inicial, pela falta de nomeação e qualificação dos réus. No mérito, afirmou que a sentença da AIME estava bem fundamentada e demonstrava a prática de abuso de poder econômico e captação ilícita de sufrágio com

potencialidade lesiva, e que a permanência do prefeito e vice-prefeito no cargo contrariava o interesse público. Assim descrito no Acordão Nº 5227419:

> O requerido Pedro Otacilio de Sousa Moura contestou o pedido, as fls. 113/130. Alega, em preliminar, a ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento valido e regular do processo, bem como de requisito imprescindível da petição inicial, tendo em vista que a ação cautelar foi ajuizada apenas pelo requerente, desacompanhada do litisconsorte ativo necessário, qual seja, o vice-prefeito, e que na inicial não foi nominada e qualificada a pessoa contra quem o autor litiga (Piauí, 2010, p. 04).

O Ministério Público Eleitoral, por meio do Procurador Regional Eleitoral, Dr. Marco Aurélio Adão, manifestou-se favoravelmente ao pedido do prefeito Clodoaldo Rocha (PT), opinando pela concessão da medida cautelar e pela confirmação da liminar já deferida durante o recesso. O relator do processo no TRE-PI, Juiz Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira, rejeitou as preliminares, destacando que a coautoria do processo com o vice-prefeito não era exigível, pois o efeito da decisão judicial é indivisível e, portanto, beneficiaria ambos. Sobre a suposta inépcia da petição inicial, o relator concluiu que a omissão de nomes e qualificações no corpo do pedido não comprometeu o andamento do processo, já que os réus foram devidamente identificados e citados.

motivo pelo qual a ação foi proposta, o relator destacou que, em situações excepcionais, a jurisprudência permite a suspensão temporária dos efeitos de um recurso eleitoral por meio de Ação Cautelar, desde que fique demonstrada a plausibilidade do pedido e o risco de prejuízo caso haja demora na decisão. Nesse contexto, considerando que a sentença da AIME se baseava exclusivamente em prova testemunhal e que a juíza de primeira instância havia dispensado a análise de potencialidade lesiva, ponto controverso na jurisprudência, o relator entendeu que havia relevância jurídica na tese da defesa e que a medida era necessária para evitar prejuízo maior à gestão pública municipal, como expressa no relatório do Acordão:

> No mérito, sustenta a ausência de plausibilidade jurídica do recurso interposto pelo requerente, em síntese, por restarem provados nos autos da AIME que a eleição do ora requerido foi maculada pela pratica de abuso de poder econômico e captação ilícita de sufrágio, com demonstração da potencialidade lesiva da conduta para influenciar o resultado do pleito. Assevera, ainda, que a permanência do requerente no cargo de Prefeito configura periculum in mora inverso argumentando que o prejuízo para a sociedade excede o próprio dano que se quer evitar com a suspensão dos efeitos da sentença, pois esta terá que suportar a permanência do requerente no exercício do mandato ilegitimamente obtido (Piauí, 2010, p. 04).

Assim, o TRE-PI, por unanimidade, concedeu o pedido de Clodoaldo, confirmando a liminar que suspendia os efeitos da sentença da AIME. Com isso, foram restituídos aos cargos

de prefeito e vice-prefeito Clodoaldo Rocha (PT) e Nini (PMDB), até o julgamento final do recurso principal. A decisão foi proferida na sessão do TRE-PI realizada em 24 de maio de 2010, presidida pelo Desembargador Raimundo Eufrásio Alves Filho, com participação dos juízes Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Valter Ferreira de Alencar Pires Rebelo, Pedro de Alcântara da Silva Macedo e Luiz Gonzaga Soares Viana.

Assim segue a decisão:

> RESOLVEU o Tribunal, a unanimidade, nos termos do voto do relator e em consonância com o parecer ministerial exarado as fls. 143/141 dos autos, rejeitar as preliminares arguidas, para, no mérito, deferir o pedido, confirmando a medida liminar, para atribuir efeito suspensivo ao recurso interposto, suspendendo os efeitos da sentença da Juíza Eleitoral da 29ª Zona/PI nos autos da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo ne 01/2009, restituindo ao requerente, e, em razão da indivisibilidade do título judicial, ao Vice-Prefeito, Francisco Joao de Carvalho, os respectivos mandatos (Piauí, 2010, p. 10)

O Portal *Tribuna* publicou uma matéria em 30 de dezembro de 2009, atualizada em 19 de janeiro 2013, informando que nove dias após a decisão da juíza eleitoral em primeira instância, o prefeito cassado retornou ao cargo por meio de uma liminar concedida pelo desembargador do TRE-PI:

> Nove dias depois de ter o mandato cassado, o prefeito de Alagoinha do Piauí (PI), Clodoaldo de Moura Rocha (PT), retornou ao cargo por força de uma liminar concedida pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Raimundo Eufrásio Alves. O prefeito foi acusado de compra de votos e abuso de poder econômico e, depois disso, sumiu do município trancando a prefeitura e levando as chaves. O desembargador diz que a sentença de primeiro grau contraria resolução do Conselho Nacional de Justiça e normas do Tribunal Eleitoral (Agência Estado, 2009).

Com base na data da matéria e nas informações nela apresentadas, é possível perceber que Clodoaldo Rocha (PT) e Nini (PT) haviam retornado aos seus cargos por decisão do TRE-PI poucos dias após a cassação em primeira instância. A confirmação da medida aconteceu após a contestação apresentada por Pedro Otacílio (PSB), que questionava a suspensão dos efeitos da sentença proferida pela Juíza Eleitoral da 29ª Zona do Piauí, nos autos da AIME n° 01/2009. Ao terem seus cargos restituídos, permaneceram em seus mandatos até 2 de agosto de 2011, quando em sessão extraordinária o recurso da defesa foi negado, mantendo a cassação dos mandatos e determinando a realização de eleição suplementar, decisão descrita a seguir:

> RESOLVEU o Tribunal, à unanimidade, nos termos do voto do relator e em consonância com o parecer do douto Procurador Regional Eleitoral exarado às fls. 1414/1432 dos autos, rejeitar as preliminares arguidas e, no mérito, à unanimidade, nos termos do voto do relator, em consonância parcial com o parecer verbal do douto

> Procurador Regional Eleitoral que retificou, em parte, o parecer escrito, **conhecer e negar provimento ao recurso interposto por Clodoaldo de Moura Rocha, para manter o dispositivo da sentença de primeiro grau, que desconstituiu os mandatos de Clodoaldo de Moura Rocha e de Francisco João de Carvalho, respectivamente, Prefeito e Vice-Prefeito de Alagoinha do Piauí/PI, eleitos no pleito de 2008**, e conhecer e negar provimento ao recurso adesivo interposto por Pedro Otacílio de Sousa Moura e pela Coligação "TRABALHO, COMPROMISSO E UNIÃO". RESOLVEU, ainda, determinar a realização de novas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito no referido município, na modalidade direta, nos termos do art. 224 do Código Eleitoral [grifo nosso] (Brasil, 2011, p. 08).

A decisão de cassação teve como fundamento a análise das provas reunidas nos autos, que indicaram a prática de captação ilícita de sufrágio e abuso de poder econômico por parte do então prefeito e vice-prefeito eleitos em 2008. O Tribunal negou o recurso interposto pela defesa de Clodoaldo Moura (PT), confirmando a sentença de primeira instância e determinando a realização de novas eleições. Na publicação da decisão no *Diário da Justiça Eletrônico*, em 9 de agosto de 2011, consta o seguinte trecho:

> As provas colhidas nos autos demonstram que **o recorrente e seu vice praticaram captação ilícita de sufrágio e abuso de poder econômico** com o fim de serem eleitos aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito de Alagoinha/PI nas eleições de 2008, **pois revelam que houve a oferta de dinheiro e/ou benesses a vários eleitores a fim de que votassem nos mesmos ou se abstivessem de votar nos seus adversários políticos, inclusive com retenção de título eleitoral e documento de identidade em alguns casos** [grifo nosso] (Piauí, 2011, p. 06).

O trecho acima, que apresenta pontos que acarretaram na decisão de cassação, sugere a prática de tentativa de compra de votos e abuso de poder econômico por parte de Clodoaldo Rocha (PT) e Nini (PMDB). O abuso de poder econômico é uma conduta que infringe o princípio da legalidade dos pleitos eleitorais e se caracteriza segundo Nogueira e Sampaio Junior (2015) pelo uso indiscriminado de recursos materiais e humanos em benefício de determinado candidato, desequilibrando as eleições.

O trecho da decisão, em grifo, apresenta um ponto que nos chamou mais atenção, ao ofertarem dinheiro ou benesses a negociação poderia ser feita não só em troca do voto bem como também para que o eleitor não votasse no candidato opositor. Como vimos no capítulo anterior, os relatos dos colaboradores entrevistados demonstraram a possibilidade de uma cultura política de fidelidade a determinado grupo político, consolidado no município. Nesse sentido, o *habitus* do eleitor ao não se sentir à vontade para votar no "lado do PT" poderia somente se abster de votar em Pedro Otacilio (PSB). Mas, caso tenha existido esse tipo de prática e a proposta tenha sido aceita, de que maneira poderia garantir que o leitor não iria votar

no dia da eleição? A decisão do TRE-PI cita: “inclusive com retenção de título eleitoral e documento de identidade em alguns casos” (Brasil, 2011, p. 06).

Ao reter o título eleitoral e o documento de identidade, em casos de pessoas que não possuam outros documentos com foto, poderia impedir que esse eleitor votasse. Vale lembrar que, em 2008, ainda não existia o título digital (*e-Título)*, que garante a identificação de eleitores que já realizaram o cadastro biomédico e possuem foto no aplicativo. Se essas retenções de documentos necessários no dia da votação tenha ocorrido de fato, não dispomos de embasamento inerente para afirmar.

Contudo, a colaboradora “Maria” (2024), ao ser questionada se algum candidato ofertou algo em troca do seu voto, relatou que pessoas que trabalhavam pra Clodoaldo Rocha (PT) foram até sua residência, na campanha eleitoral de 2008, como o objetivo de pedir voto, mas quando ela afirmou que votaria em Pedro Otacílio (PSB), ofereceram dinheiro em troca de seus documentos, impedindo-a de votar: “Ele não, as pessoas que trabalhava pra ele, pra Clodoaldo. Dinheiro e prender os documentos pra não ir votar em Dr. Pedro. Queria prender meu título e queria que eu me vendesse pra eles, só que eu não me vendi” (Maria, 2024).

Como se trata de um relato imbuído de subjetividade, já que a colaboradora deixa muito claro que sempre votou do “lado de Braz” e possui afeição pelo então candidato Pedro Otacilio (PSB), “não é porque eu gosto desse partido que eu queira falar que ele é bom e tudo. Eu voto nele porque eu sempre votei, pra mim é como se fosse uma pessoa da família”. Portanto, poderia possuir interesse em afirmar que o “lado do PT” tentou comprar seu voto.

Analisamos seu relato de maneira a não afirmar que se trata de uma verdade absoluta. Entretanto, em confronto com o trecho da decisão de cassação citada anteriormente, entendemos que essa prática ou tentativa pode ter ocorrido, com anuência dos candidatos do “lado do PT”, mesmo que ofertada somente a alguns eleitores. Cabe ressaltar que tais práticas poderiam também ter sido utilizadas, com artimanhas semelhantes, pelo grupo político de Pedro Otacílio (PSB).

Conforme a sentença do TRE-PI, os impugnados praticaram captação ilícita de sufrágio, mesmo que os candidatos beneficiados não tenham participado de forma direta, já que essa não é uma exigência da atual jurisprudência do Tribunal, “bastando o consentimento, a anuência, o conhecimento ou mesmo a ciência dos fatos que resultaram na prática do ilícito eleitoral, elementos esses que devem ser aferidos diante do respectivo contexto fático” (Brasil, 2011, p. 06-07), conduta que se enquadra como corrupção eleitoral conforme art. 14, § 10, da CF/88, e abuso de poder econômico. Assim, sendo comprovada a potencialidade lesiva nos atos praticados, já que:

> Os fatos provados nos autos estão a demonstrar a existência de organização voltada a beneficiar ilicitamente a candidatura dos demandados**, levando à inequívoca constatação de que os ilícitos tiveram potencialidade suficiente para influenciar as eleições em favor dos impugnados**, principalmente levando em conta as peculiaridades de um município pobre do interior do Piauí [grifo nosso] (Brasil, 2011, p. 07)

Uma das razões pela qual a defesa de Clodoaldo Rocha (PT) realizou a interposição de recurso com o objetivo de suspender a sentença da MMª. Juíza Eleitoral, era a ausência de demonstração de potencialidade lesiva. Na decisão de impugnação a MMª. Juíza Eleitoral afirma não haver necessidade de prova de potencialidade lesiva, como já citamos anteriormente. Contudo, ao restituir o cargo aos impugnados, até a análise em decisão de maio de 2010, o TRE-PI considerou que, nesse caso, deveria ser verificada potencialidade lesiva, sendo confirmada pelo Tribunal na decisão final, como citado no trecho da sentença apresentado acima.

Na decisão de Impugnação de Mandato Eletivo pelo TRE-PI, foi registrado que a infração eleitoral se deu devido a demonstração, por meio de provas contidas nos autos do processo, da prática de oferta de dinheiro e benesses por parte do prefeito e vice-prefeito, para que o eleitor votasse no candidato ou se abstivesse de votar no adversário, com o intuito de serem eleitos. Essas ações interferem diretamente no direito de sufrágio do eleitor, ao decidir em quem votar.

Isso porque, ao ofertar benefícios em troca do voto, seja dinheiro, cargos públicos, pipa d'água, benefícios sociais, entre outros, o candidato acaba levando vantagem em relação ao seu concorrente, já que este pode estar realizando uma campanha sem ocorrência de ilícitos ou não possuir poder aquisitivo suficiente para comprar mais votos que o concorrente. Ainda que não seja possível afirmar com certeza se esse foi o caso em Alagoinha do Piauí, o fato é que, com base na Lei das Eleições, a decisão de impugnação proferida pelo TRE-PI fundamentou-se em indícios considerados consistentes de ocorrência de Captação Ilícita de Sufrágio e Abuso de Poder Econômico.

Devemos lembrar que, mesmo que não tenha sido comprovada a efetivação da compra de voto, apenas a oferta em si já se enquadraria em crime de corrupção eleitoral, por induzir o eleitor a votar influenciado pela possibilidade de benefício e por tentar interferir na sua liberdade de escolha. Quanto ao abuso de poder econômico, caso um dos candidatos tenha acesso a uma quantidade superior de recurso para investir nas eleições, este pode estar um passo à frente do seu adversário. Nesse sentido, no julgamento da AIME pelo TRE-PI, foi demonstrado, com base nas provas apresentadas nos autos, que as práticas ilícitas cometidas

com o consentimento ou ciência dos candidatos Clodoaldo Rocha (PT) e Nini (PMDB) tiveram potencialidade suficiente para influenciar o resultado das eleições, beneficiando os impugnados.

Quando se trata das subjetividades presentes em um processo de cassação, ao ser indagada se considerava a cassação de Clodoaldo Rocha (PT) uma decisão legitima, a colaboradora "Raimunda" (2024) respondeu: "No meu conhecimento, eu acho que sim. Porque se fosse injusta ele não tinha conseguido ser cassado. Se ele não tivesse o erro, ele não tinha sido cassado. Mesmo que quisesse, procurasse a cassação dele, mas ele não conseguia". Esse ponto de vista, pode indicar a relação de confiança que é estabelecido com o sistema de justiça, nesse caso o eleitoral, partindo do pressuposto o que é legalmente decidido é, necessariamente, justo e verdadeiro.

Essa visão reflete a operação do poder simbólico desenvolvido por Bourdieu (1989) nas instituições, ou seja, a capacidade que essas estruturas têm de fazer com que suas decisões sejam vistas como legítimas e incontestáveis, mesmo quando poderiam ser objeto de debate. No caso de "Raimunda" (2025), sua interpretação do episódio parte da lógica de que, se houve cassação, é porque havia culpa, desconsiderando que os processos legais também podem ser disputas de poder. Essa percepção também pode estar relacionada ao lugar que ela se encontrava naquele campo político, provavelmente, se tivesse votado e acompanhasse o candidato cassado, poderia não compartilhar da mesma opinião.

Contudo, a colaboradora "Maria" (2024), que também declarou voto no candidato derrotado, Pedro Otacilio (PSB), ao responder acerca da sua opinião sobre a cassação, declara: "Ah pra mim eu não sei nem como responder, porque eu não entendo muito dessas coisas. Eu acho assim, que quem ganhou, comprando voto ou não, tá ganho. Que por mais que aconteça, que compra voto, acho que quem ganhou, ganhou e pronto". Em seu relato, "Maria" (2024) expressa a visão de que, independentemente de o candidato ter recorrido ou não à compra de votos, sua vitória nas urnas deveria ser suficiente para garantir o direito de concluir o mandato.

A aceitação da compra de votos como parte do processo eleitoral aponta para traços de uma cultura política clientelista, onde a moralidade pública é substituída por uma lógica de benefícios imediatos e alianças personalistas. Conforme Farias (2024) o clientelismo político aparece nas campanhas eleitorais e na gestão de políticas públicas como troca de favores, cargos e recursos em detrimento de apoio político. Cultura política que é reforçada no relato de "José" (2021) quando declara: "eu sou contra a compra de votos, mas todos os partidos compram voto, então para mim quem conseguir comprar mais que vença [risos]" (José, 2021).

Mesmo afirmando que não apoia esse *habitus*, através de sua fala percebemos que a compra de votos parece algo corriqueiro e não lhe causa nenhuma estranheza, pelo contrário, parece enxergar a corrida eleitoral como uma competição para ver quem consegue comprar mais votos. O trecho "todos os partidos compram votos" nos leva a outra questão: a denúncia feita por Pedro Otacílio (PSB) por meio de AIME partiu da preocupação com o descumprimento das Leis Eleitorais diante da observação da prática de captação ilícita de sufrágio, ou o problema estaria no fato de ele não ter conseguido comprar a quantidade de votos suficientes para ser eleito, assim como teria feito seu adversário?

Diante das subjetividades contidas nas fontes analisadas nesta pesquisa, não poderíamos afirmar categoricamente a ocorrência de compra de votos por um ou ambos os grupos políticos em disputa na eleição de 2008. No entanto, caso essa prática tenha sido utilizada pelo grupo de Pedro Otacilio (PSB), aparentemente não teria sido o suficiente para que ele vencesse o pleito eleitoral.

Embora tenha sugerindo que ambos os candidatos compraram voto, dando a entender que não parecia justo que o prefeito fosse cassado por violar o Código Eleitoral, sendo que o outro grupo também havia violado, "José" (2021) não escondeu o quanto ele e sua família ficaram ansiosos pelo resultado do julgamento e felizes com a decisão de cassação:

> [...] eu só me lembro que nós tava... até eu me lembro, tavam destalando castanha e o radinho. Todo mundo na *Verdes Campos Sat*, esperando o momento tal esperado, que todo mundo tava esperando essa cassação, por compra de voto, só que falaram que foi por conta dessas compra de voto, mas ao que eles encontraram pra poder dizer que realmente aconteceu a compra de voto eu não sei falar. Só sei que o motivo foi compra de votos. Tiveram provas, eu não sei se as pessoas mesmo que foram tomados os título denunciaram alguma coisa.
> Foi a maior animação, como eu falei nós fomos pra roça destalar castanha e com o radinho lá, nessa época só tinha rádio. E todo mundo esperando o tal momento que ia ser cassado, **porque tinha saído do poder tinha de voltar novamente**. Aí quando falaram foi a maior animação, comemoração, soltaram fogos e foi um rebuliço da peste. **Tanto é que logo em seguida já teve a eleição e aí finalmente doutor Pedro conseguiu entrar na prefeitura** [grifo nosso] (José, 2021).

Ao ser questionado sobre como recebeu a notícia da cassação, "José" (2021) relata o que estava fazendo naquele momento, mas, acima de tudo, discorre acerca dos sentimentos que habitava aqueles corpos no aguardo daquele informe, que despertaria animação seguida de comemoração. Poderíamos, então, afirmar que a memória despertada através do questionamento seria aquela dita voluntária, que é racionalizada e, portanto, apreciada pela história, mas não seria de bom grado ignorarmos as afetividades presentes naquelas memórias, que transpareceram no relato instigante do nosso colaborador. Nesse sentido, "a memória é,

portanto, algo que ‘atravessa’, que ‘vence obstáculos’, que emerge, que irrompe: os sentimentos associados a este percurso são ambíguos, mas estão sempre presentes” (Seixas, 2001, p. 41).

Ao relatar que estavam trabalhando e, ao mesmo tempo, sintonizados na rádio *Verdes Campos Sat* no aguardo da decisão do TRE-PI, o colaborador “José” não transpareceu estar preocupado com o cumprimento da Lei perante a prática de uma infração eleitoral. O interesse pela cassação parecia relacionado à expectativa de que o grupo que acompanhavam conseguisse, no campo político, retornar ao comando do município, concepção reforçada quando “José” (2021) diz: “porque tinha saído do poder tinha de voltar novamente”. O que estava em jogo era a disputa pelo poder, e a cassação parecia um meio para atingir esse objetivo.

Nesse sentido, pode-se dizer que foram utilizados artifícios legais para que determinado grupo político conseguisse conservar sua posição de comando no município, sem recorrer ao uso da força bruta. Tal estratégia foi viabilizada, em grande parte, pelo poder simbólico, entendido como “esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1989, p. 7-8). Esse poder opera nas relações sociais de forma sutil, mas eficaz, contando com o consentimento tácito de uma parcela da população que legitima e apoia esse domínio. Uma vez alcançado o objetivo político, os sujeitos que ocupam essa posição de liderança mantêm-se no papel de comando, agora reforçados por certos benefícios e privilégios associados ao poder formal. Para muitos dos eleitores, fazer parte do grupo vencedor é também uma forma de pertencimento simbólico: se o “seu lado” é eleito, é como se eles próprios também passassem a integrar a gestão municipal.

Esse sentido de pertencimento também estar presente no relato de “Antônio” (2021), quando ele diz: “nós estava na maior felicidade recebendo nossos pagamentos direitinho, aí veio este homem e cassa nosso mandato” (Antônio, 2021). Ele reitera que a cassação de Clodoaldo Rocha (PT) lhe teria causado grande prejuízo, porque após a decisão deixou de receber a quantia que o prefeito lhe pagava mensalmente. Em suas palavras:

> [...] aí nós acabou toda felicidade, que a felicidade do pobre é quando está recebendo o dinheiro, né. [palavras ditas de uma forma bem descontraída, com muitas risadas] nós todo mês tinha o dinheiro da feira aí quando perdeu, perdeu tudo. Perdeu ele e perdeu nós, cadê o dinheiro de fazer a feira! Aí não tinha pra onde correr, fiquemos aqui, apelando pra ver se chegava outro. Aí veio cinco ano de sofrimento, porque eles... foi um que eles cassaram e quatro que Dr. Pedro comandou (Antônio, 2021).

Diante dos relatos apresentados, tanto “José” (2021) quanto “Antônio” (2021), mesmo que um tenha se sentido favorecido e o outro prejudicado com a decisão, enxergam a cassação

sob a perspectiva de seus interesses particulares. Seus relatos não contêm indícios de que estivessem preocupados com os interesses coletivos do município, tendo em vista, a confirmação da ocorrência de corrupção eleitoral.

Em consonância com essa perspectiva, a colaboradora “Margarida” (2025), que também declarou voto em Pedro Otacílio (PSB), ao ser questionada sobre como se sentiu diante da cassação de Clodoaldo Rocha (PT), respondeu: “Eu não fico feliz por derrota de ninguém, eu fico neutra, eu fico na minha. Mas foi bom, que pra mim melhorou, que o outro ganhou e a gente tava dentro! Aí melhora pra gente e a gente acha bom”. Mesmo procurando manter uma atitude de neutralidade, o que podemos interpretar como uma tentativa de posicionamento que não a deixe em uma situação delicada com nenhum dos lados políticos, seu relato também demostra sua identificação com o grupo de Pedro Otacilio (PSB) e que a cassação foi positiva, porque permitiu que eles retornassem ao poder, beneficiando-a.

O relato de “Margarida” (2025) demonstra a operação do poder simbólico, nos termos de Bourdieu (1989), segundo o qual os sujeitos se reconhecem como parte do jogo político não necessariamente por exercerem poder diretamente, mas por se sentirem representados por aqueles que ocupam posições de autoridade. A expressão “aí melhora pra gente” sugere que o pertencimento ao grupo político no comando pode trazer benefícios, mesmo que indiretos, reforçando a percepção de que a política local opera também por meio de laços afetivos, simbólicos e de reconhecimento social. Dessa forma, os relatos analisados neste trabalho não apenas refletem a opinião individual dos colaboradores, mas podem expressar as formas como os sujeitos vivenciam e reproduzem as dinâmicas de poder no campo político de Alagoinha do Piauí.

Essa dimensão simbólica do poder se materializa de forma concreta nas decisões institucionais, como ao cassar os mandatos eletivos de Clodoaldo Rocha (PT) e Nini (PMDB) em sessão extraordinária realizada no dia 2 de agosto de 2011, quando o TRE-PI determinou também a realização de novas eleições para prefeito e vice-prefeito em Alagoinha do Piauí na modalidade direta, nos termos do art. 224 do Código Eleitoral que institui:

> Art. 224. Se a nulidade atingir a mais de metade dos votos do país nas eleições presidenciais, do Estado nas eleições federais e estaduais ou do município nas eleições municipais, julgar-se-ão prejudicadas as demais votações e o Tribunal marcará dia para nova eleição dentro do prazo de 20 (vinte) a 40 (quarenta) dias.
> § 1º Se o Tribunal Regional na área de sua competência, deixar de cumprir o disposto neste artigo, o Procurador Regional levará o fato ao conhecimento do Procurador Geral, que providenciará junto ao Tribunal Superior para que seja marcada imediatamente nova eleição.
> § 2º Ocorrendo qualquer dos casos previstos neste capítulo o Ministério Público promoverá, imediatamente a punição dos culpados.

> § 3 º A decisão da Justiça Eleitoral que importe o indeferimento do registro, a cassação do diploma ou a perda do mandato de candidato eleito em pleito majoritário acarreta, após o trânsito em julgado, a realização de novas eleições, independentemente do número de votos anulados. (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015) (Vide ADIN Nº 5.525)
> § 4 º A eleição a que se refere o § 3 º correrá a expensas da Justiça Eleitoral e será: (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015) (Vide ADIN Nº 5.525)
> I - indireta, se a vacância do cargo ocorrer a menos de seis meses do final do mandato; (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015) (Vide ADIN Nº 5.525)
> II - direta, nos demais casos. (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015) (Vide ADIN Nº 5.525) (Brasil, 1965).

No artigo do Código Eleitoral, citado acima, consta que em caso de a nulidade atingir mais da metade dos votos válidos o Tribunal deverá marcar eleição no prazo de 20 a 40 dias. Contudo, quando o candidato eleito com a maioria dos votos tem seu diploma cassado ou a perda do mandato, e essa decisão já passou por todas as instâncias, sem caber mais recursos deve se realizar nova eleição, mesmo que a quantidade dos votos anulados não ultrapassem a metade do total. No caso de Alagoinha do Piauí deveria ser realizada uma nova eleição independentemente da quantidade de votos anulados.

No intervalo entre a cassação e a eleição suplementar, ocorrida no dia 06 de novembro de 2011, aproximadamente três meses após a determinação da realização de novas eleições diretas no município pelo TRE-PI, quem assumiu o cargo de prefeita interina foi Maria Esteva Alves, que na ocasião presidia a Câmara Municipal. Maria Esteva fazia parte do grupo político de Pedro Otacílio (PSB) e é citada por matéria do portal *Riachaonet* como uma das lideranças políticas presentes no comício de encerramento de campanha do candidato na eleição suplementar, realizado no dia 03 de novembro de 2011, poucos dias antes do pleito eleitoral, como mostra a matéria:

> O comício dos candidatos Pedro Otacílio e Lurdinha contou com a participação no palanque de diversas lideranças políticas de Alagoinha e da região, como o ex-prefeito Braz José Neto, a prefeita em exercício, Maria Esteva Alves, os vereadores Janílson Neto, Alex Brito, Abelardo Sá e Paulo Gomes.
> Também presentes apoiando a candidatura de Dr. Pedro, estavam sua esposa Hortalina Bezerra, a deputada estadual Belê Medeiros (PSB), os vereadores picoenses Edilson Carvalho (PTB), Titico Barbosa (PP), Rinaldinho (PSB), Irmão Zé Luís (PSB) e Diógenes Medeiros (PPS), o prefeito de Itainópolis, Raimundo Maia (PSB), os vereadores Noêmio Vera (PSD), de Vera Mendes e Neto de Hermínio (PMDB), de Fronteiras, os médicos Paulo de Tarso, Osvaldo Costa, Zé Ayres, os bioquímicos Solimar Filho e Patrício Moura, o ex-vereador de Monsenhor Hipólito, Francisco Anísio de Sousa, o Timá, sua esposa, a fisioterapeuta Cleidiana Carvalho, os empresários Maxuel Pinheiro, Salomão, entre outros (Paulo, 2011).

A matéria assinada por João Paulo, em trecho acima, destaca a presença e o possível apoio de várias lideranças importantes para o grupo, como é o caso de Braz Neto, que, como já

mencionamos no primeiro capítulo, foi consolidado como principal representante do grupo tradicionalista do primeiro prefeito eleito no município, além de outras personalidades que podem contribuir para resultados positivos na gestão quanto para corrida eleitoral da próxima eleição municipal, que já ocorreria no ano seguinte (2012), como a deputada estadual Belê Medeiros (PSB).

Por se tratar de uma eleição suplementar com o mandato de apenas um ano, poderíamos imaginar que, em 2011 a campanha seria morna, como relatado pelo colaborador "José" (2021): "Essa política ela não foi tão arrochada, entre aspas. Não tinha tanta dúvida. Só era um ano, então não foi uma eleição tão quente [...]". Contudo, a disputa de poder entre o "lado do PT" e o "lado de Braz" já vinha ocorrendo desde a formação dos dois grupos e havia se acirrado na eleição de 2008, ocasionado em AIME que se arrastou até a decisão de cassação pelo TRE-PI. Não seria, portanto, possível que essa disputa esfriasse justamente no momento que o "lado de Braz" tinha uma oportunidade real de retornar ao poder.

Isso posto, além dos eventos eleitorais contarem com expressiva presença de público e comparecimento de lideranças políticas locais e estaduais, ainda foi registrado um caso de ameaça ao ex-vice-prefeito cassado, Nini, na noite do comício de encerramento de campanha dos candidatos que ele apoiava. O portal *Riachaonet* divulgou que:

> O ex-vice-prefeito de Alagoinha do Piauí, Francisco João de Carvalho (Nini), foi ameaçado de morte no início da noite desta quinta-feira (03/11). O fato aconteceu quando ele se dirigia ao Bairro São José em Alagoinha do Piauí onde visitaria alguns correligionários no percurso um indivíduo em uma motocicleta igualou se com o veículo do político e apontou uma arma ameaçando disparar se caso Nini seguisse viagem.
> O caso foi denunciada a Juíza da Comarca de Pio IX que está na cidade para acompanhar o pleito eleitoral. O ex vice-prefeito apoio à candidatura do petista Jorismar Rocha (Rocha, 2011).

Não teríamos como afirmar se o ocorrido possui relação com a disputa eleitoral, já que não dispomos de informações adicionais que permitam uma análise mais aprofundada. Contudo, trata-se de um acontecimento sugestivo a tal motivação, considerando a data e o momento que se deu a abordagem e ameaça com arma de fogo, no dia da realização do comício do grupo que apoiava. Caso a ameaça de morte sofrida pelo então vice-prefeito cassado tenha motivação política e tenha sido praticada ou encomendada por adversários, assemelha-se a condutas adotadas no período do coronelismo, na Primeira República, em que, conforme Farias (2024, p. 91), "a violência era um recurso utilizado, com frequência, para resolver os desacordos entre os próprios coronéis".

Além do episódio de ameaça, a mesma matéria ainda informa que o evento teve que ocorrer com auxílio de gerador, devido a uma falta de energia, que pode ter acontecido por acaso, mas poderia também ter sido por interferência humana, suposição que não temos como confirmar com base nas informações de que tivemos acesso. O portal *Riachaonet,* em matéria do jornalista Jonas Rocha (2011), discorre:

> Mesmo com a falta de energia elétrica que deixou a cidade às escuras, uma multidão se reuniu em uma das principais avenidas de Alagoinha para assistir ao comício do 13. Com o apoio de um gerador, os populares ficaram até o final para ouvir as propostas de Jorismar Rocha (PT) e Nicássio, candidatos a prefeito e vice, respectivamente, nas eleições suplementares que acontecem no próximo domingo, 6.

A eleição suplementar de Alagoinha do Piauí foi realizada em 6 de novembro de 2011, cerca de três meses após o TRE-PI determinar a realização de novas eleições diretas no município. O vencedor da disputa pelo cargo de prefeito foi Pedro Otacílio de Sousa Moura (PSB), adversário dos candidatos impugnados nas eleições de 2008 e autor da AIME que resultou na cassação dos eleitos naquele pleito.

Inicialmente, a candidata a vice-prefeita na chapa de Pedro Otacílio (PSB) era a vereadora Maria de Lourdes, conhecida como Lurdinha (PTB), que havia assumido interinamente a Prefeitura em dezembro de 2009, após a cassação de Clodoaldo Moura (PT) em primeira instância pela juíza eleitoral da 29ª Zona Eleitoral, por ocupar à época a presidência da Câmara Municipal. No entanto, conforme noticiado pelo portal *Riachaonet*, "Francisco Leandro de Carvalho, o Neto Leandro (PTB), entrou na chapa instantes antes do pleito, substituindo [...] Lurdinha (PTB)" (Redação, 2011).

A chapa adversária era composta pelo candidato a prefeito Jorismar José da Rocha (PT) e o vice-prefeito Nicácio Francisco de Brito, apoiados por Clodoaldo Rocha (PT), o prefeito cassado, e outras lideranças do PT, como é o caso dos deputados Assis Carvalho e Cicero Magalhães, e o ex-prefeito e principal representante do "lado do PT" do município, Manoel Nascimento Rocha. Conforme matéria do portal *Riachaonet,* estiveram presentes no comício de encerramento de campanha do grupo: "com a presença dos deputados petistas Assis Carvalho e Cícero Magalhães, e dos ex-prefeitos Clodoaldo Rocha e Manoel Nascimento, o comício empolgou a cidade e mostrou que o 13 tem grandes chances de eleger mais um prefeito em Alagoinha" (Rocha, 2011).

Mesmo diante de um cenário politicamente delicado para o grupo do PT, marcado pela cassação de Clodoaldo Rocha (PT) e do seu vice Nini (PMDB), a matéria assinada pelo jornalista Jonas Rocha (2011), já mencionada anteriormente, adota um tom otimista quanto às

chances de vitória de Jorismar Rocha (PT) na eleição suplementar. O texto enfatiza a força da mobilização popular, destacando o entusiasmo e o grande número de apoiadores presentes nos eventos de campanha. Ao afirmar que "o 13 tem grandes chances de eleger mais um prefeito em Alagoinha", a reportagem pode ter assumido um papel estratégico, reforçando a confiança do eleitorado e desencorajando possíveis migrações de voto para o grupo adversário, o que, por sua vez, amplia as possibilidades de sucesso do candidato petista.

Caso tenha sido uma estratégia, ela não foi bem-sucedida, haja vista que Pedro Otacílio (PSB) foi eleito com 2.558 votos, enquanto Jorismar Rocha (PT) obteve 2.370 votos. De acordo com o TRE-PI (2011), foram apurados 5.250 votos, dos quais 4.928 foram válidos. Houve ainda 45 votos em branco e 277 nulos. A abstenção foi de 867 eleitores, correspondendo a 14,17% do eleitorado. O alto índice de abstenções pode possuir relação com uma possível instabilidade política, ocasionada pelas disputas em torno do processo de cassação dos eleitos em 2008, ou apenas por se tratar de uma eleição suplementar, que pode não ter provocado interesse dos eleitores de se deslocarem para votar. Em último caso, poderíamos supor que houvesse a insistência do *habitus* voltado à oferta de dinheiro ou benesses em troca de abstenção, o que poderiam configurar uma cultura política enraizada.

Embora não seja possível afirmar com certeza se houve ou não a prática de negociação de votos durante a campanha da eleição suplementar, o fato é que Pedro Otacílio (PSB), candidato derrotado nas eleições de 2008 e autor da AIME contra Clodoaldo Rocha (PT), acabou sendo o vencedor da disputa realizado em 2011. A imagem a seguir foi registrada durante a cerimônia de diplomação do novo prefeito de Alagoinha do Piauí e representa um momento de inflexão na história política recente do município. Essa posse não é apenas administrativa, ela marca o encerramento de um ciclo de instabilidade institucional que se iniciou com a cassação do então prefeito eleito em 2008 e a volta do grupo tradicionalista do primeiro prefeito ao poder. O então prefeito eleito assume a liderança em meio a um cenário político fragilizado, mas cercado por lideranças tradicionais, como é perceptível na fotografia abaixo:

Figura 16 – Pedro Otacílio, Neto Leandro, Braz Neto, Carmelita Eva e Hortalina Bezerra em Solenidade de Posse (2011)



Fonte: Portal Riachaonet, 12 nov. 2011. Acesso em: 10 jun. 2024.

Na imagem, Pedro Otacílio (PSB) aparece ao centro, trajando um terno escuro, segurando o diploma que simboliza a sua investidura no cargo. Sua expressão é contida, exibindo leve sorriso, revelando a solenidade do momento e o peso da responsabilidade que assume. De acordo com Goffman (2002), eventos públicos como esse envolvem performances sociais nas quais os indivíduos projetam determinadas imagens de si mesmos, em conformidade com os papéis que exercem no espaço público. A postura ereta e o semblante comedido de Pedro Otacílio (PSB) podem indicar o esforço em se apresentar como uma liderança responsável e legítima.

Na extremidade esquerda da imagem está o vice-prefeito Neto Leandro (PTB), também diplomado. Sua expressão denota satisfação e sobriedade, compondo uma imagem de unidade da nova gestão. A presença conjunta de prefeito e vice-prefeito em uma cerimônia de diplomação sugere não apenas formalidade institucional, mas a tentativa de comunicar estabilidade e coesão política após um período de incerteza. Na ponta direita da imagem, aparece a primeira-dama, Hortalina de Sá Bezerra Moura, vestida com um marcante vestido amarelo-ouro, o que pode simbolizar celebração e prestígio.

À esquerda de Pedro Otacílio (PSB) aparece Braz Neto, ex-prefeito do município e principal representante do grupo, usando uma camisa branca e expressão neutra, embora sua proximidade física ao novo prefeito sugira apoio ou alinhamento político. Ao seu lado, sua então esposa, Carmelita Eva das Mercês, vestida formalmente, integra o que parece ser um círculo de lideranças tradicionais. A presença do ex-prefeito é significativa, pois pode ser

interpretada como um gesto de transição pacífica e de continuidade política. O espaço onde ocorre a cerimônia é simples, com paredes brancas e uma iluminação natural que entra por uma janela lateral.

A seguir, podemos observar imagem do prefeito eleito, no momento que profere discurso na cerimônia de posse. Conforme o portal *Riachaonet* (2010) a diplomação e em seguida a posse dos eleitos na eleição suplementar ocorreu no dia 11 de novembro de 2011. Depois de serem diplomados pela Juíza Nilcimar Rodrigues de Araújo Carvalho, no fórum de Pio IX, seguiram para solenidade de posse realizada no plenário da Câmara Municipal de Alagoinha do Piauí e só depois se juntaram ao público para o pronunciamento do novo prefeito, em palco na Avenida Nove de Abril.

Figura 17 – Pedro Otacílio proferindo o discurso de posse ao cargo de Prefeito (2011)



Fonte: Portal Riachão Net, 12 nov. 2011. Acesso em: 26 jul. 2024.

No centro da imagem, Pedro Otacílio (PSB) segura em uma das mãos o diploma que oficializa sua posse como prefeito eleito na eleição suplementar de Alagoinha do Piauí. Esse gesto não é neutro, pode ser visto como performático e estrategicamente carregado de sentido com intuito de aumentar ainda mais seu capital simbólico e político. O olhar fixo, direcionado ao público ou à câmera, somado à postura ereta, comunica confiança e domínio da situação. Trata-se de um corpo político em ação, que pode tentar traduzir em imagem a retomada do controle após a crise gerada pela cassação do prefeito eleito em 2008, Clodoaldo Rocha (PT).

A presença do microfone na mão oposta reforça a dimensão discursiva desse ato. O microfone é o canal da voz, da retórica, e nesta imagem ele pode sugerir a tentativa de

construção de uma narrativa pública, que busca a reconciliação e o reposicionamento do prefeito dentro da normalidade democrática. Isso se confirma, inclusive, pelo conteúdo da cobertura jornalística do portal *Riachaonet* (2011) que destacou o tom pacificador do discurso de Pedro Otacilio na solenidade de posse, ao proferir que "não existem mais vencedores ou vencidos", trecho da matéria descrita abaixo:

> Após missa em ação de graças na Igreja de São João Batista, celebrada pelo padre Miguel Feitosa, todos se dirigiram até um palco erguido na Avenida 9 de Abril, onde o novo prefeito fez seu pronunciamento ao povo de Alagoinha do Piauí. Pedro Otacílio disse que passada a eleição, não existem mais vencedores ou vencidos, garantindo com essas palavras que vai governar para todos, buscando o bem comum (Leal, 2011).

Os discursos políticos, segundo Bourdieu (1989), apesar de aparentarem serem feitos para os eleitores, muitas vezes são dirigidos aos concorrentes políticos. As opiniões e posicionamentos políticos nascem de um jogo entre oferta (programas, declarações, partidos) e a procura (necessidades e percepções políticas da sociedade), ambos moldados por histórias passadas. Com essa declaração o eleito pode apaziguar os ânimos, em relação aos conflitos com os adversários abrindo espaço para alianças futuras, que como veremos adiante não demorou para ocorrer e, ao mesmo tempo, buscava conquistar a aprovação da população do município ao afirmar que irá governar para todos, sem distinção entre aqueles que votaram ou não em sua candidatura.

Por fim, a própria disposição espacial da imagem contribui para consolidar Pedro Otacílio (PSB) como figura central: ele é o ponto focal, centralizado no enquadramento, com iluminação clara e sem interferência de elementos que disputem protagonismo visual. Assim, a fotografia do candidato agora diplomado prefeito não é apenas um documento, mas uma performance visual cuidadosamente montada. Através dela, vemos não só um político assumindo seu cargo, mas uma encenação pública de autoridade, estabilidade e possível tentativa de restauração democrática em um município que havia passado por um período de crise institucional.

Com a vitória de Pedro Otacílio (PSB) na eleição suplementar de 2011, após a impugnação do mandato de Clodoaldo Rocha (PT), percebemos que o processo de cassação possuiu relação direta com a disputa de poder entre os candidatos ao Executivo Municipal que pleitearam as eleições de 2008 ou até mesmo entre os dois grupos políticos que polarizam a disputa pela administração do município desde a emancipação.

No caso analisado, observa-se uma disputa entre dois grupos políticos antagônicos, de um lado, o grupo ligado ao PT, representado por Clodoaldo Rocha (PT) e Nini (PMDB); de

outro, o grupo associado a Pedro Otacílio (PSB), identificado como o “lado de Braz”. Cada grupo ocupa uma posição no campo político local e mobiliza estratégias para conservar ou transformar a estrutura vigente. O grupo de Pedro Otacílio (PSB), que havia governado anteriormente, foi derrotado em 2008, mas buscou conservar sua posição por meio de uma estratégia jurídica, ao requerer AIME contra os eleitos, sob acusação de prática de captação ilícita de sufrágio na eleição, o que evidencia uma tentativa de restabelecimento de sua hegemonia dentro do campo.

O grupo de Clodoaldo Rocha (PT) parece ter ascendido ao poder, em 2008, como uma força transformadora, buscando alterar a correlação de forças estabelecida e de certa maneira fazer com que o “lado do PT” retorne ao comando do município após 8 anos. Já o grupo de Pedro Otacílio (PSB), ao judicializar a política e posteriormente retomar o poder, ao vencer a eleição suplementar de 2011 buscava restaurar a ordem anterior, reafirmando seu domínio no campo político do município. Assim, a alternância no poder entre os dois grupos não apenas reflete uma mudança de gestão, mas uma reconfiguração mais profunda nas posições dentro do campo político, em que a luta pelo capital simbólico (como legitimidade, reputação e autoridade moral) pode ser tão decisiva quanto os votos em si.

Dado o resultado da eleição de 2011 e o discurso apaziguador do candidato eleito, Pedro Otacílio (PSB), durante a posse, com cerca de um ano de gestão suplementar, ocorreu a eleição de municipal de 2012 em todo território nacional. Mas, em Alagoinha do Piauí, acontece um fato apontado pelo jornalista Roger Bezerra (2012). do portal *Riachaonet*, como “curioso”, e o qual entramos em concordância: “a união de forças em torno da candidatura governista”. O “lado do PT” havia se juntado ao “lado de Braz” pela primeira vez desde a formação dos dois grupos. O portal destaca que:

> No final do ano passado, o médico Pedro Otacílio havia vencido Jorismar Rocha (PT) em uma eleição suplementar bastante disputada. Em poucos meses de administração Doutor Pedro atraiu a simpatia das lideranças de oposição e conseguiu reunir no mesmo palanque políticos historicamente adversários (Bezerra, 2012).

Para além de apenas reunir os dois grupos no mesmo palanque, local simbólico que utilizamos como metáfora para explicar que os adversários históricos haviam se unido em uma única chapa para disputar a eleição daquele ano, inclusive o candidato petista derrotado por Pedro Otacilio (PSB) na eleição suplementar, Jorismar Rocha (PT), passou a ser seu candidato a vice-prefeito na disputa de 2012. Teria sido essa uma eleição de chapa única, se a professora Penha Rocha (PDT) não tivesse lançado candidatura, opondo-se ao grupo que unia o “lado de

Braz" e o "lado do PT". Nessa nova configuração, o portal *Riachaonet* publica, em 10 de outubro de 2012. que:

> [...] o médico Pedro Otacílio (PSB), apoiado por uma ampla coligação formada pelas siglas PSB, PT, PP, PMDB, PTB, PCdoB e PSDB, foi reeleito prefeito com uma maioria de 947 votos. O prefeito foi votado por 2.899 eleitores, enquanto a candidata de oposição professora Penha Rocha (PDT) disputando sua primeira eleição conseguiu 1.952 votos (Bezerra, 2012).

Como se pode observar no trecho anterior, Penha Rocha (PDT) decidiu enfrentar a coligação que reunia os dois grupos políticos tradicionalmente antagônicos, lançando-se, pela primeira vez, como candidata ao Executivo Municipal. Apesar da força simbólica da aliança entre o "lado do PT" e o "lado de Braz", a candidata obteve uma quantidade expressiva de votos, o que sugere um possível descontentamento de parte do eleitorado com essa junção inesperada. Seria esse resultado um indicativo de rejeição à união entre grupos historicamente rivais? Seria reflexo de um novo rearranjo do campo político local? O fato é que, mesmo com a vitória expressiva da coligação, o pleito seguinte marcou novamente a fragmentação das forças políticas locais, reestabelecendo o antagonismo que havia sido temporariamente suprimido. Candidataram-se Jorismar Rocha (PT) para prefeito e Cicero de Claudio de Sá, pelo Partido Republicano Progressista (PRP), para vice, representado o "lado do PT", e José Adão de Brito (PSD), ao lado do vice-prefeito Janílson Raimundo Neto (PP), representado o "lado de Braz". Quem saiu vencedor foi a chapa liderada por Jorismar Rocha (PT).

Mas, voltando para nosso recorte temporal e nosso objeto de estudo, fechamos o capítulo com a seguinte proposição: a cassação da chapa do Executivo Municipal eleita em 2008 e a posterior vitória de Pedro Otacílio (PSB) na eleição suplementar de 2011 demonstram, em Alagoinha do Piauí, uma dinâmica política que pode ser compreendida à luz do conceito de campo, elaborado por Bourdieu (1989, p. 375), que o define como:

> um campo de forças definido, em sua estrutura, pelo estado da relação de força entre formas de poder ou de espécies diferentes de capital. Ele também é, inseparavelmente, um campo de lutas pelo poder entre detentores de poderes diferentes, um espaço de jogo em que agentes e instituições – tendo em comum o fato de possuir uma quantidade específica de capital (econômica ou cultural, notadamente) suficiente para ocupar posições dominantes no âmago de seus respectivos campos – se enfrentam com estratégias destinadas a conservar ou transformar essa relação de força.

Trata-se, portanto, de um espaço social estruturado, relativamente autônomo, onde agentes e instituições disputam posições em função do volume e da composição do capital que detêm (econômico, político, social, cultural e simbólico). No interior desse campo geral,

Bourdieu (1989) conceitua o campo político, que pode ser entendido ao mesmo tempo como campo de forças e de lutas. Como campo de forças, ele expressa a estrutura objetiva das posições ocupadas, ou seja, as relações de poder e dominação estabelecidas entre os diferentes grupos políticos, como é o caso do "lado do PT" e o "lado de Braz". Já como campo de lutas, o campo político é o espaço onde esses sujeitos disputam, com estratégias e capitais específicos, a redefinição das regras do jogo político, buscando modificar ou conservar a estrutura vigente.

Dessa forma, os eventos analisados não devem ser entendidos apenas como episódios eleitorais pontuais, mas como expressões das disputas simbólicas e materiais que estruturam o campo político local. A alternância abrupta no comando do Executivo, seguida pelas recomposições e realinhamentos observados, demonstra que as ações dos agentes estão condicionadas pelas lógicas próprias desse campo, que simultaneamente oferecem oportunidades e impõem limites às estratégias possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, analisamos o cenário político de Alagoinha do Piauí entre a eleição municipal de 2008 e a cassação de prefeito e vice-prefeito eleitos naquele pleito e os desdobramentos dessa decisão. Para entendermos as configurações que moldaram as disputas no campo político do município compreendemos ser necessário examinar o contexto político a partir da emancipação.

Nesse sentido, no primeiro capítulo abordamos acerca da construção política de Alagoinha do Piauí desde as mobilizações pela emancipação até a eleição de 2008, percorrendo as gestões municipais de 1986 até 2004 e analisando o contexto político brasileiros que se desenvolveram no decorrer desses mandatos. Identificamos a formação e consolidação de dois antagônicos grupos políticos, denominados o "lado de Braz" e o "lado do PT", que surgiram com a emancipação e a ascensão dos novos partidos no cenário brasileiro da redemocratização e se consolidaram em 1996.

De um lado tínhamos o grupo do primeiro prefeito eleito, Salomão Caetano (PDS), que após seu falecimento passou a ter como principal representante Braz Neto, eleito prefeito do município por três mandatos (1987, 2000 e 2004). Do outro o grupo do primeiro prefeito do PT no Piauí, Nascimento Rocha (PT), que conseguiu vencer a eleição de 1996 derrotando o grupo tradicionalista do município.

A polarização entre os dois grupos, influenciou diretamente as disputas da eleição municipal de 2008, onde se enfrentavam novamente no campo político. No segundo capítulo

analisamos esse processo eleitoral. Na ocasião se candidataram dois médicos, que já possuíam suas trajetórias profissionais atreladas ao município, por terem trabalhado no local no exercício da medicina, criando uma relação de proximidade com a população. Enquanto Pedro Otacílio (PSB) tinha a missão de manter o "lado de Braz" no poder, já que nos oito anos anteriores o comando do Executivo Municipal tinha sido de Braz Neto, Clodoaldo Rocha (PT), tentava o retorno do "lado do PT" à prefeitura.

Nesse campo de disputas, observou-se o emprego de diversas estratégias pelos candidatos para acumular capital político e, assim, ascender ou manter seu grupo no poder. Entre essas estratégias, destacam-se a mobilização de grande contingentes de pessoas em eventos eleitorais e a presença de lideranças estaduais, como a do então governador Wellington Dias (PT) em comício do grupo petista. Essa participação visava transmitir confiança ao eleitorado, reforçar a imagem de liderança na corrida eleitoral e, consequentemente, evitar a perda de votos e ampliar o apoio da população.

Além disso, há indícios de negociação do voto em troca de dinheiro ou favores, um *habitus* que, caso tenha ocorrido, parece fazer parte da cultura política do município. A compra de votos configura-se, para alguns eleitores, como um meio encontrado para obter benefícios individuais e imediatos, uma vez que não percebem vantagens em votar sem retorno material. Para os candidatos, por sua vez, pode tratar-se de uma forma encontrada para superar seus adversários e garantir a permanência ou a ascensão do grupo político que representa no poder.

Por outro lado, também foi possível observar que alguns eleitores mantêm o *habitus* de votar no mesmo grupo político ao longo do tempo, reproduzindo escolhas herdadas de seus antepassados. Nesses casos, as benesses recebidas costumam assumir a forma de favores pessoais, empregos públicos, auxílio em tratamentos de saúde, intermediações diversas, muitas vezes designadas pela expressão "dar uma palavra", isto é, intervir em favor de alguém quando este necessita de algo, configurando uma espécie de contrato de confiança pré-estabelecidos entre eleitores e lideranças locais.

Essas relações, que endossaram a busca por capital político na eleição de 2008, resultaram na vitória de Clodoaldo Rocha (PT) e João Francisco, o Nini (PMDB), o que marcou a volta do "lado do PT" ao poder após duas derrotas consecutivas nas urnas. No terceiro capítulo, analisamos os desdobramento dessa gestão, as benfeitorias realizadas e sua interrupção, decorrente da cassação do prefeito e vice-prefeito eleitos. Quando parecia que o comando do município estava definido, Pedro Otacílio (PSB) que havia sido derrotado na eleição de 2008, ajuizou uma AIME contra o prefeito eleito, sob a acusação de captação ilícita de sufrágio e abuso de poder econômico.

Em decisão um quanto tanto problemática, por ter sido deferida em recesso de fim de ano, em horário regulamentar e sem a devida análise da potencialidade lesiva, a juíza da 29ª zona eleitoral, Nilcimar Rodrigues de Araújo Carvalho, cassou, em primeira instância, o mandato do prefeito e vice-prefeito, fundamentando-se em provas exclusivamente testemunhais. Determinou, ainda, que o presidente da câmara assumisse inteiramente o cargo. Não concordando com a decisão, Clodoaldo Rocha (PT) deixou o município levando consigo as chaves da prefeitura, o que impediu a prefeita interina de acessar as dependências do Executivo Municipal. Diante disso, ela teria realizado os despachos do lado de fora, na calçada.

No entanto, após a interposição de recuso pela defesa, o TRE-PI determinou o retorno de Clodoaldo Rocha (PT) e seu vice ao cargo, até o julgamento definitivo do processo. Essa decisão ocorreu apenas em agosto de 2011, quando ambos foram cassados em instância superior, sendo então determinada a realização de uma eleição suplementar, ainda no mesmo ano. O pleito foi vencido por Pedro Otacílio (PSB), autor da ação que resultou na cassação do prefeito e do vice. A decisão de cassação teve como fundamento a análise das provas reunidas nos autos do processo, as quais indicaram a ocorrência de compra de votos, seja em troca direta pelo sufrágio ou pela abstenção, além de abuso de poder econômico, praticados por Clodoaldo Rocha (PT) ou com sua anuência. Também foi reconhecida a potencialidade lesiva da infração.

Com base nas fontes analisadas, é possível inferir que, caso tenha havido compra de votos na eleição de 2008, tal prática pode ter sido adotada por ambos os grupos políticos em disputa, e não apenas pelos candidatos eleitos, o que pode evidenciar a persistência de uma cultura política arraigada no município. Nessa lógica, tanto o eleitores quanto candidatos, parecem perceber maior vantagem na negociação do voto do que no debate de propostas e planos de governo. O eleitorado, por sua vez, não negocia o voto necessariamente por ignorância ou carência material, mas por compreender essa escolha como a alternativa mais vantajosa, assumindo-a como uma postura de caráter defensivo diante das dinâmicas políticas locais.

Assim, a vitória de Clodoaldo Rocha (PT) em 2008 impulsionou o grupo político do primeiro prefeito a articular seu retorno ao poder, movimento que culminou no requerimento de cassação e desencadeou um período de instabilidade no campo político local. Essa conjuntura provocou a redistribuição de capitais políticos e possibilitou que Pedro Otacílio (PSB) alcançasse a chefia do Executivo Municipal na eleição suplementar de 2011, fato que marcou o retorno do “lado de Braz” ao comando do município. No entanto, a reconfiguração das forças políticas decorrente do processo de cassação abriu espaço para novos rearranjos, e os antigos adversários parecem ter identificado vantagens na cooperação, a ponto de, em 2012,

unirem-se em uma única chapa para disputar o pleito. Em síntese, a trajetória política de Alagoinha do Piauí evidencia que, mais do que rupturas, o processo democrático local tem se construído por meio de continuidades, negociações e rearranjos, nos quais o poder se redefine sem, necessariamente, se redistribuir.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADO. TRE suspende cassação de prefeito no Piauí. **Tribuna**, Curitiba, 30 dez. 2009. Disponível em: https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/tre-suspende-cassacao-de-prefeito-no-piaui/. Acesso em: 29 jul. 2023.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALONSO, Ângela. **Treze**: A política de rua de Lula e Dilma. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 145-155, abr. 1997.

ANTÔNIO. [**Entrevista cedida a]** Ana Geórgia Bezerra. Alagoinha do Piauí-PI. 30 abr. 2021.

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

BASTOS, Mayara. Municípios perderam 34 milhões de FPM: as prefeituras receberam 34 milhões a menos do que em 2008. **O Dia**, Teresina, 24 out. 2009.

BEDINELLE, Talita. Uma fraude mantém Alagoinha do Piauí como a cidade mais analfabeta do país. **El País Brasil**, Alagoinha do Piauí, 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/27/politica/1401205042_769337.html. Acesso em: 20 jun. 2025.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. *In*: **Para uma história cultural**. Direção de Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinele. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BERTOLOTTO, Rodrigo. Compra de votos vira hábito na cidade com mais analfabetos do Brasil. **Uol**, Alagoinha do Piauí, 2014. Disponível em: https://www.uol.com.br/eleicoes/2014/noticias/2014/09/26/compra-de-votos-vira-habito-na-cidade-com-mais analfabetos-do-brasil.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.

BEZERRA, Roger. Pedro Otacílio consegue vitória em Alagoinha do Piauí. **Riachaonet**, Picos, 10 out. 2012. Disponível em: https://www.riachaonet.com.br/portal/pedro-otacilio-consegue-vitoria-em-alagoinha-do-piaui/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 13 jun. 2025.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de Política**. Tradução: Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./ jul. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2008.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; BOURDOUKAN, Adla. Partidos Políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 117-148, jan./jun. 2009.

BRASIL. Código Eleitoral. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 jul. 1965.

BRASIL. Constituição (1965). **Código Eleitoral nº 4.737, de 15 de julho de 1995**. Este código contém normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos precipuamente os de votar e ser votado. Código Eleitoral: Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Brasília, DF, 15 jul. 1965. Disponível em: https://www.tse.jus.br/legislacao/codigoeleitoral /codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965. Acesso em: 30 maio 2021.

BRASIL. Constituição (1999). **Lei nº 9.840, de 28 de setembro de 1999.** Altera Dispositivos Da Lei Nº 9.504, de 30 de setembro 1997, e da Lei Nº 4.737, de 15 de junho de 1965 - Código Eleitoral. Presidência da República Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 28 set. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9840.htm#: ~:text=LEI%20No%209.840%2C%20DE%2028%20DE%20SETEMBRO%20DE%20199. Acesso em: 30 maio 2021.

BRASIL. Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. Dispõe sobre a cassação do registro ou diploma de candidato, nos casos previstos no art. 22 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 maio 1990.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 out. 1997.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 23.735, de 27 de fevereiro de 2024. Dispõe sobre os ilícitos eleitorais. **Diário da Justiça Eletrônico***,* Brasília, DF, 27 fev. 2024. Disponível em: https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2024/resolucao-no-23-735-de-27-de-fevereiro-de-2024. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASÍLIA. Tribunal Regional Eleitoral. Estatísticas TCE: eleições 2008. **Eleições 2008**, 2008. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=150:5:::NO:RP. Acesso em: 01 jun. 2021.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

CARVALHO, José Murilo. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo**: Uma Discussão Conceitual. Scielo Brasil, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CLODOALDO ROCHA fala sobre a candidatura em Alagoinha do Piauí. Picos: TV Cidade Verde, 2024. 1 vídeo (14 min). Publicado pelo canal TVCidadeVerde. Disponível em: https://youtu.be/5JkOzJwP2SM?si=YFi4mQ1T_Rbicc75. Acesso em: 10 jan. 2025.

COMPRA de votos vira hábito na cidade com mais analfabetos do Brasil. São Paulo: Uol, 2014. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo portal Uol. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2014/09/27/anafalbetismo-preocupa-nas-eleicoes-no-piaui-veja-videos-da-semana.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (Brasil). **Pesquisa da CNM mostra que 383 prefeitos já perderam o mandato**. Brasília: CNM, 2012. (Estudos Técnicos, v. 5, n. 23). Disponível em: https://cnm.org.br/storage/biblioteca/ET%20Vol%205%20-%2023.%20Pesquisa%20da%20CNM%20mostra%20que%20383%20prefeitos%20j%C3%A1%20perderam%20o%20mandato.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

COSTA, João Bosco Araújo da. **A Ressignificação do Local o imaginário político brasileiro pós-80**. São Paulo Em Perspectiva. São Paulo: SEADE, jul./set., 1996, p. 114. Editora FGV, 2003.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. Ed. Rio de Janeiro: Roco, 1997.

DISTÂNCIA entre Teresina e Alagoinha do Piauí. **Rotas mapas**, Teresina, 2022. Disponível em: https://www.rotamapas.com.br/distancia-entre-teresina-e-alagoinha-do-piaui. Acesso em: 22 set. 2022.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan/jun. 2012.

ECOS – um tiro e perguntas sem respostas [Part. 1]. Direção e roteiro: Pedro Henrique França e Guilherme Manechini Edição e fotografia: Maike Nakano. Narração: Eduardo Moscovis. Design gráfico: Luciana Orvat. 1 vídeo (19 min). Publicado pelo canal Ecos. Trecho disponível em 1min55s. Enviado em 25 de mai. de 2010 às 16:18. Disponível em: https://vimeo.com/12028306?fbclid=IwY2xjawKi1sRleHRuA2FlbQIxMABicmlkETEzeDlxR3JKaFV1M0IzbWhCAR7G8h9_GzYOCTZS0sv6_XE8D2jr8_. Acesso em: 20 maio 2025.

ESCÂNDALO: No Piauí, prefeita interina despacha na calçada há 8 dias. **GP1,** Teresina, 29 dez. 2009. Disponível em: https://www.gp1.com.br/politica/noticia/2009/12/29/escandalo-nopiaui-prefeita-interina-despacha-na-calcada-ha-8-dias-117168.html. Acesso em: 29 jul. 2023.

FARIAS, Francisco. **Do coronelismo ao clientelismo**: práticas eleitorais no Piauí, Brasil. 2. Ed. Teresina: Lamparina Editora, 2024.

FAUSTO, Sérgio. Modernização pela via democrática. *In*: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. Ed. São Paulo: Edusp, 2019.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O tempo da república**: da transição democrática a crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FONTES, Márcio Schiefler; RODRIGO FILHO, Alexandre Melchior. A potencialidade lesiva da conduta ilícita no julgamento da ação de impugnação de mandato eletivo e da ação de investigação judicial eleitoral. **Resenha Eleitoral**, Florianópolis, v. 19, 2011.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. 2009. Tese – (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pernambuco, 2009.

FREIRE, Américo; CARVALHO, Alessandra. As eleições de 1989 e a democracia brasileira: atores, processos e prognósticos. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da Nova República**: da transição democrática à crise política de 2016. 1. Ed., São Paulo: Civilização Brasileira, 2018.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. Ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005.

IBGE. Alagoinha do Piauí: Economia. **Cidades IBGE**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/alagoinha-do-piaui/panorama. Acesso em: 07 out. 2024.

IBGE. Alagoinha do Piauí: Panorama. **Cidades IBGE**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/alagoinha-do-piaui/panorama. Acesso em: 16 abr. 2025.

IBGE. Alagoinha do Piauí: Território. **Cidades IBGE**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/alagoinha-do-piaui/panorama. Acesso em: 20 jul. 2025.

IBGE. População de Alagoinha do Piauí. **Cidades IBGE**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/alagoinha-do-piaui/panorama. Acesso em: 07 out. 2024.

IBGE. Produção Agrícola Municipal 2009. **Cidades IBGE**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/alagoinha-do-piaui/pesquisa/15/11863?ano=2009. Acesso em: 25 jun. 2025.

IBGE. Produção Agrícola Municipal 2010. **Cidades IBGE**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/alagoinha-do-piaui/pesquisa/15/11863?ano=2010. Acesso em: 24 jun. 2025.

IBGE. Produção Agrícola Municipal 2011**. IBGE,** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/alagoinha-dopiaui/pesquisa/15/11863?tipo=ranking&ano. Acesso em 24 jun. 2025.

JOAQUIM. [**Entrevista concedida a]** Ana Geórgia Bezerra. Alagoinha do Piauí. 05 set. 2019.

JOSÉ. [**Entrevista concedida a]** Ana Geórgia Bezerra. Alagoinha do Piauí, 02 maio. 2021. jul. 2023.

JUSTIÇA cassa o mandato do prefeito de Alagoinha (PI) por compra de votos. **GP1**, Teresina, 23 dez. 2009. Disponível em: https://www.gp1.com.br/politica/noticia/2009/12/23/justica-cassa-o-mandato-do-prefeito-de-alagoinha-pi-por-compra-de-votos-116467.html. Acesso em: 29 jul. 2023.

JUSTIÇA devolve prefeitura de Alagoinha a prefeito cassado. **380 Graus**, Picos, 29 fev. 2009. Disponível em: https://180graus.com/politica/justica-devolve-prefeitura-de-alagoinha-a-prefeito-cassado-278094/. Acesso em: 29 jul. 2023.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As eleições municipais de 2008: federações partidárias ou partidos nacionais. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 15-33, jan./jun. 2009.

LEAL, João Paulo. Pedro Otacílio é empossado prefeito de Alagoinha. **Riachaonet**, Picos, 12 nov. 2011. Disponível em: https://www.riachaonet.com.br/portal/pedro-otacilio-e-empossado-prefeito-de-alagoinha/. Acesso em: 20 abr. 2025.

LIMA SOBRINHO, Honorato Vicente. **Vestígios históricos da comunidade Areia Branca**: O processo de formação da comunidade de Areia Branca, e sua contribuição para a emancipação política da cidade de Alagoinha do Piauí, no período das décadas de 1940 à 2000. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Piauí, 2018.

LIMA, Fábio. Juíza cassa prefeito do PT por compra de voto em Alagoinha. **Cidadeverde.com**, Teresina, 23 dez. 2009. Disponível em: https://cidadeverde.com/noticias/50266/juiza-cassaprefeito-do-pt-por-compra-de-voto-em-alagoinha#google_vignette. Acesso em: 29 jul. 2023.

LUIZA. [**Entrevista cedida a]** Ana Geórgia Bezerra. Alagoinha do Piauí-PI. 01 maio. 2021.

MARGARIDA. [**Entrevista concedida a**] Ana Geórgia Bezerra. Alagoinha do Piauí. 23 jun. 2025.

MARIA. [**Entrevista concedida a**] Ana Geórgia Bezerra. Alagoinha do Piauí-PI. 10 nov. 2024.

MARTINS, Mayara. **O Dia**, Teresina, ano 60, 21 fev. 2011. Disponível em: https://issuu.com/jornal-o-dia/docs/capa-00000. Acesso em: 31 jul. 2023.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura "civil-militar"?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, v. 13, n. 27, p. 39-53, 2000. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/ index.php/espacoplural/article/view/8574. Acesso em: 23 out. 2025.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O tempo da república**: da transição democrática a crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

NOGUEIRA, Fernanda Danielle Cavalcante; SAMPAIO JUNIOR, José Herval. Compra de votos e abuso de poder: uma análise das infrações eleitorais à luz da constituição federal. **Revista Populus**, Salvador, n. 1, p. 277-305, set. 2015.

NOSSA HISTÓRIA. Conheça a História do Progressistas**. Progressistas,** Brasília-DF, 2024. Disponível em: https://progressistas.org.br/partido/. Acesso em: 20 abr. 2025.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu**: Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964). 2016. 532 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016.

PÁGINA Alagoinha do Passado resgata memórias de Alagoinha do Piauí e região. **R10**, Dom Expedito Lopes-PI, 28 dez. 2024. Disponível em: https://www.portalr10.com/blogs-e-colunas/137349/pagina-alagoinha-do-passado-resgata-memorias-de-alagoinha-do-piaui-e-regiao/. Acesso em: 20 fev. 2025.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PAULO, João. Pedro Otacílio e Lurdinha encerram a campanha com grande comício. **Riachaonet**, 05 nov. 2011. Disponível em: https://www.riachaonet.com.br/portal/pedro-otacilio-e-lurdinha-encerram-a-campanha-com-grande-comicio/. Acesso em: 02, jun. 2021.

PEDRO OTACÍLIO fala sobre a candidatura em Alagoinha do Piauí. Picos: TV Cidade Verde, 2024. 1 vídeo (16 min). Publicado pelo canal TVCidadeVerde. Disponível em: https://youtu.be/B_xxmAoxWlA?si=lfRZpdHZQHw9pl64. Acesso em: 10 jan. 2025.

PESSOA, Bruno Martins. **Por que caem?** O fenômeno de da Cassação de Prefeitos pelas Câmaras Municipais. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PIAUÍ. Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piaui. Alagoinha do Piauí-Pi (29ª Zona Eleitoral - Pio IX). Ação Cautelar - Para Conferir Efeito Suspensivo A Recurso. Requerido: Pedro Otacílio de Sousa Moura. Requerente: Clodoaldo de Moura Rocha, Prefeito do município de Alagoinha/PI. Relator: Dr. Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira. Pio IX, PI, 24 de maio de 2010. **Diário de Justiça Eletrônico do TRE/PI**, 27 maio 2010. v. 4, n. 096, p. 1-10, 2010.

PIAUÍ. Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí. Alagoinha do Piauí (29ª Zona Eleitoral-Pio IX). Ação de Impugnação de Mandato Eletivo - Pedido de Reforma e Decisão Recorrente: Clodoaldo de Moura Rocha, prefeito eleito nas eleições de 2008. Relator: Dr. Luiz Gonzaga Soares Viana Filho. Teresina, 08 ago. 2011. **Diário da Justiça Eleitoral** - **Tribunal Superior Eleitoral**, 09 ago. 2011. Ano II, n. 147, 2011.

PIAUÍ. Tribunal Regional Eleitoral. Clodoaldo de Moura Rocha**. Ação cautelar n.º 52274-19.2009.6.18.0000**. Requerente: Clodoaldo de Moura Rocha. Requerido: Pedro Otacílio de Sousa Moura. Relator: Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira. Teresina: TRE/PI, 24 maio 2010.

PLACAR PI/ Alagoinha. **Eventos notícias Uol**, Teresina, 2004. Disponível em: http://eventos.noticias.uol.com.br/eleicoes/PI/index-12319.html. Acesso em: 13 jun. 2025.

PLACAR PI: Alagoinha. **Eventos notícias Uol eleições**, Teresina, 2004. Disponível em: http://eventos.noticias.uol.com.br/eleicoes/PI/index-12319.html. Acesso em: 03 jun. 2025.

POLÍTICA em dados: Pedro Otacílio de Sousa Moura. **Política em dados**, Picos, 2022. Disponível em: https://politicaemdados.com.br/perfil/pedro-otacilio-de-sousa-moura-001395481538.html. Acesso em: 22 jun. 2025.

PREFEITA interina tem que despachar da rua. **O Tempo**, Belo Horizonte, 28 dez. 2009, atualizado em 26 abr. 2013. Disponível em: https://www.otempo.com.br/politica/prefeita-interina-tem-que-despachar-da-rua-1.227786. Acesso em 29 jul. 2023.

PREFEITURA Municipal de Alagoinha do Piauí. **Placa de inauguração da Prefeitura Municipal de Alagoinha do Piauí**. Alagoinha do Piauí, 1987. Fotografia do arquivo pessoal da autora, 2025.

RAIMUNDA. [**Entrevista concedida a**] Ana Geórgia Bezerra. Alagoinha do Piauí. 24 nov. 2024.

RAIMUNDO. [**Entrevista cedida a]** Ana Geórgia Bezerra. Alagoinha do Piauí. 04 nov. 2019.
RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROCHA, Bibiana do Amparo. **Educação e sociedade em Alagoinha do Piauí na década de 1980**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Piauí, Picos, 2015.

ROCHA, Jonas. Comício do PT em Alagoinha reúne multidão**. Riachaonet**, Picos PI, 05 nov. de 2011. Disponível em: https://www.riachaonet.com.br/portal/comicio-do-pt-em-alagoinha-reune-multidao/. Acesso em: 02, jun. 2021.

ROCHA, Maria Lucimar da. **A cidade e (na) história**: uma análise do processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí (1960-1986). 2018. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

SARAIVA, José. Prefeito do PT no Piauí cassado por compra de votos em 1ª Instância será julgado pelo TRE no dia 24. **GP1**, Teresina, 18 maio 2010. Disponível em: https://www.gp1.com.br/politica/amp/noticia/2010/5/18/prefeito-do-pt-no-piaui-cassado-por-15 compra-de-votos-em-1a-instancia-sera-julgado-pelo-tre-no-dia-24-138607.html. Acesso em: 29 jul. 2023.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. *In*: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. **Memória (res) sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: EDITORA da Unicamp, 2001.

SOUSA, Regivalda Raimunda de. **Entre a igreja e o bar**: uma leitura, sob o signo do sagrado e do profano, dos espaços de sociabilidades de Alagoinha do Piauí da década de 1970 a 1990. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2017.

SPECK, Bruno Wilhelm. A compra de votos: uma aproximação empírica. **Opinião Pública**, Campinas, v. 9, n. 1, 2003, p. 148-169.

TEIXEIRA, José Clecionarton. **Discursos midiáticos**: construções discursivas em torno do analfabetismo em Alagoinha do Piauí (2014-2015). 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2023.

TRE-PI. Eleições 1945 a 1992. **TRE-PI**, Teresina, 1992. Disponível em: https://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1945-a-1992. Acesso em: 20 fev. 2025.

TRE-PI**.** Eleições 1945 a 1992: resultado por município para prefeito e vereador**. TRE-PI**, Teresina, 1988/1992. Disponível em: https://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1945-a-1992. Acesso em: 20 abr. 2025.

TRE-PI. Evolução do eleitorado do Piauí por município: terceiro trimestre de 2008. **TRE-PI**, Teresina, 2008. Disponível em: https://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/estatistica/estatistica. Acesso em: 20 abr. 2025.

TSE cassa prefeito de Caracol. **Cidadeverde.com**, Teresina, 7 set. 2011. Disponível em: https://cidadeverde.com/temporeal/36598/tse-cassa-prefeito-de-caracol. Acesso em: 20 nov. 2024.

TSE. Portal de dados abertos do TSE. Resultados - 1996. Disponível em: https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/resultados-1996. Acesso em: 20 jan. 2025.

TSE. Resultados - 2000. **Dados abertos do TSE**, Brasília, 2000. Disponível em: https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/resultados-2000. Acesso em: 20 abr. 2025.

TSE. Votação por seção eleitoral 2000. **Portal de Dados Abertos do TSE**, 27 ago. 2002. Disponível em: https://cdn.tse.jus.br/estatistica/sead/odsele/votacao_secao/votacao_secao_2000_PI.zip. Acesso em: 27 jun. 2025.

W. DIAS inaugura trecho da PI-455 ligando Alagoinha a BR 316. **180graus**, Alagoinha do Piauí, 24 jun. 2009. Disponível em: https://180graus.com/alagoinha-do-piaui/wdias-inaugura-trecho-da-pi455-ligando-alagoinha-a-br-316-215805/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 15 jul. 2025.

WACHELKE, João; PRADO, Alyssa Magalhães. A ideologia do jeitinho brasileiro. **Psicologia e Saber Social**, n. 6, v. 2, p. 146-162, 2017. DOI: 10.12957/psi.saber.soc.2017.31400.